



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA PROGRAMA DE
PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO
CURSO DE MESTRADO EM ADMINISTRAÇÃO

**UM PÉ DENTRO, UM PÉ FORA: RELAÇÕES ENTRE MOTIVAÇÃO PARA O
TRABALHO VOLUNTÁRIO E PRÁTICAS DE CIDADANIA NO ORÇAMENTO
DEMOCRÁTICO DA PARAÍBA.**

ARIELLY CARLA SOUZA SILVESTRE

JOÃO PESSOA
2025



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA PROGRAMA DE
PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO
CURSO DE MESTRADO EM ADMINISTRAÇÃO

ARIELLY CARLA SOUZA SILVESTRE

**UM PÉ DENTRO, UM PÉ FORA: RELAÇÕES ENTRE MOTIVAÇÃO PARA O
TRABALHO VOLUNTÁRIO E PRÁTICAS DE CIDADANIA NO ORÇAMENTO
DEMOCRÁTICO DA PARAÍBA.**

Área de Concentração: Administração e Sociedade.
Linha de Pesquisa: Organizações e Sociedade.

Trabalho de Dissertação apresentado como requisito parcial para obtenção do **Título de Mestre** no Programa de Pós- Graduação em Administração, Universidade Federal da Paraíba.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Eduardo Cavalcante

JOÃO PESSOA
2025

**Catalogação na publicação
Seção de Catalogação e Classificação**

S587p Silvestre, Arielly Carla Souza.

Um pé dentro, um pé fora : relações entre motivação para o trabalho voluntário e práticas de cidadania no orçamento democrático da Paraíba. / Arielly Carla Souza Silvestre. - João Pessoa, 2025.

133 f. : il.

Orientação: Carlos Eduardo Cavalcante.
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCSA.

1. Cidadania - Trabalho voluntário. 2. Orçamento Democrático Estadual. 3. Práticas de cidadania - Conselhos participativos. 4. Engajamento cívico. I. Cavalcante, Carlos Eduardo. II. Título.

UFPB/BC

CDU 342.71(043)

ARIELLY CARLA SOUZA SILVESTRE

UM PÉ DENTRO, UM PÉ FORA: RELAÇÕES ENTRE MOTIVAÇÃO PARA O TRABALHO VOLUNTÁRIO E PRÁTICAS DE CIDADANIA NO ORÇAMENTO DEMOCRÁTICO DA PARAÍBA.

Trabalho de Dissertação apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal da Paraíba como pré-requisito para a fase de Defesa na obtenção do Título de Mestre em Administração. Área de Concentração: Administração e Sociedade.

Aprovada em 01 de dezembro de 2025.

Banca Examinadora:

Documento assinado digitalmente



CARLOS EDUARDO CAVALCANTE

Data: 12/12/2025 20:18:48-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Carlos Eduardo Cavalcante
Orientador

Documento assinado digitalmente



PATRICIA TRINDADE CALDAS

Data: 12/12/2025 17:45:31-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Patrícia Trindade Caldas
(UFCG)
Examinador Externo

Documento assinado digitalmente



ANA CECILIA FEITOSA DE VASCONCELOS

Data: 12/12/2025 18:20:58-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Ana Cecília Feitosa de Vasconcelos
Examinador Externo

AGRADECIMENTOS À CAPES E CNPQ

“Este trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Brasil, Código de Financiamento 001.”

“Também contou com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Brasil.”

AGRADECIMENTOS

A Deus, em primeiro lugar, rendo toda gratidão. Em sua soberania, Ele geriu todas as coisas e conduziu cada etapa deste caminho com perfeição, sustentando-me em meio às situações adversas e lembrando-me, a cada dia, de que nada fugiu ao Seu controle.

Ao meu esposo, Alysson, e ao meu filho, Miguel, registro uma menção honrosa. Obrigada pelo amor e paciência diante das ausências e do cansaço e por celebrarem comigo cada pequena conquista deste percurso. Eu não conseguia sem vocês.

Aos amigos Adenice, Daniele e Diogo, agradeço pelo suporte de sempre e pela amizade leal. A presença de vocês ajudou a sustentar emocionalmente esta caminhada.

À Fundação Cidade Viva, agradeço profundamente por ter viabilizado minha participação nas aulas enquanto conciliava trabalho e estudos. O apoio institucional, a confiança e a flexibilidade foram decisivos para que este projeto se tornasse possível na prática.

Aos colegas de turma e aos professores do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal da Paraíba, agradeço pela convivência, pelas trocas e pelos debates que enriqueceram esta caminhada. Estendo ainda meus agradecimentos aos membros do GETS (Grupo de Estudos do Terceiro Setor), pelas discussões, leituras e sugestões que contribuíram para amadurecer ideias e refinar esta pesquisa.

Aos conselheiros voluntários dos Conselhos Regionais do Orçamento Democrático do Estado da Paraíba, deixo meu profundo reconhecimento. Sem a disponibilidade, a confiança e o tempo de cada um, esta investigação não teria se concretizado, e a participação de vocês deu vida aos dados e sentido às reflexões aqui apresentadas.

Por fim, ao Professor Carlos Eduardo Cavalcante, meu sincero agradecimento. Pelo acolhimento e pela orientação generosa. Seu cuidado humano demonstrou que é possível ser sensível e, ao mesmo tempo, exigente no ambiente acadêmico, e esta dissertação também carrega a marca desse compromisso ético e humano.

A todos e a cada um que, de algum modo, caminhou comigo nesta jornada, minha gratidão sincera.

“Pois ele nos resgatou do domínio das trevas e nos transportou para o Reino do seu Filho amado, em quem temos a redenção, a saber, o perdão dos pecados. Ele é a imagem do Deus invisível, o primogênito de toda a criação, pois nele foram criadas todas as coisas nos céus e na terra, as visíveis e as invisíveis, sejam tronos ou soberanias, poderes ou autoridades; todas as coisas foram criadas por ele e para ele. Ele é antes de todas as coisas, e nele tudo subsiste.”

(Colossenses 1:13-17)

RESUMO

Esta dissertação analisa as relações entre motivação para o trabalho voluntário e práticas de cidadania entre conselheiros do Orçamento Democrático Estadual da Paraíba (ODE-PB), a partir de três estudos em formato de artigos. O Estudo I corresponde a uma revisão sistemática da literatura (2015–2025) sobre motivação para o voluntariado e cidadania, que organiza o estado da arte, identifica padrões teóricos e aponta lacunas de pesquisa. O Estudo II valida, no contexto dos conselheiros do ODE-PB, medidas de motivação no trabalho voluntário e de práticas de cidadania, com base em evidências psicométricas robustas. O Estudo III compara, a partir de dados de ingresso e conclusão de mandatos, as relações entre dimensões motivacionais e domínios de cidadania, estimando mudanças na magnitude e no sentido dos efeitos ao longo do ciclo participativo. Os resultados indicam um arcabouço conceitual cumulativo sobre motivação e cidadania em arranjos participativos, mostrando que motivos valorativos, de pertencimento e de aprendizagem se associam mais fortemente a repertórios civis, sociais, políticos e ambientais, enquanto razões estritamente instrumentais exibem vínculos mais modestos com o comportamento cidadão. Também confirmam a validade e a confiabilidade das escalas utilizadas e sugerem que a participação no ODE-PB contribui para reconfigurar repertórios de cidadania dos conselheiros ao longo do tempo. Como contribuições, a dissertação integra motivação voluntária e cidadania ativa em um mesmo desenho analítico, oferece medidas adaptadas ao contexto do ODE-PB e apresenta evidências que podem subsidiar políticas de formação, acompanhamento e reconhecimento de conselheiros, bem como ajustes no desenho institucional de conselhos participativos.

Palavras-chave: Cidadania; Conselhos participativos; Engajamento cívico; Motivação no trabalho voluntário; Orçamento Democrático Estadual.

ABSTRACT

This dissertation examines the relationships between motivation for volunteer work and citizenship practices among councilors of the Participatory Budget of the State of Paraíba (Orçamento Democrático Estadual – ODE-PB), based on three article-format studies. Study I consists of a systematic literature review (2015–2025) on motivation for volunteering and citizenship, which organizes the state of the art, identifies theoretical patterns, and highlights research gaps. Study II validates, in the context of ODE-PB councilors, measures of motivation in volunteer work and of citizenship practices, drawing on robust psychometric evidence. Study III compares, using data from the beginning and end of mandates, the relationships between motivational dimensions and domains of citizenship, estimating changes in the magnitude and direction of effects throughout the participatory cycle. The results indicate a cumulative conceptual framework on motivation and citizenship in participatory arrangements, showing that value-expressive, belonging, and learning motives are more strongly associated with civil, social, political, and environmental repertoires, whereas strictly instrumental reasons display more modest links with citizen behavior. The findings also confirm the validity and reliability of the scales employed and suggest that participation in the ODE-PB contributes to reshaping councilors' citizenship repertoires over time. As contributions, the dissertation integrates volunteer motivation and active citizenship within a single analytical design, offers measures adapted to the ODE-PB context, and provides evidence that can inform policies for the training, monitoring, and recognition of councilors, as well as adjustments in the institutional design of participatory councils.

Keywords: Citizenship; Civic engagement; Democratic budgeting; Volunteer motivation; Participatory councils.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Fluxograma do processo de seleção dos estudos	35
Figura 2 – Nuvem de palavras dos títulos das publicações (2015–2025)	36
Figura 3 – Sobreposição das médias das práticas de cidadania - Gráfico Dimensões	50
Figura 4 – Sobreposição das médias das práticas de cidadania - Gráfico Detalhado	50
Figura 5 – Diagrama de integração de base conceitual	53
Figura 6 – Escala de Motivação: Confiabilidade (α) e Variância Explicada	62
Figura 7 – Escala de Práticas de Cidadania: Confiabilidade (α) e Variância Explicada	63
Figura 8 – Alfa de Cronbach por subescala	64
Figura 9 – Variância explicada (AFE) por subescala	65
Figura 10 – Índice KMO por subescala (linha em 0,70 como referência)	66
Figura 11 – Médias de cidadania civil, política, social e ambiental: conselheiros em ingresso e em conclusão do mandato	83
Figura 12 – Práticas de cidadania civil (PC1 a PC5) por estágio do mandato	85
Figura 13 – Práticas de cidadania política (PP1 a PP4) por estágio do mandato	86
Figura 14 – Práticas de cidadania ambiental: média geral e itens PA1 a PA3 por estágio do mandato	87

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Dados comparativos simplificados	18
Quadro 2 – Percurso metodológico da pesquisa	24
Quadro 3 – Critérios de inclusão e exclusão dos estudos (versão resumida)	31
Quadro 4 – Achados, lacunas e agenda de pesquisa da RSL	41
Quadro 5 – Síntese das Práticas de Cidadania	49
Quadro 6 – Comparação entre as escalas propostas	51
Quadro 7 – Critérios de avaliação psicométrica adotados	57
Quadro 8 – Evidências psicométricas dos construtos (AFE)	58
Quadro 9 – Critérios e referências para avaliação de modelos (AFC/SEM)	60

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Medidas de ajustamento do modelo de motivação	89
Tabela 2 – Resultados das regressões múltiplas do modelo estrutural	91
Tabela F1 – Publicações incluídas na revisão sistemática, por categoria analítica (2015–2025)	125

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AFC	Análise Fatorial Confirmatória
AFE	Análise Fatorial Exploratória
AIC	Critério de Informação de Akaike (Akaike Information Criterion)
ANOVA	Análise de Variância
AVE	Variância Média Extraída (Average Variance Extracted)
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CGU	Controladoria-Geral da União
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CR	Confiabilidade Composta (Composite Reliability)
DATAFOLHA	Instituto de Pesquisa Datafolha (Grupo Folha)
EBAPE	Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas
EPSS	Escala de Percepção de Suporte Social
FGV	Fundação Getulio Vargas
GETS	Grupo de Estudos do Terceiro Setor

HTMT	Índice de Razão de Correlações Heterotraito–Monotrait (Heterotrait–Monotrait Ratio)
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDIS	Instituto para o Desenvolvimento Social IDIS
KMO	Índice Kaiser–Meyer–Olkin
MEE	Modelagem de Equações Estruturais
MSA	Medida de Adequação da Amostra (Measure of Sampling Adequacy)
ODE	Orçamento Democrático Estadual
ODE-PB	Orçamento Democrático Estadual da Paraíba
OECD	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (Organisation for Economic Co-operation and Development)
OECD-LEGAL	Base de dados legal da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OECD-LEGAL)
OGP	Parceria para Governo Aberto (Open Government Partnership)
ONU	Organização das Nações Unidas
PA	Práticas Ambientais
PC	Práticas Civis

PP	Práticas Políticas
PS	Práticas Sociais
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
RSL	Revisão Sistemática da Literatura
UFCG	Universidade Federal de Campina Grande
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UNFCCC	Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (United Nations Framework Convention on Climate Change)

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	16
2	ESTUDO I - Entre razões e repertórios cívicos: Revisão sistemática (2015–2025) sobre motivação para o voluntariado e práticas de cidadania.	26
2.1	Introdução	27
2.2	Metodologia	29
2.3	Resultados e Discussão	33
2.4	Conclusões e Recomendações	39
3	ESTUDO II – Da motivação às práticas: análise de equações estruturais com conselheiros do Orçamento Democrático da Paraíba. Um teste de modelo integrando motivação voluntária e cidadania ativa.	43
3.1	Introdução	45
3.2	Referencial teórico	47
3.3	Procedimentos metodológicos	54
3.4	Discussão dos resultados	59
3.5	Considerações finais	72
4	ESTUDO III – Motivação e cidadania no ODE-PB: do ingresso à conclusão dos mandatos, uma análise comparativa.	75
4.1	Introdução	76
4.2	Referencial teórico	78
4.3	Procedimentos metodológicos	80
4.4	Resultados e discussão	82
4.5	Considerações finais	92
5	SÍNTESE INTEGRATIVA	94
6	CONCLUSÃO	99
7	REFERÊNCIAS	104
8	ANEXOS	115

1 INTRODUÇÃO

Nesta dissertação, “um pé dentro, um pé fora” nomeia os marcos de entrada e saída do mandato no ODE-PB, momento em que cidadãos convidados a compor os conselhos passam a exercer, de forma voluntária, a mediação entre demandas da população e decisões governamentais. Na entrada do ciclo, prevalecem expectativas, disposições iniciais e diferentes razões para aceitar o convite à participação; ao longo do mandato, experiências concretas, conflitos, rotinas de reunião e vínculos com o território e com o colegiado podem redefinir percepções sobre o bem comum, a justiça e o próprio pertencimento cívico. Entre esses marcos abre-se, assim, um processo de transformação em que motivações, vínculos e práticas de cidadania podem se fortalecer, se tensionar ou se enfraquecer, fazendo do mandato um observatório privilegiado do engajamento cívico. É essa leitura do mandato como percurso, sintetizada na metáfora “um pé dentro, um pé fora”, que serve de ponto de partida para a análise desenvolvida a seguir, contextualizada no ODE-PB.

Contextualizada no ODE-PB, a análise parte do entendimento de que o engajamento cívico resulta da interação entre motivações, trabalho voluntário e práticas de cidadania. Ao longo do mandato, motivos valorativos e de compreensão são tomados como centrais para sustentar a passagem da disposição inicial para expressões concretas de cidadania, enquanto componentes instrumentais tendem a exercer papel mais restrito nessa conversão e dimensões afiliativas mostram-se sensíveis a contextos e experiências do colegiado. Essa moldura orienta a discussão que se segue sobre fundamentos teóricos, estratégias de mensuração no contexto do ODE-PB e a comparação entre entrada e saída do mandato.

O presente estudo insere-se nessa perspectiva, examinando as relações entre esses três construtos a partir da experiência do ODE-PB, campo empírico em que se materializa a articulação entre motivação individual, voluntariado e cidadania ativa ao longo do ciclo de mandatos. O objetivo é oferecer subsídios teóricos e práticos que possam orientar o desenvolvimento de estratégias de engajamento voluntário e o fortalecimento de uma cultura de cidadania ativa, tomando como referência a experiência dos conselheiros do ODE-PB.

O referencial teórico deste trabalho organiza-se em torno de três construtos principais. O primeiro trata do voluntariado, apresentando conceitos e definições que buscam compreender sua natureza, formas de atuação e relevância em diferentes contextos sociais. O segundo concentra-se na motivação de voluntários, examinando teorias e perspectivas que ajudam a

entender os fatores que impulsionam a participação, considerando dimensões intrínsecas e extrínsecas, bem como benefícios pessoais e sociais associados ao engajamento. O terceiro aborda as práticas de cidadania, explorando diferentes modalidades de engajamento cívico relacionadas à atuação voluntária e à participação em arenas institucionais como o ODE-PB.

Disposto em formato de estudos e de acordo com os objetivos específicos que serão apresentados posteriormente, este trabalho está estruturado em forma de dissertação estruturada em estudos, reunindo três manuscritos que, embora autônomos, se articulam entre si para compor uma análise integrada sobre voluntariado, motivação e cidadania. Para compor a estrutura deste trabalho, a partir desta seção em diante, procede-se à apresentação e delimitação dos conceitos fundamentais que orientam a investigação. Em seguida, apresenta-se a relevância empírica do tema, articulada à sua fundamentação teórica, de modo a evidenciar as principais contribuições e lacunas identificadas na literatura. Por fim, delimita-se o problema de pesquisa, articulando-o aos objetivos e aos estudos propostos, abrangendo também a abordagem analítica que sustenta a dissertação.

O conceito de voluntariado envolve múltiplas dimensões e não se limita a uma única definição ou forma de atuação. Tradicionalmente, é compreendido como o engajamento em atividades não remuneradas em benefício de outras pessoas ou causas sociais, frequentemente motivado por valores como solidariedade, altruísmo ou cidadania (Kelemen et al., 2017). Essa compreensão, contudo, é mais complexa do que uma simples contraposição ao trabalho remunerado, uma vez que o voluntariado dialoga tanto com a esfera do emprego formal quanto com o espaço doméstico, atravessando fronteiras entre o individual e o coletivo, o público e o privado (Overgaard, 2018). Além disso, a literatura distingue o voluntariado formal, associado a organizações e instituições estruturadas, do voluntariado informal, caracterizado por ações espontâneas ou baseadas em redes de relacionamento (Whittaker et al., 2015).

O trabalho voluntário, por sua vez, apresenta diferentes formas de mensuração e interpretação, a depender da metodologia adotada. Os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua em parceria com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (PNAD Contínua/IBGE) de 2022, por exemplo, indicam cerca de 7,3 milhões de voluntários ativos no país. Já a pesquisa intitulada “Voluntariado no Brasil 2021”, realizada pelo Instituto para Desenvolvimento Social e o Instituto de Pesquisa do Grupo Folha (IDIS/DataFolha), identificou aproximadamente 57 milhões de brasileiros que já realizaram algum tipo de atividade voluntária. Essa divergência decorre sobretudo das definições utilizadas: enquanto o IBGE capta a prática

recente e efetiva, o IDIS/Datafolha considera também experiências passadas ou pontuais.

Essas diferenças metodológicas não anulam, mas reforçam a necessidade de analisar os fatores motivacionais que sustentam o voluntariado, sejam eles contínuos ou circunstanciais. A formalização das práticas, a adesão institucionalizada ou a participação em campanhas comunitárias evidenciam como o trabalho voluntário representa uma via concreta de engajamento social. Trata-se de um espaço em que a motivação pessoal encontra expressão na ação coletiva, fortalecendo valores como solidariedade, cooperação e responsabilidade social.

Ao buscar dados do cenário nacional para mensurar o trabalho voluntário na atualidade, encontramos um clássico dilema de entendimento: a compreensão do que se caracteriza como voluntariado e como podemos mensurar e interpretar essa forma de atuação. Os dados extraídos da pesquisa do PNAD/IBGE realizada em 2022 apontam uma mensuração considerada mais conservadora, pois se limita à prática efetiva e recente de atividades voluntárias na semana de referência do levantamento. O IBGE define trabalho voluntário como atividade não obrigatória, não remunerada e realizada por, no mínimo, uma hora na semana em benefício de terceiros que não sejam parentes (definição que permite captar apenas a prática efetiva e recente do voluntariado). Enquanto isso, a pesquisa realizada pelo IDIS/DataFolha evidencia não apenas a prática regular, mas também experiências eventuais e engajamentos motivados por situações emergenciais ou campanhas sociais específicas (adotando um critério mais abrangente, ao considerar se o respondente já realizou ou ainda realiza algum tipo de atividade voluntária).

Essa pesquisa também aponta elementos que ajudam a compreender a diferença entre os números, como o conhecimento da legislação específica e a adesão formal dos voluntários por meio da assinatura de termos legais. Em síntese, enquanto o IBGE mensura o fluxo atual de voluntários ativos, o levantamento do IDIS/Datafolha retrata o estoque acumulado de experiências de voluntariado no país, conforme detalhado no Quadro 1.

Quadro 1 – Dados comparativos simplificados

Aspecto	IBGE (PNAD Contínua)	IDIS / Datafolha (2021)
Definição	Trabalho não pago, ≥1h/semana, para terceiros não parentes	Já fez ou faz voluntariado, inclusive ações pontuais
População-alvo	14 anos ou mais	16 anos ou mais
Referência temporal	Semana de referência	Vida toda / experiências
Resultado (últimos)	7,3 milhões (2022)	57 milhões (2021)

Predomínio	Institucional (86%)	Comunitário e emergencial
Perfil	Mulheres, escolarizados, Sul	Jovens, causas sociais, diversificado

Fonte: Elaborado pelo próprio autor

Diante dos dados comparativos apresentados no Quadro 1, evidencia-se como distintas metodologias de pesquisa produzem recortes diferenciados acerca do voluntariado no Brasil, seja pela definição adotada, pelo público-alvo considerado ou pelo enfoque empírico. Enquanto os dados oficiais do IBGE ressaltam dimensões institucionais e quantitativas, levantamentos como o do IDIS/Datafolha ampliam a compreensão para experiências comunitárias, emergenciais e de caráter diversificado. Essa comparação não apenas revela a complexidade do fenômeno, mas também torna fundamental analisá-lo em sua pluralidade de formas, sentidos e contextos de atuação.

O envolvimento em atividades voluntárias não apenas favorece a melhoria das condições de vida de indivíduos e comunidades, como também contribui para a construção de uma consciência cidadã orientada para valores coletivos. Essa consciência amplia a compreensão de que os direitos e deveres não se restringem à esfera individual, mas devem ser compartilhados em diferentes espaços sociais e comunitários (Araújo, 2001; Almeida, Guindani, & Morigi, 2011).

Nesse ponto, emerge o papel da motivação, categoria central de análise, que mobiliza os indivíduos a dedicarem tempo e energia a causas coletivas, afetando não apenas a efetividade das ações desenvolvidas, mas também o alcance dos objetivos propostos. Pesquisas empíricas e referenciais teóricos convergem nesse aspecto, indicando que a motivação interfere nas atitudes e nos comportamentos dos voluntários, repercutindo ainda em seu bem-estar pessoal e na sustentabilidade das organizações sem fins lucrativos (Musick & Wilson, 2007; Cavalcante, 2016; Da Silva Zonatto, Da Silva, & Gonçalves, 2018).

Diversos estudos têm apontado que a motivação exerce papel determinante tanto no desempenho profissional quanto nas formas de engajamento comunitário. Quando aplicada ao trabalho voluntário, sua relevância torna-se ainda mais evidente, uma vez que a ausência de remuneração financeira desloca o foco para dimensões simbólicas e sociais, como solidariedade, pertencimento e contribuição coletiva. Perfis distintos de motivação altruista, busca por justiça social, afiliação, aprendizado ou até interesses individuais coexistem e se transformam ao longo do tempo, de acordo com as experiências vividas e com os contextos institucionais. Reconhecer

essa diversidade é fundamental para compreender o voluntariado e suas conexões com as práticas de cidadania (Liao-Troth, 2001; Brudney & Meijs, 2014; Caldas, 2020).

Esta pesquisa adota o modelo proposto por Cavalcante (2016) como base para a análise comparativa, permitindo examinar de forma sistemática a motivação para o trabalho voluntário e sua relação com as práticas de cidadania. Por meio dessa abordagem, busca-se identificar padrões e correlações que contribuem para compreender mais profundamente os fatores motivacionais que impulsionam a participação voluntária e seus efeitos sobre a cidadania.

Evidências empíricas demonstram que voluntários apresentam desempenho cidadão superior ao de não voluntários, com destaque para as motivações altruistas e de justiça social como principais forças explicativas desse engajamento (CALDAS, 2020). A validação de escalas nacionais de cidadania reforça a possibilidade de mensurar tais práticas e orientar a gestão de voluntários (CALDAS; CAVALCANTE, 2023). Do ponto de vista teórico, Marshall (1967) e Putnam (2006) sustentam que a motivação para o voluntariado fortalece atitudes cívicas, confiança social e práticas de cidadania ativa, confirmando que múltiplos fatores motivacionais sustentam a continuidade do trabalho voluntário.

Compreende-se, portanto, que a manutenção do trabalho voluntário depende de múltiplos fatores motivacionais, cuja mensuração fornece subsídios relevantes para a tomada de decisão e para o aprimoramento da gestão de voluntários (Cavalcante, 2016; Brudney & Meijs, 2014; Da Silva Zonatto, Da Silva, & Gonçalves, 2018).

A motivação que impulsiona o voluntariado repercute diretamente na sociedade, mais precisamente em práticas de cidadania. Assim, o voluntariado torna-se não apenas reflexo da cidadania, mas também um catalisador de sua ampliação, consolidando a ideia de que a participação cidadã é fundamental para o desenvolvimento social (Marshall, 1967; Putnam, 2006; Caldas & Cavalcante, 2022).

Cidadania refere-se ao conjunto de direitos e deveres que garantem a participação ativa dos indivíduos na sociedade (Caldas & Cavalcante, 2023). Práticas de cidadania, por sua vez, representam a expressão concreta desse conceito, materializando-se em ações cotidianas que traduzem o compromisso dos sujeitos com o bem-estar coletivo e a vida em comunidade. Elas não se restringem ao exercício formal de direitos, mas abrangem comportamentos, atitudes e iniciativas que refletem responsabilidade social, solidariedade e participação ativa.

Importa destacar que práticas de cidadania não se limitam a eventos institucionais ou momentos específicos, mas estão presentes em pequenos gestos cotidianos, como respeitar normas de convivência, participar de projetos comunitários ou atuar em prol da inclusão social. São, portanto, formas de engajamento que fortalecem os vínculos dos cidadãos, ampliam o capital social e contribuem para a transformação das realidades locais. Como argumenta Araújo (2001), a cidadania também se constrói a partir das práticas informacionais que permeiam o cotidiano, uma vez que o acesso e a socialização da informação tornam os sujeitos mais conscientes de seus direitos e deveres. De forma complementar, Almeida, Guindani e Morigi (2011) reforçam que a cidadania pode ser compreendida como prática comunicativa, manifestada em ações participativas no espaço público, a exemplo das rádios comunitárias, que possibilitam novas formas de sociabilidade e ampliam o exercício da cidadania.

A literatura aponta que a relação entre voluntários ativos, a exemplo dos conselheiros do ODE-PB e a permanência destes voluntários engajados constitui um tema central de investigação. Lavalle et al. (2016) destacam a relevância dos conselhos como estruturas de governança fundamentais, compostos por indivíduos com competências e experiências específicas, cuja atuação é decisiva na formulação de diretrizes estratégicas e no acompanhamento das políticas organizacionais. Entretanto, ainda que sua importância seja reconhecida, persiste o desafio da permanência dos atores nesses espaços ao longo do tempo.

Práticas de cidadania também se manifestam em iniciativas comunitárias, como a participação em ONGs, associações de bairro ou conselhos de gestores, que fortalecem o capital social e ampliam o acesso à informação e à livre expressão (Almeida et al., 2011; Araújo, 2001). Elas ainda se vinculam a dimensões éticas, de promoção da saúde e de compromisso com o desenvolvimento sustentável, como discutem Fernandes (2016) e Linhares e Reis (2022).

Por esta razão, realizamos a inclusão da análise das práticas de cidadania advindas da força de trabalho voluntário e seus respectivos agentes motivacionais no escopo do estudo deste trabalho. Essa relação se manifesta tanto no fortalecimento de vínculos comunitários quanto na ampliação da consciência coletiva sobre direitos e deveres. O engajamento voluntário, ao extrapolar interesses individuais, contribui para a formação de uma cidadania ativa, que se traduz em solidariedade, participação política e corresponsabilidade social.

Essas práticas de cidadania apresentam-se de forma multidimensional, como indicam Caldas e Cavalcante (2023), ao elaborarem uma escala composta por 17 itens organizados em

quatro dimensões: civil, política, social e ambiental. Na dimensão civil, práticas de cidadania incluem a defesa da igualdade de direitos e o respeito às normas coletivas; na política, abrange o voto, a participação em conselhos e processos decisórios; no aspecto social, envolvem o engajamento em ações de solidariedade e a defesa do acesso universal a serviços essenciais; e, no campo ambiental, manifestam-se no compromisso com a sustentabilidade e a preservação dos recursos naturais.

Neste trabalho, tomamos como cenário a experiência da gestão do Orçamento Democrático da Paraíba (ODE-PB), campo empírico deste estudo. O ODE constitui-se como uma experiência inovadora de gestão pública voltada à ampliação do diálogo entre governo e sociedade. Criado em 2011 e mantido até hoje como iniciativa pioneira de participação popular na gestão pública estadual, seu propósito central é possibilitar que a população participe de forma ativa na definição das prioridades do orçamento estadual, transformando a elaboração orçamentária em um processo mais transparente e inclusivo. Ao incorporar princípios da democracia participativa, o ODE rompe com modelos tradicionais de administração pública ao reconhecer o cidadão como sujeito protagonista na construção de políticas e investimentos.

A marca distintiva dessa iniciativa está na realização de plenárias regionais e temáticas, espaços coletivos nos quais os participantes apresentam demandas, discutem propostas e contribuem para a escolha dos investimentos prioritários em suas regiões. Nessas arenas de debate, a escuta das necessidades locais e a deliberação compartilhada conferem legitimidade às decisões governamentais, ao mesmo tempo em que fortalecem o sentimento de pertencimento e a corresponsabilidade da sociedade na gestão do bem comum. Foi nesse espaço, ouvindo os conselheiros voluntários que atuavam como mediadores entre a sociedade e o Estado em seus mandatos vigentes, assumindo papel estratégico no controle social e na efetivação de políticas públicas que este trabalho se desenvolveu. O ODE-PB, portanto, constitui um potencial laboratório para compreender como a motivação influencia o trabalho voluntário e, por consequência, repercute nas práticas de cidadania.

Do ponto de vista teórico, este estudo articula contribuições de autores que têm se dedicado ao exame de motivação, voluntariado e cidadania, oferecendo uma análise integrada desses construtos. Pesquisas sobre motivação no trabalho voluntário (Cavalcante, 2012; Dos Santos Silva et al., 2020), sobre a gestão e o impacto do voluntariado (Brudney & Meijis, 2014; Musick & Wilson, 2007) e sobre cidadania em suas múltiplas dimensões (Araújo, 2001; Caldas & Cavalcante, 2023) evidenciam que fatores individuais, institucionais e contextuais se

entrelaçam na explicação do engajamento social e político, reforçando a importância de considerar variáveis motivacionais como determinantes do fortalecimento da cidadania.

A cidadania aparece, assim, como um desdobramento do voluntariado, atuando tanto como resultado das práticas de cidadania quanto como estímulo à continuidade do engajamento. Como destaca Putnam (2006), esse processo fortalece o capital social, ampliando vínculos comunitários e sustentando a participação coletiva. A motivação que o alimenta orienta a atuação dos conselheiros regionais do ODE ao longo de dois anos, período no qual seus comportamentos revelam-se determinantes para o fortalecimento da cidadania, a conscientização acerca dos problemas coletivos e a busca de soluções compartilhadas. Para Musick e Wilson (2007), práticas voluntárias bem estruturadas geram efeitos duradouros sobre atitudes cívicas, reforçando o engajamento. Nessa direção, Caldas e Cavalcante (2022) argumentam que a cidadania se materializa em práticas concretas, em que a motivação intrínseca dos indivíduos se associa ao interesse em contribuir para melhorias na vida da comunidade.

A transparência e a participação popular são consideradas essenciais para garantir serviços públicos que atendam melhor às necessidades de cada região, e, quanto maior o envolvimento da sociedade, maior tende a ser o retorno estatal em termos de políticas alinhadas às reais demandas locais (Silva et al., 2023). Uma possível lacuna na explicação desse fenômeno refere-se à compreensão insuficiente das motivações individuais que sustentam a permanência dos conselheiros. Lavalle et al. (2016) sugere que, se os atores continuavam a integrar os conselhos, haveria razões adicionais, não plenamente captadas pela literatura mais cética, que os motivaram. Assim, embora as responsabilidades dos conselheiros sejam relativamente claras, torna-se crucial considerar os fatores que explicam seu engajamento contínuo. Entre eles, podem estar a percepção de reconhecimento, oportunidades de aprendizado e desenvolvimento, bem como a possibilidade de exercer influência concreta no processo de tomada de decisão.

O tema do orçamento participativo também é abordado como um instrumento capaz de fortalecer a cidadania, ampliar a responsabilidade social e promover maior legitimidade ao processo de alocação de recursos públicos (Jefferson Amaral & Graziela Breitenbauch de Moura, 2022).

À luz desse panorama teórico e empírico, torna-se fundamental direcionar o olhar para o contexto do Orçamento Democrático da Paraíba, no qual se coloca a questão central desta investigação: de que modo a motivação influencia o trabalho voluntário dos conselheiros do

ODE-PB e repercute em suas práticas de cidadania? Para responder a essa questão, definiram-se os seguintes objetivos:

1. Analisar o estado da arte sobre voluntariado, motivação e cidadania;
2. Investigar a influência da motivação no trabalho voluntário dos conselheiros e mensurar suas práticas de cidadania, utilizando modelos teóricos já validados;
3. Comparar, por meio da modelagem de equações estruturais, a atuação dos conselheiros no início e no fim de seus mandatos.

A proposta central desta pesquisa consiste em realizar uma análise comparativa da atuação dos conselheiros, investigando a influência da motivação no trabalho voluntário e suas repercussões nas práticas de cidadania. Este estudo integra o projeto científico “Impactos comportamentais da participação cidadã em conselheiros voluntários dos Conselhos Regionais do Orçamento Democrático na Paraíba”, aprovado na Chamada Universal 2021 do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), e conduzido pelo Grupo de Estudos do Terceiro Setor (GETS). Desde sua criação, o ODE-PB tem se mostrado uma ferramenta eficaz para o fortalecimento da cidadania e para a redução das desigualdades sociais, oferecendo à população meios de participar das decisões governamentais e de influenciar diretamente políticas públicas.

Tal estrutura foi concebida visando alcançar altos índices de rigor científico e sistematizar a investigação, constituindo o alicerce da análise sobre a relação entre motivação e engajamento cívico no contexto do ODE-PB. Para preservar a consistência metodológica, as etapas da pesquisa são organizadas em seções articuladas: a problemática é apresentada com seus objetivos e justificativas; o referencial teórico oferece o suporte conceitual necessário à análise; e os procedimentos metodológicos detalham o percurso adotado para a operacionalização dos estudos. Essa organização encontra-se sintetizada no Quadro 2, que explicita o encadeamento adotado.

Quadro 2 – Percurso metodológico da pesquisa

Problema: Quais as relações entre a motivação para o trabalho voluntário e as práticas de cidadania?			
Objetivo Geral	Objetivos Específicos	Método de Coleta	Método de Análise
	Analizar o estado da arte sobre voluntariado,	• Revisão integrativa da	• Análise bibliométrica;

Problema: Quais as relações entre a motivação para o trabalho voluntário e as práticas de cidadania?			
Objetivo Geral	Objetivos Específicos	Método de Coleta	Método de Análise
Compreender as relações entre a motivação para o trabalho voluntário e as práticas de cidadania entre conselheiros do Orçamento Democrático Estadual da Paraíba (ODE-PB).	motivação e cidadania;	<ul style="list-style-type: none"> literatura; • Busca em base de dados; 	<ul style="list-style-type: none"> • Análise de conteúdo;
	Investigar a influência da motivação no trabalho voluntário dos conselheiros e mensurar suas práticas de cidadania, utilizando modelos teóricos já validados;	<ul style="list-style-type: none"> • Aplicação do Questionário de Cavalcante (2016) • Aplicação do Questionário de Caldas (2020) 	<ul style="list-style-type: none"> • Estatística descritiva e inferencial;
	Comparar, por meio da modelagem de equações estruturais, a atuação dos conselheiros no início e no fim de seus mandatos;	<ul style="list-style-type: none"> • Análise de dados Leite (2023) versus análise de dados Silvestre (2024) 	<ul style="list-style-type: none"> • Estatística descritiva e inferencial;

Fonte: Elaborado pelo próprio autor.

Por fim, destaca-se que a dissertação está organizada em três estudos que, de forma complementar, compõem o núcleo analítico da pesquisa. O primeiro estudo consiste em uma revisão sistemática da literatura sobre motivações para o voluntariado e práticas de cidadania, buscando mapear o estado da arte e identificar lacunas teóricas e empíricas. O segundo investiga, no contexto do Orçamento Democrático Estadual da Paraíba, a influência da motivação no trabalho voluntário dos conselheiros e a mensuração de suas práticas de cidadania, utilizando o Modelo Estrutural de Motivação no Trabalho Voluntário (Cavalcante, 2016) e a Escala de Práticas de Cidadania (Caldas, 2020). O terceiro estudo confronta as relações entre motivação e cidadania dos conselheiros, a partir da modelagem de equações estruturais, permitindo comparar sua atuação no ingresso e na conclusão dos mandatos.

Juntos, esses três eixos de investigação buscam alcançar um alcançar um panorama integrado que possibilita compreender como as motivações individuais se articulam às práticas de cidadania em espaços participativos. Esse conjunto de evidências reforça a relação entre motivação, ação voluntária e cidadania, destacando-os como construtos centrais para a promoção de práticas sociais sustentáveis e eficazes.

2. ESTUDO I - Entre razões e repertórios cínicos: Revisão sistemática (2015–2025) sobre motivação para o voluntariado e práticas de cidadania.

RESUMO

O voluntariado constitui um fenômeno social que, além de sua dimensão assistencial, expressa a articulação entre motivações individuais e coletivas capazes de sustentar a participação cívica e fortalecer laços comunitários. Pesquisas brasileiras propõem um modelo multidimensional que distingue razões intrínsecas (valores, altruísmo, identidade) e extrínsecas (reconhecimento, pertencimento, desenvolvimento de competências), oferecendo base para compreender o engajamento voluntário (Cavalcante, Souza, & Mól, 2015). Estudos complementares demonstram que essas motivações também sofrem influência de elementos contextuais, como o tipo de organização, a disponibilidade de recursos e as oportunidades de interação social, conformando um campo complexo de determinantes para a ação voluntária (Bezerra, Cavalcante, & Gouveia Júnior, 2022). Quando analisadas em conjunto, tais evidências apontam que o voluntariado não apenas mobiliza indivíduos em torno de causas coletivas, mas também amplia o repertório de práticas de cidadania, consolidando-se como espaço privilegiado de aprendizagem social e engajamento político (Caldas, 2020). Nesse sentido, a presente revisão sistemática da literatura busca analisar como a motivação para o voluntariado tem sido abordada e de que forma se conecta à consolidação de práticas de cidadania ativa em diferentes contextos. Os resultados evidenciam que motivações valorativas, de justiça social e de aprendizagem tendem a se articular a repertórios mais densos de cidadania ativa, ao mesmo tempo em que revelam a escassez de medidas integradas e de estudos comparativos em arranjos participativos do Sul global.

Palavras-Chave: voluntariado; motivação; cidadania; participação cívica; engajamento social.

ABSTRACT

Volunteering is a social phenomenon that, beyond its assistance-oriented dimension, reflects the interplay between individual and collective motivations capable of sustaining civic participation and strengthening community bonds. Brazilian research proposes a multidimensional model that distinguishes intrinsic reasons (personal values, altruism, social identity) and extrinsic factors (recognition, belonging, skills development), providing a basis for understanding volunteer engagement (Cavalcante, Souza, & Mól, 2015). Complementary studies show that these motivations are also shaped by contextual elements such as the type of organization, the availability of resources, and opportunities for social interaction, forming a complex field of

determinants of voluntary action (Bezerra, Cavalcante, & Gouveia Júnior, 2022). Taken together, this evidence indicates that volunteering not only mobilizes individuals around collective causes but also expands the repertoire of citizenship practices, establishing itself as a privileged space for social learning and political engagement (Caldas, 2020). In this sense, this systematic literature review examines how motivation for volunteering has been addressed and how it connects to the consolidation of active citizenship practices in different contexts. The results show that value-expressive, justice-oriented and learning motives are consistently linked to denser forms of active citizenship, while also revealing a lack of integrated measures and comparative studies in participatory arrangements in the Global South.

Keywords: volunteering; motivation; citizenship; civic participation; social engagement.

2.1 Introdução

Ao introduzir o debate sobre motivação no trabalho voluntário e suas implicações para as práticas de cidadania, propõe-se mapear, de modo sistemático, como essa relação tem sido tratada na literatura recente e quais caminhos teóricos e empíricos emergem desse diálogo no período de 2015 a 2025. Parte-se de uma revisão estruturada que, em linhas gerais, compreende planejamento, busca em bases especializadas, triagem em duas etapas, extração, avaliação e síntese, não para esgotar o assunto, mas para iluminar padrões, tensões e lacunas que atravessam o campo. A partir desse percurso, delineia-se um enquadramento teórico que conecta funções motivacionais amplamente discutidas à expressão concreta da cidadania em suas dimensões civil, política, social e ambiental, preparando o terreno para a análise que se segue.

O voluntariado constitui um espaço de aprendizagem social e de engajamento cívico, no qual razões pró-sociais (valores e justiça social) e de compreensão (aprendizado e identidade) podem se traduzir em repertórios de cidadania nas esferas civil, política, social e ambiental. Em contextos organizacionais e institucionais, essas motivações se relacionam com oportunidades de participação e com arranjos de gestão do voluntariado, influenciando a entrada, a permanência e a intensidade do engajamento.

Diante da expansão de arenas participativas e de transformações recentes de natureza digital, sanitária e programática, esta revisão sistemática da literatura investiga como a motivação no trabalho voluntário tem sido abordada e de que modo se conecta às práticas de cidadania ativa em diferentes contextos no período de 2015 a 2025. O objetivo é mapear

perspectivas teórico-metodológicas, identificar padrões e lacunas e propor uma agenda de pesquisa integrada. Em linhas gerais, o estudo seguiu etapas de planejamento, busca em bases multidisciplinares e especializadas, triagem em duas etapas (título e resumo; texto completo) para mitigar viés de seleção, extração padronizada, avaliação de qualidade e síntese narrativa com apoio bibliométrico. Os procedimentos específicos constam na Seção 2 (Metodologia).

A literatura descreve a motivação voluntária como fenômeno multifacetado que articula dimensões cognitivas, valorativas e comportamentais, combinando razões individuais e condicionantes contextuais (Clary e Snyder, 1999; Cavalcante et al., 2015). Pesquisas indicam que a participação voluntária pode atuar como formação cidadã por meio do desenvolvimento de competências, da construção de identidade e do apoio comunitário (Fedorenko & Miroshnichenko, 2023; Musick & Wilson, 2008; Nichol et al., 2023).

Modelos consolidados como o *Volunteer Functions Inventory* identificam funções motivacionais recorrentes e apontam a centralidade de valores altruístas e de preocupação com o outro, enquanto razões instrumentais tendem a menor saliência; motivos de compreensão, voltados ao aprendizado e ao crescimento pessoal, são mais expressivos entre voluntários mais jovens (Clary et al., 1998; Clary e Snyder, 1999; Chacón et al., 2017). Evidências comparativas sugerem que motivações voluntárias são moduladas por contextos culturais e sociais: em ambientes coletivistas destacam-se pertencimento e responsabilidade social, enquanto em ambientes mais individualistas predominam auto realização e reconhecimento (Chen et al., 2022). No caso brasileiro, estudos indicam coexistência dinâmica de motivações altruístas e egoístas, com impactos sobre repertórios de cidadania (Cavalcante et al., 2015; Caldas, 2020).

No plano normativo e da participação social, o período de 2015 a 2025 reúne marcos internacionais que institucionalizam participação, coprodução e avaliação como requisitos de governança, incluindo a Agenda 2030, o Acordo de Paris, a Agenda de Ação de Adis Abeba, a Nova Agenda Urbana e diretrizes de Governo Aberto (United Nations, 2015a, 2015b; United Nations Framework Convention on Climate Change [UNFCCC], 2015/2016; UN-Habitat, 2016; Organisation for Economic Co-operation and Development [OECD], 2017; Open Government Partnership [OGP], 2023). Esse conjunto fornece um contexto propício para analisar como as motivações se convertem em práticas de cidadania.

À luz do recorte adotado, indícios apontam associação mais forte entre motivos valorativos e de compreensão e as esferas civil, política, social e ambiental, enquanto razões

estritamente instrumentais mostram vínculos mais fracos com o comportamento cidadão (Chacón et al., 2017; Caldas, 2020). Em arenas institucionais como conselhos, trabalhos identificam relações entre justiça social, pertencimento comunitário e níveis mais elevados de participação cívica (Leite, 2023). Em síntese, a ligação entre motivação e cidadania envolve mecanismos de internalização de valores, construção de eficácia e identidade cívica e fortalecimento do capital social, entendido como redes, confiança e reciprocidade (Wilson e Musick, 1999; Fedorenko, 2023; Nichol et al., 2023).

Em contextos emergenciais, estudos registram a relevância de combinações entre altruísmo e incentivos concretos para entrada e permanência de voluntários (Heffernan et al., 2020; Umar et al., 2022; Fithroni et al., 2023). Em campos temáticos como o ambiental, a literatura discute associações entre motivação pró-social e cidadania ambiental (Sextus et al., 2024). Esses elementos sustentam a pertinência da presente revisão ao integrar dimensões motivacionais, contextuais e culturais na explicação das práticas de cidadania.

2.2 Metodologia

Parte-se de uma revisão sistemática da literatura orientada a analisar a relação entre voluntariado e práticas de cidadania sob a ótica da motivação. Busca-se, assim, organizar o estado da arte, evidenciar a lacuna quanto ao tratamento unificado entre motivação, voluntariado e prática cidadã, e oferecer um percurso transparente para identificação, seleção, extração e síntese das evidências.

Adotou-se o recorte de 01/01/2015 a 30/06/2025 por reunir marcos que reconfiguraram o campo: a agenda internacional pós-2015, a expansão, a partir de 2016, de arranjos deliberativos e digitais de participação, o choque organizacional da Covid-19 entre 2020 e 2022 com o impulso a modalidades on-line de engajamento, e a consolidação de arenas participativas subnacionais no Brasil. No contexto brasileiro, o recorte abrange a institucionalização e digitalização do Orçamento Democrático Estadual da Paraíba, instituído em 2018 e regulamentado em 2023, com ciclos anuais de plenárias e, desde 2021, plataforma de votação on-line que ampliou acesso e rastreabilidade de prioridades regionais, configurando um ambiente fértil para observar a conversão de motivações em repertórios de cidadania até 2025.

A revisão sistemática pressupõe busca exaustiva, transparente e reproduzível, pois é a partir dela que se identificam padrões, lacunas e oportunidades de avanço teórico (Botelho et al., 2011; Tranfield et al., 2003; Siddaway et al., 2019). Em consonância com essas diretrizes, a

estratégia desta revisão foi estruturada por três domínios conceituais centrais: voluntariado, motivação e práticas de cidadania. As buscas foram operacionalizadas em português e inglês, combinando termos controlados e palavras-livres, operadores booleanos, truncamentos e, quando disponível, operadores de proximidade.

Para maximizar cobertura e mitigar vieses de indexação, utilizaram-se bases multidisciplinares e especializadas: *Scopus/Web of Science*, *SciELO*, Portal de Periódicos CAPES e Google Acadêmico. Todos os repositórios receberam o mesmo protocolo de triagem e elegibilidade, com aplicação uniforme do recorte temporal (01/01/2015–30/06/2025) e do filtro de idioma (português e inglês).

Os termos derivam dos constructos e de seus sinônimos principais, incluindo voluntariado, trabalho voluntário e *volunteering*; motivação, *motivational factors*, *volunteer functions* e *VFI*; cidadania, práticas de cidadania, *civic participation and civic engagement*. Em bases com vocabulário controlado, empregaram-se descritores específicos, combinados a termos livres em título e resumo.

A busca ocorreu em rodadas interativas, contemplando piloto e execução final. Em cada consulta, registraram-se string completa, data e hora, filtros aplicados e número de resultados; os registros foram exportados em BibTeX ou CSV e submetidos à triagem. A seleção seguiu duas etapas sucessivas, com leitura de título e resumo. Procedeu-se ainda ao rastreio de citações por retrocesso e avanço (*backward e forward snowballing*), incluindo novos registros apenas quando atendiam integralmente aos critérios estabelecidos. Considerou-se saturação quando duas rodadas consecutivas não adicionaram estudos elegíveis. A tabela de extração com os 596 registros identificados e suas principais informações bibliográficas encontra-se disponível no Anexo G.

Para reduzir vieses de idioma e de indexação, combinaram-se bases internacionais e regionais, termos bilíngues e rastreamento de referências. Obras seminais anteriores a 2015 foram mobilizadas exclusivamente na fundamentação teórica, mantendo o corpus empírico restrito ao recorte definido. Os critérios de inclusão e exclusão adotados nesta revisão encontram-se sintetizados no Quadro 3, que apresenta de forma esquemática os parâmetros considerados para a seleção das publicações analisadas. As *strings* completas de pesquisa, separadas por base, constam no Apêndice.

Quadro 3 – Critérios de inclusão e exclusão dos estudos (versão resumida)

Critério	Inclusão	Exclusão
Período	2015 a 2025	Estudos anteriores a 2015, exceto clássicos empregados apenas na fundamentação teórica
Idioma	Português e Inglês	Outros idiomas
Tipo de documento	Artigos revisados por pares, publicados em periódicos científicos indexados	Teses, dissertações, relatórios técnicos, anais de eventos e capítulos de livro
Escopo temático	Estudos que abordem motivação no trabalho voluntário e sua relação direta ou indireta com cidadania, participação cívica ou engajamento em organizações e causas coletivas	Trabalhos que tratem de voluntariado sem qualquer conexão com cidadania ou participação cívica e estudos sobre cidadania sem vínculo com motivação voluntária ou engajamento em voluntariado
Disponibilidade	Texto completo disponível nas bases de dados selecionadas	Registros bibliográficos sem acesso ao texto integral
Relevância metodológica	Estudos empíricos e revisões sistemáticas, integrativas ou narrativas com métodos descritos, bem como ensaios teóricos que articulem de forma explícita motivação voluntária e cidadania com base em literatura estruturada	Artigos opinativos, notas técnicas, comentários e textos sem descrição metodológica ou com evidências insuficientes

Fonte: Elaboração própria.

Foram considerados elegíveis estudos publicados entre 01/01/2015 e 30/06/2025, em português ou inglês, com método explicitado e que abordassem, de modo conjunto ou articulado, pelo menos dois dos três domínios centrais desta revisão: motivação, trabalho voluntário e cidadania ou participação cívica. Admitiram-se quaisquer domínios de voluntariado, incluindo social, saúde, ambiental, educacional, governança e eventos, bem como diferentes populações e contextos geográficos. O desfecho cidadania foi tratado em duas modalidades principais: mensuração explícita por instrumentos ou indicadores validados e articulação conceitual consistente no corpo do texto, quando a participação, o engajamento cívico ou a atuação em

organizações da sociedade civil eram descritos de forma sistemática.

A seleção dos estudos considerou um núcleo de publicações que integram explicitamente motivação voluntária, voluntariado e práticas de cidadania, e um conjunto de estudos adjacentes que articulam pelo menos dois desses domínios, contribuindo para a compreensão dos mecanismos de engajamento cívico. Foram excluídos editoriais, ensaios opinativos sem método, cartas, resumos de congresso sem texto completo, estudos estritamente clínico assistenciais sem interface cívica, retratações e publicações fora do recorte temporal ou idiomático. Teses e dissertações foram utilizadas como apoio conceitual, quando pertinentes, mas não compuseram o corpus empírico. Nos casos em que a cidadania aparecia apenas como articulação conceitual, os estudos foram mantidos exclusivamente para a síntese qualitativa, não integrando as contagens de direção de efeito.

O percurso metodológico seguiu boas práticas de revisão sistemática em Administração e ciências sociais (Tranfield et al., 2003; Siddaway et al., 2019), compreendendo as etapas de planejamento, execução da busca, seleção, extração, avaliação, síntese e reporte. As estratégias de busca foram executadas em bases multidisciplinares e especializadas, especificamente *Scopus/Web of Science*, *SciELO*, Portal de Periódicos CAPES e Google Acadêmico, em português e inglês, com aplicação uniforme do recorte temporal e dos filtros de idioma. Para cada consulta, registraram-se a string completa, a data e hora, os filtros aplicados e o número de resultados. A triagem ocorreu em duas etapas sucessivas, com leitura de título e resumo e, em seguida, leitura integral do texto à luz dos critérios de inclusão e exclusão.

A estratégia analítica adotou um enfoque qualitativo interpretativo, orientado à identificação de padrões temáticos e de relações conceituais entre motivação voluntária e práticas de cidadania. Após análise dos textos, foram organizadas as matrizes de síntese com informações sobre objetivos, métodos, instrumentos e principais achados, o que permitiu comparações horizontais e verticais. Esse procedimento alinha-se às recomendações para revisões sistemáticas em ciências sociais aplicadas (Kitchenham et al., 2009) e privilegia a busca por consistência teórica, variações contextuais e lacunas de pesquisa. A síntese narrativa foi utilizada como técnica principal, viabilizando a integração crítica e reflexiva de evidências heterogêneas (Popay et al., 2006).

As strings completas de pesquisa, separadas por base, constam no Apêndice. A trajetória detalhada de coleta, consolidação, triagem e inclusão dos estudos, com a descrição das etapas e

filtros aplicados, é apresentada no Anexo E, de modo a reforçar a transparência e a reproduutibilidade do percurso metodológico adotado.

2.3 Resultados e Discussão

Nesta seção, apresentamos (i) a caracterização do corpus (tamanho, periódicos, citações), (ii) os principais padrões temáticos que conectam funções motivacionais e cidadania e (iii) evidências bibliométricas compatíveis com o escopo da revisão. Em seguida, discutimos as implicações à luz do referencial teórico selecionado. A apresentação parte do panorama do corpus e avança para implicações interpretativas, conectando padrões de produção científica com a discussão sobre motivação no voluntariado e práticas de cidadania.

Os padrões sintetizados nesta seção dialogam diretamente com autores clássicos e contemporâneos do campo. A associação entre motivações de natureza valorativa, de justiça social e de aprendizagem e repertórios mais densos de cidadania ativa converge com evidências de Musick e Wilson (2007), Wilson e Musick (1999) e Cavalcante (2012, 2016), bem como com análises recentes sobre práticas de cidadania em contextos brasileiros de participação (Caldas, 2020; Caldas & Cavalcante, 2023). Do mesmo modo, as lacunas relativas à escassez de medidas integradas de motivação e cidadania e à sub-exploração de arranjos participativos em países do Sul global ecoam diagnósticos de Brudney e Meijs (2014), Lavalle et al. (2016) e Araújo (2001), entre outros. Dessa forma, os achados da revisão sistemática não são apenas uma fotografia descritiva do período 2015–2025, mas uma atualização crítica de debates teóricos já em curso sobre o papel do voluntariado e da cidadania ativa na mediação entre Estado e sociedade.

A etapa de identificação, a partir das buscas descritas na metodologia, retornou 596 registros nas bases consultadas, sendo 126 em Scopus/Web of Science, 385 na coleção SciELO, 30 no Portal de Periódicos CAPES e 55 no Google Acadêmico. Após a deduplicação por título e DOI, foram mantidos 582 registros únicos.

A partir desse conjunto, procedeu-se à triagem por título e resumo, com aplicação estrita dos critérios de inclusão e exclusão. Nesta fase, o foco da revisão foi localizar estudos que trabalhassem, de forma substantiva, a relação entre três constructos centrais: motivação, trabalho voluntário e cidadania/participação cívica. Assim, foram excluídos: (i) artigos que tratavam apenas de voluntariado, sem qualquer interface com cidadania ou engajamento cívico; (ii) estudos sobre cidadania, participação política ou engajamento comunitário que não envolviam

trabalho voluntário; (iii) trabalhos que mencionavam motivação de forma genérica, sem ancoragem em contextos de voluntariado; e (iv) publicações com foco estritamente clínico-assistencial, sem desdobramentos em práticas cidadãs.

Além disso, foram descartados, já na leitura de títulos e resumos, os registros que abordavam apenas um dos três domínios ou que mencionavam um segundo constructo de maneira periférica, sem articulá-lo ao problema de pesquisa. Em outras palavras, a triagem privilegiou estudos em que a motivação para o trabalho voluntário aparecia conectada, de maneira explícita ou analiticamente consistente, à cidadania ou à participação cívica. Esse filtro temático explica a redução expressiva do número de registros: dos 582 estudos únicos inicialmente identificados, apenas 60 apresentaram, em título e resumo, indícios suficientes de articulação entre motivação, voluntariado e cidadania para avançar à leitura completa.

Na etapa seguinte, procedeu-se à avaliação do texto completo desses 60 estudos, à luz dos mesmos critérios. A leitura integral permitiu verificar se a cidadania era tratada como constructo substantivo – por meio de escalas, indicadores de participação, engajamento comunitário ou discussão conceitual estruturada – ou apenas mencionada lateralmente. Foram excluídos, nesse momento, artigos opinativos sem método, textos com descrição insuficiente dos procedimentos, estudos cujo foco empírico se afastava da interface entre motivação voluntária e cidadania, bem como publicações em que a cidadania aparecia apenas como palavra-chave ou referência marginal, sem implicações analíticas.

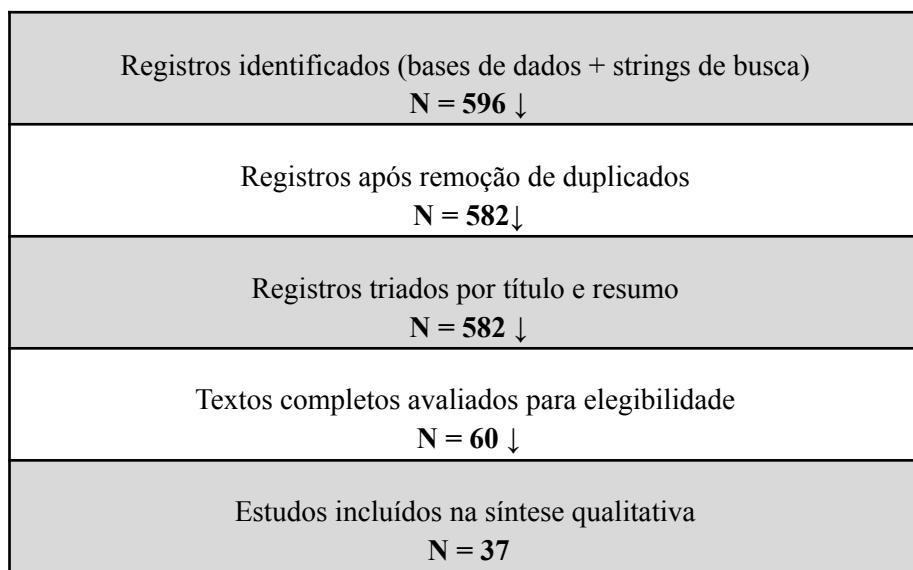
Ao final desse processo, 37 publicações foram incluídas na síntese qualitativa. O salto de 582 registros únicos para 60 textos avaliados em profundidade, e destes para 37 estudos incluídos, decorre justamente da exigência de que os artigos trabalhassem de maneira articulada os três constructos centrais da revisão (motivação, voluntariado e cidadania ou, no mínimo, que explorassem de forma consistente a relação entre motivação para o trabalho voluntário e repertórios de cidadania ativa). Estudos que abordavam apenas um dos domínios, ou que mencionavam os outros de forma tangencial, foram sistematicamente excluídos, o que reforça a coerência temática do corpus final, ainda que às custas de um número mais restrito de publicações.

Os periódicos dos estudos incluídos constam na coluna *jornal* do Apêndice correspondente; análises de concentração por título, área e fator de impacto ficam condicionadas à complementação desses metadados (volume, número, páginas e, se necessário, editora).

Detalhes bibliográficos de todos os registros triados, incluindo aqueles posteriormente excluídos, podem ser consultados na tabela de extração apresentada no Anexo G.

O processo de identificação, triagem, avaliação de elegibilidade e inclusão seguiu os critérios declarados para esta revisão, sintetizados no Quadro 3. A Figura 1 apresenta o fluxo de identificação, triagem e seleção dos estudos incluídos na revisão sistemática.

Figura 1 -Fluxograma Processo de seleção dos estudos



Fonte: Elaborado pelo próprio autor

O corpus final da revisão sistemática é composto por n = 37 estudos que atenderam aos critérios de inclusão descritos na seção de metodologia. Desse conjunto, a maior parte integra o núcleo da revisão, por articular de forma explícita motivação para o trabalho voluntário, voluntariado e práticas de cidadania ou participação cívica, seja por mensuração direta, seja por discussão conceitual robusta. Um conjunto menor de publicações foi classificado como estudos adjacentes, por mobilizar pelo menos dois desses domínios (por exemplo, motivação e voluntariado em contextos de engajamento comunitário, ambiental, educacional ou político), contribuindo para o refinamento conceitual e para a compreensão de mecanismos que favorecem a passagem do engajamento voluntário para repertórios de cidadania. A síntese dos resultados considera essa distinção analítica, apresentando, em primeiro lugar, os achados do núcleo da revisão e, em seguida, as contribuições dos estudos adjacentes para o alargamento do campo,

especialmente no que se refere às interseções entre motivação, engajamento voluntário e participação cidadã em diferentes contextos.

Como recurso de análise descritiva, elaborou-se uma nuvem de palavras a partir dos títulos das publicações incluídas no corpus final (Figura 2). Essa representação gráfica destaca a frequência relativa de termos recorrentes, evidenciando conceitos centrais do campo. Observa-se que palavras como “voluntário”, “cidadania”, “engajamento”, “estudantes”, “contexto” e “saúde” aparecem de forma destacada, indicando tanto a centralidade da motivação voluntária quanto a associação com dimensões cívicas e organizacionais. Assim, a nuvem de palavras reforça a pertinência da revisão ao sinalizar a convergência temática das produções analisadas em torno de cidadania, participação e práticas sociais.

Figura 2 – Nuvem de palavras dos títulos das publicações (2015–2025)



Fonte: elaboração própria a partir da revisão sistemática.

A análise qualitativa dos artigos evidencia dois modos principais de tratar a cidadania. O primeiro corresponde à mensuração direta com escalas validadas, como em Caldas (2020) e Amorim et al. (2018). O segundo aparece por articulação conceitual, quando a cidadania é vinculada a indicadores de participação, atitudes e engajamento comunitário descritos no texto. Em ambos os casos, os resultados convergem para a associação consistente entre motivações de

valores e de compreensão e as práticas de cidadania, enquanto razões estritamente instrumentais tendem a apresentar relações mais frágeis ou condicionadas ao contexto.

Nos diferentes contextos setoriais, emergem especificidades que ajudam a qualificar a interpretação dos achados. No voluntariado informal e nas organizações da sociedade civil, práticas de gestão como acolhimento, suporte e reconhecimento atuam como mediadoras entre motivação e permanência (Alves, Pereira e Cavalcante, 2018; Bechara e Bernardino, 2021; Orsini e Souza, 2018; Alves et al., 2022). Em eventos esportivos, destacam-se motivações baseadas em valores e sociabilidade associadas a representações comunitárias, ainda que nem sempre mensuradas diretamente por escalas de cidadania (Bavaresco et al., 2022). No setor público, análises com servidores e iniciativas institucionais sugerem que o desenho organizacional e as oportunidades reais de participação modulam a tradução de motivações em práticas cívicas (Ariete et al., 2022; Ribeiro, Pinheiro e Sampaio, 2018).

Do ponto de vista teórico, observa-se a emergência de modelos comprehensivos de motivação no contexto latino-americano que dialogam com a literatura funcional internacional, a exemplo do VFI, ao mesmo tempo em que adaptam razões intrínsecas, sociais e instrumentais às realidades locais (Oliveira-Silva, Araújo e Barbosa, 2022). Revisões recentes também consolidam tendências e lacunas no campo, oferecendo sínteses úteis para a orientação de novas investigações (Silva e Macêdo, 2022).

Um dos padrões mais consistentes identificados é a prevalência de motivações altruístas, como valores, justiça social, solidariedade e responsabilidade social, enquanto principais preditores do engajamento cívico. Essa tendência atravessa áreas diversas, incluindo humanitária, ambiental, esportiva e saúde mental, e é reforçada por evidências qualitativas em contextos de alta vulnerabilidade, como no apoio a migrantes e refugiados (Yarris et al., 2020). Estudos nacionais corroboram essa predominância, destacando o papel do cuidado, do compromisso e de valores universais no sustento do engajamento mesmo em cenários desafiadores (Siqueira, 2017). Em síntese, os resultados convergem para a constatação de que valores e compreensão formam o elo mais consistente entre motivação e cidadania, enquanto condições organizacionais e institucionais atuam como amplificadores desse vínculo.

No horizonte temporal de 2015 a 2025, os achados da revisão sistemática indicam que motivação para o voluntariado e práticas de cidadania vêm sendo exploradas de modo crescente e diversificado, especialmente em contextos marcados por transformações sociais e políticas. O

crescimento expressivo em 2020 e 2022, observado no panorama bibliométrico, pode ser associado às mudanças induzidas pela pandemia da Covid-19, que impulsionaram novas formas de engajamento digital, e à intensificação de agendas internacionais voltadas à sustentabilidade e à participação cívica. Esse quadro sugere que a motivação voluntária é sensível às variações contextuais, sendo reconfigurada por dinâmicas coletivas e por arenas de participação institucionalizada (Cavalcante, Souza e Mól, 2015; Chen, Wang e Li, 2022).

Do ponto de vista conceitual, confirma-se que razões pró-sociais, como altruísmo e justiça social, e razões de aprendizado estão associadas a níveis mais elevados de cidadania ativa, em consonância com a literatura nacional e internacional (Caldas, 2020; Chacón et al., 2017). Em contrapartida, razões estritamente instrumentais, como benefícios de carreira ou recompensas materiais, revelam vínculos mais frágeis ou contextuais. Esse padrão reforça interpretações do voluntariado como mecanismo de formação cívica, em diálogo com o referencial clássico de Marshall (1967) sobre cidadania civil, política e social e com a dimensão ambiental proposta por Caldas (2020).

A relação entre motivação e cidadania opera por mecanismos múltiplos que se reforçam mutuamente. Destacam-se a internalização de valores pró-sociais que se convertem em repertórios cívicos concretos, o fortalecimento da identidade cívica que aumenta a disposição para a participação pública e a ampliação do capital social, sustentado por redes de confiança e reciprocidade (Putnam, 2006; Wilson e Musick, 1999). Esse processo de retroalimentação sugere que a prática voluntária não apenas decorre de motivações intrínsecas, mas também as consolida ao longo do tempo, configurando um ciclo virtuoso de engajamento cívico.

Quanto às abordagens metodológicas, parte significativa dos estudos adota técnicas quantitativas robustas, como modelagem de equações estruturais e análises fatoriais, enquanto outra parcela privilegia métodos qualitativos voltados a contextos locais e experiências comunitárias. A diversidade metodológica confirma a heterogeneidade do campo e aponta para a necessidade de integração entre enfoques, de modo a articular evidências estatísticas e narrativas de sentido e pertencimento (Aria e Cuccurullo, 2017; Zupic e Čater, 2015).

No caso brasileiro, investigações sobre conselhos participativos e arranjos institucionais, com destaque para o Orçamento Democrático da Paraíba, indicam que motivações ligadas à justiça social e ao pertencimento comunitário se associam a níveis mais elevados de participação cívica (Leite, 2023; Amorim, 2024). Essa evidência se conecta diretamente com a proposta do

Estudo II desta dissertação, que busca testar, por meio de modelagem de equações estruturais, em que medida dimensões motivacionais predizem práticas de cidadania entre conselheiros do ODE-PB. A presente revisão, portanto, fornece base teórica e empírica para sustentar o modelo analítico do estudo subsequente, ao mesmo tempo em que evidencia lacunas que justificam sua realização.

Entre as lacunas mapeadas, destacam-se a escassez de estudos que integrem, em um mesmo modelo, medidas validadas de motivação e cidadania, a necessidade de análises interculturais comparativas capazes de captar variações entre contextos coletivistas e individualistas e a sub-exploração de dimensões ambientais da cidadania, cuja relevância cresce em cenários de crise climática e de busca por sustentabilidade. Tais aspectos compõem uma agenda de pesquisa que articule escalas psicométricas validadas (Cavalcante, 2012; Caldas, 2020) com arranjos institucionais concretos, a exemplo de conselhos participativos, reforçando a pertinência do percurso metodológico adotado nesta dissertação.

Em conjunto, os resultados e a discussão delineiam um quadro integrado no qual a motivação voluntária se associa à cidadania ativa por meio de múltiplos mecanismos, contextos e dimensões. Essa síntese prepara o terreno para o estudo empírico subsequente, voltado a examinar como esses fatores operam no cotidiano de conselhos regionais, particularmente no ODE-PB.

2.4 Conclusões e Recomendações

Considerando o corpus final de 37 estudos incluídos na síntese qualitativa, dos quais 24 integram o núcleo da revisão e 14 foram classificados como estudos adjacentes, a revisão sistemática conduzida no recorte de 2015 a 2025 evidencia um padrão consistente: motivações de natureza valorativa e de compreensão são as mais fortemente associadas a repertórios de cidadania nas dimensões civil, política, social e ambiental, enquanto razões estritamente instrumentais tendem a apresentar vínculos mais frágeis ou condicionados pelo contexto (Chacón et al., 2017; Chen et al., 2022). A conversão de motivos em práticas cidadãs aparece mediada por fatores culturais e institucionais e se explica por mecanismos complementares, como a internalização de valores, o fortalecimento da eficácia e da identidade cívica e a formação de capital social baseado em redes de confiança e reciprocidade (Putnam, 2000; Wilson & Musick, 1999).

No plano teórico, os achados confirmam a centralidade de valores altruístas e de justiça

social como sustentadores do engajamento voluntário, em diálogo com referenciais clássicos de cidadania e com a ampliação contemporânea para a dimensão ambiental (Marshall, 1992; Caldas, 2020). No plano metodológico, observa-se avanço em mensuração e validação de escalas, embora persista a necessidade de modelos integrados que articulem, em um mesmo desenho analítico, dimensões motivacionais e cidadãs (Cavalcante et al., 2015; Oliveira-Silva, Araújo & Barbosa, 2022).

À luz desse quadro, a escolha das escalas de motivação propostas por Cavalcante (2012, 2016) e da escala de práticas de cidadania desenvolvida por Caldas (2020) para os estudos empíricos desta dissertação se justifica por três razões principais. Primeiro, porque esses instrumentos sintetizam avanços recentes de mensuração identificados na própria revisão, articulando dimensões motivacionais valorativas, de justiça social, de aprendizagem e de afiliação com repertórios de cidadania civil, social, política e ambiental. Segundo, porque foram construídos e validados no contexto brasileiro, em diálogo direto com debates sobre participação e controle social em conselhos, orçamentos participativos e arranjos de democracia participativa. Terceiro, porque respondem diretamente às lacunas mapeadas na RSL quanto à necessidade de modelos integrados que permitam testar, em um mesmo desenho analítico, o encadeamento entre motivação, voluntariado e cidadania. Desse modo, Cavalcante e Caldas aparecem simultaneamente como referências teóricas centrais e como autores de escalas capazes de suprir parte das lacunas identificadas, razão pela qual suas contribuições estruturaram os Estudos II e III desta dissertação.

Persistem ainda lacunas que orientam uma agenda de pesquisa promissora. Faltam investigações que tratem de maneira integrada motivações extrínsecas, pragmáticas e situacionais, como reconhecimento, certificação, incentivos e condições econômicas, e que estimem seus efeitos sobre entrada, permanência e tradução em cidadania. Recomenda-se incorporar variáveis culturais e institucionais e explorar contextos específicos, como voluntariado em emergências, apoio a refugiados e microvoluntariado digital, capazes de captar dimensões pragmáticas, emocionais e midiáticas da ação (Chen et al., 2022; Meijeren et al., 2023; Heffernan et al., 2020).

A dinâmica motivacional demanda desenhos temporais e métodos mistos que permitam acompanhar mudanças, mecanismos e retenção ao longo do tempo. Estudos longitudinais, quase-experimentos, amostragens de experiências ou diários e modelos de mediação e moderação com medidas repetidas configuram caminhos metodológicos adequados. Revisões

recentes reforçam a utilidade de combinar abordagens qualitativas e quantitativas para explicar variações motivacionais que afetam a permanência em programas de voluntariado (Chacón et al., 2017; Sextus et al., 2024; Bible et al., 2023).

Mudanças sanitárias, fluxos migratórios e emergências sociais ampliaram espaços de atuação voluntária e tensionam modelos tradicionais de gestão e participação. São necessárias pesquisas sobre voluntariado em contexto de pandemia, voluntariado estudantil e profissional em saúde, micro voluntariado e engajamento em esportes, com foco em recrutamento, formação, suporte e retenção sensíveis ao perfil de cada público (Umar et al., 2022; Fithroni et al., 2023). Outro limite recorrente é a predominância de auto relatos, que restringe inferências sobre a tradução efetiva de motivos em ação. Recomenda-se incluir desfechos observáveis, como presença em conselhos e instâncias deliberativas, engajamento em plataformas cívicas, horas validadas e taxas de retenção, uma vez que a oferta real de oportunidades institucionais de participação se associa a maior engajamento (Leite, 2023; Caldas, 2020).

Do ponto de vista aplicado, transformar motivação em cidadania ativa sustentável exige arranjos institucionais que combinem reconhecimento simbólico, trilhas formativas, feedback público e coprodução de serviços com organizações da sociedade civil e governos. Evidências recentes sobre motivação para coprodução do bem público indicam que disposições cidadãs podem ser mobilizadas por desenhos institucionais adequados (Bezerra, Cavalcante & Gouveia Júnior, 2022), enquanto a literatura sobre formação cívica destaca o papel educativo do voluntariado na construção de repertórios democráticos e na consolidação de vínculos comunitários (Fedorenko, 2023).

Como síntese final e orientação prática para novas pesquisas, o Quadro 4 organiza os achados principais, as lacunas identificadas e as recomendações prioritárias, servindo como guia para estudos que integrem medidas validadas de motivação e cidadania e avancem na identificação de mecanismos e contextos que ampliem a efetividade cívica do voluntariado.

Quadro 4 – Achados, lacunas e agenda de pesquisa da RSL

Aspecto	Síntese
---------	---------

Achados principais	<ul style="list-style-type: none"> Valores altruístas, justiça social e motivos de compreensão são os principais fatores motivacionais ligados à cidadania civil, política, social e ambiental. Motivações instrumentais apresentam vínculos mais fracos ou altamente contextuais. Condições organizacionais (acolhimento, suporte, reconhecimento) funcionam como amplificadores da motivação e da permanência. A cidadania é tratada tanto por escalas validadas quanto por indicadores de participação e engajamento. Observa-se crescente relevância de contextos emergenciais (pandemias, migrações, voluntariado digital).
Lacunas identificadas	<ul style="list-style-type: none"> Escassez de estudos que integrem motivações extrínsecas, pragmáticas e situacionais (certificação, incentivos, condições econômicas). Predominância de auto relatos, limitando inferências sobre ação efetiva e cidadania praticada. Poucos modelos integrados que unam motivação e cidadania em uma mesma arquitetura analítica. Carência de análises longitudinais e interculturais que capturem variações contextuais. Dimensão ambiental da cidadania ainda pouco explorada, apesar de sua relevância crescente.
Agenda de pesquisa futura	<ul style="list-style-type: none"> Utilizar métodos mistos (qualitativos + quantitativos) e desenhos longitudinais ou quase-experimentais. Incorporar desfechos observáveis (presença em conselhos, engajamento digital, horas validadas, retenção). Explorar voluntariado em contextos críticos (refugiados, emergências sanitárias, esportes, microvoluntariado digital). Harmonizar medidas e escalas (núcleo comum + módulos contextuais) para permitir comparações.

	<ul style="list-style-type: none"> ● Testar efeitos de mediações e moderações culturais e institucionais. ● Avançar na integração entre políticas públicas, organizações da sociedade civil e arranjos de coprodução.
--	---

Fonte: Elaborado pelo próprio autor

Assim, esta RSL oferece três contribuições centrais.

1. **Teórica:** sistematiza fatores motivacionais associados à cidadania e confirma que valores e compreensão são os elos mais consistentes na explicação da cidadania ativa.
2. **Metodológica:** identifica lacunas e sugere o uso de métodos mistos, medidas padronizadas e desfechos observáveis que permitam avançar na modelagem da relação entre motivação e práticas de cidadania.
3. **Prática/Política:** indica que a cidadania ativa pode ser fortalecida por meio de políticas de gestão do voluntariado que integrem motivação individual e arranjos institucionais, articulando organizações da sociedade civil e governos em estratégias de coprodução do bem público.

Por fim, os resultados desta revisão constituem a base para o Estudo II da dissertação, que testará empiricamente, via modelagem de equações estruturais, a relação entre motivações voluntárias e práticas de cidadania no contexto dos conselheiros do Orçamento Democrático da Paraíba (ODE-PB). Ao mapear tendências e lacunas, esta revisão não apenas sintetiza o estado da arte, mas também orienta agendas futuras e contribui para o fortalecimento do voluntariado e da cidadania ativa em arranjos participativos contemporâneos.

3. ESTUDO II – Da motivação às práticas: análise de equações estruturais com conselheiros do Orçamento Democrático da Paraíba. Um teste de modelo integrando motivação voluntária e cidadania ativa.

RESUMO

Este artigo investiga, no contexto do Orçamento Democrático Estadual da Paraíba (ODE-PB), em que medida a motivação para o trabalho voluntário explica a ocorrência de práticas de

cidadania entre conselheiros regionais. Parte-se do pressuposto de que fatores motivacionais distintos incidem na entrada, permanência e saída dos conselheiros, condicionando repertórios de engajamento cívico. O estudo adota o paradigma funcionalista-positivista e uma abordagem quantitativa. A coleta de dados foi realizada por meio de questionários aplicados a 200 conselheiros do ODE-PB, contemplando o Modelo Estrutural de Motivação no Trabalho Voluntário e a Escala de Práticas de Cidadania. Foram conduzidas análises fatoriais confirmatórias e modelagem por equações estruturais, estimando relações diretas e indiretas entre dimensões motivacionais e práticas de cidadania. O objetivo é oferecer evidências empíricas sobre como a motivação voluntária se traduz em ação cidadã no âmbito dos conselhos regionais, contribuindo para a gestão de voluntários e o desenho de políticas participativas. Os resultados pretendem avançar a agenda de pesquisa ao integrar motivação e cidadania ativa em um mesmo arcabouço analítico, com implicações para teorias de engajamento cívico e para a efetividade de arranjos participativos subnacionais. Empiricamente, os achados indicam que motivos valorativos e de compreensão se associam de forma mais robusta às práticas de cidadania civil, social e política, enquanto razões estritamente instrumentais apresentam efeitos mais modestos e a cidadania ambiental revela vínculos menos consistentes.

Palavras-Chave: motivação no voluntariado; cidadania ativa; engajamento cívico; orçamento democrático; modelos de equações estruturais.

ABSTRACT

This article investigates, within the context of the Paraíba State Democratic Budget (ODE-PB), the extent to which motivation for volunteer work explains the occurrence of citizenship practices among regional councilors. It assumes that distinct motivational factors influence the entry, retention, and departure of councilors, shaping their repertoires of civic engagement. The study adopts a functionalist-positivist paradigm and a quantitative approach. Data collection was conducted through questionnaires administered to 200 ODE-PB councilors, using the Structural Model of Motivation in Volunteer Work and the Citizenship Practices Scale. Confirmatory factor analysis and structural equation modeling were conducted, estimating direct and indirect relationships between motivational dimensions and citizenship practices. The objective is to provide empirical evidence on how volunteer motivation translates into civic action within regional councils, contributing to volunteer management and the design of participatory policies. The results aim to advance the research agenda by integrating motivation and active citizenship into the same analytical framework, with implications for theories of civic engagement and the

effectiveness of subnational participatory arrangements. Empirically, the findings show that value-expressive and understanding motives are more strongly associated with civil, social and political citizenship practices, whereas strictly instrumental reasons display more modest effects and environmental citizenship exhibits weaker and less consistent links.

Keywords: volunteer motivation; active citizenship; civic engagement; participatory budgeting; structural equation models.

3.1 Introdução

A motivação no trabalho é influenciada por múltiplos fatores e ajuda a explicar tanto a dedicação às tarefas quanto comportamentos correlatos que não se limitam ao desempenho, afetando o ambiente interno e externo das organizações, os processos de inovação e, por consequência, sua competitividade (Carvalho & Rua, 2017; Da Silva Zonatto et al., 2018). O alcance dos objetivos organizacionais depende do desempenho individual e coletivo, estando a motivação diretamente associada a ambos: quando as pessoas se sentem motivadas, tendem a apresentar melhor desempenho e a contribuir mais efetivamente para os resultados (Carvalho & Rua, 2017).

No caso do trabalho voluntário, o papel da motivação torna-se ainda mais central, pois a ausência de incentivos salariais desloca o foco para motivações não materiais, o que distingue voluntários de trabalhadores remunerados e demanda abordagens específicas de gestão (Brudney & Meijis, 2009; Cnaan & Cascio, 1998; Liao-Troth, 2001; Musick & Wilson, 2007). Reconhecer essas motivações é essencial para criar condições de engajamento e retenção em organizações da sociedade civil e arranjos participativos, bem como para compreender dinâmicas de entrada, permanência e saída de voluntários.

No Orçamento Democrático Estadual da Paraíba (ODE-PB), conselheiras e conselheiros exercem funções de representação social e mediação entre população e governo na formulação e no monitoramento de políticas e investimentos públicos, acompanhando ações, serviços e obras do Estado (Paraíba, 2020; Lavalle et al., 2016). Nesse contexto, diferentes razões para voluntariar podem incidir sobre a atuação cotidiana e a continuidade no mandato (Cavalcante, 2012; Dos Santos Silva et al., 2020), o que justifica investigar como e em que medida a motivação explica repertórios de participação desses atores.

A cidadania é compreendida aqui como um processo participativo que combina ações

individuais e coletivas e promove protagonismo social orientado por valores voltados ao bem comum e à justiça (Dias, 2014). Partindo do referencial clássico de Marshall (1967), com as dimensões civil, política e social, Caldas (2020) avança uma proposta de mensuração que acrescenta a dimensão das práticas ambientais e oferece uma escala adequada ao contexto brasileiro para captar repertórios de participação e engajamento cívico. Assim, este estudo integra um arcabouço de motivação no voluntariado (Cavalcante, 2012; Ferraz et al., 2021) à Escala de Práticas de Cidadania (Caldas, 2020) para examinar, no âmbito do ODE-PB, em que medida as dimensões motivacionais predizem a ocorrência de práticas de cidadania entre conselheiros regionais.

No que se refere à motivação para o trabalho voluntário, este estudo adota o modelo proposto por Cavalcante (2012), que organiza os motivos em cinco dimensões: altruísta, justiça social, afiliativo, aprendizado e egoísta. Motivações altruístas e de justiça social remetem a orientações valorativas voltadas ao bem comum, à defesa de direitos e à redução de desigualdades. A dimensão afiliativa está ligada ao desejo de pertencimento, reconhecimento e fortalecimento de vínculos em grupos que compartilham interesses e identidades. Motivações de aprendizado envolvem a busca por desenvolvimento de competências, ampliação de repertório e experimentação de novos papéis sociais. Por fim, motivações egoístas dizem respeito a benefícios mais individualizados, como prestígio, visibilidade ou ganhos de natureza instrumental.

No caso das práticas de cidadania, o estudo ancora-se na Escala de Práticas de Cidadania de Caldas (2020), que concebe a cidadania como um repertório multidimensional de ações distribuídas em quatro domínios: civis, sociais, políticos e ambientais. Práticas civis abarcam o uso de direitos e deveres ligados ao cumprimento de normas, respeito às leis e defesa de garantias individuais. O domínio social envolve engajamento em iniciativas coletivas, solidariedade e participação em organizações da sociedade civil. As práticas políticas referem-se a ações de controle social, acompanhamento de políticas públicas, participação em espaços institucionais de decisão e interlocução com representantes. Por fim, o domínio ambiental reúne comportamentos voltados à proteção de bens ambientais, ao uso responsável de recursos e à defesa de causas ecológicas em diferentes arenas públicas. Ao integrar essas duas perspectivas, o Estudo II opera com um arcabouço no qual motivações valorativas, de pertencimento e de desenvolvimento pessoal são tomadas como potenciais preditores de repertórios de cidadania nos diferentes domínios civis, sociais, políticos e ambientais.

Apesar de avanços na literatura sobre motivação no voluntariado e participação cidadã, são raros os estudos que testam, em um mesmo modelo, a relação entre motivação e práticas de cidadania em conselhos participativos subnacionais no Brasil, articulando especificamente o modelo de motivação de Cavalcante (2012) e a escala de práticas de Caldas (2020) por meio de modelagem de equações estruturais. À luz dessa lacuna, o artigo tem por objetivo estimar o efeito das dimensões de motivação para o trabalho voluntário sobre as práticas de cidadania de conselheiros do ODE-PB. Como questão de pesquisa, indaga-se em que medida, e por quais vias, as dimensões motivacionais predizem as práticas de cidadania de conselheiros do ODE-PB.

Adicionalmente, o estudo dialoga com limitações recentes da literatura empírica com conselheiros do ODE-PB. Enquanto Amorim (2024) relaciona motivação e participação com técnicas de regressão, sem um modelo estrutural integrado, Leite (2023) integra Cavalcante (2012) e Caldas (2020) via modelagem por equações estruturais, mas com re-especificações extensivas e sem avaliar invariância multigrupo, resultando em ajuste global moderado. Em contraste, propõe-se aqui um teste confirmatório integrado com variáveis latentes, estimadores robustos para itens ordinais, mitigação de viés de método comum e avaliação de invariância entre subgrupos.

Teoricamente, o estudo integra dois construtos centrais, motivação voluntária e cidadania ativa, em um único arcabouço analítico aplicado a conselhos participativos (Cavalcante, 2012; Caldas, 2020; Ferraz et al., 2021). Metodologicamente, opera com análise fatorial confirmatória e modelagem de equações estruturais, fornecendo evidências de validade e relações estruturais entre os construtos. Gerencial e politicamente, os achados oferecem insumos para gestão de voluntários e para o aperfeiçoamento de arranjos participativos no nível estadual (Paraíba, 2020; Lavalle et al., 2016). Além deste trecho introdutório, o artigo apresenta: (i) Referencial teórico, (ii) Procedimentos metodológicos, (iii) Discussão dos resultados, (iv) Considerações finais e, ao final, (v) Referências.

3.2 Referencial teórico

A cidadania contemporânea pode ser entendida não apenas como um conjunto de direitos formais, mas como uma responsabilidade compartilhada em relação ao bem comum e ao engajamento coletivo. Putnam (2006), ao discutir capital social e tradições cívicas, mostra como redes de confiança e cooperação sustentam esse tipo de participação. Em diálogo com essa perspectiva, Krzywosz-Rynkiewicz e Zalewska (2015) desenvolvem a noção de cidadania ativa,

vinculando-a ao envolvimento em ações de solidariedade, práticas sociais e participação política. Do ponto de vista histórico, Pinsky e Pinsky (2003) argumentam que a cidadania é um processo em permanente disputa, marcado por lutas, avanços e retrocessos na conquista de direitos. Já Mills e Waite (2017) evidenciam como programas voltados à juventude atualizam continuamente o que é entendido como ser cidadão, reforçando o caráter dinâmico e situado da cidadania.

No clássico arcabouço de Marshall (1967), a cidadania desdobra-se em três dimensões: civil (direitos básicos e liberdades), política (participação e representação) e social (acesso a bens e serviços). Em diálogo com esse referencial, Caldas (2020) propõe uma ampliação operacional para captar práticas ambientais, reconhecendo que repertórios de participação hoje incluem cuidados com o meio ambiente, consumo consciente e valorização da diversidade. Assim, o construto práticas de cidadania compreende expressões civil, política, social e ambiental, coerentes com cenários participativos contemporâneos. As definições operacionais são descritas no Quadro 5.

Quadro 5 – Síntese das Práticas de Cidadania

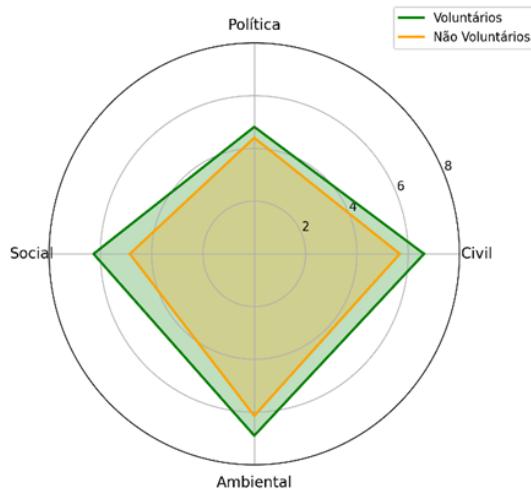
DIMENSÃO	DESCRIÇÃO
Práticas Civis (PC)	Refere-se ao exercício de direitos fundamentais e à sustentação de relações sociais pautadas pelo respeito e equidade. Exemplos incluem liberdade de expressão, contestação de normas injustas e participação associativa. Na prática, envolve comportamentos que promovem a convivência civilizada e o cumprimento de direitos e deveres necessários à liberdade individual e à vida em sociedade (Marshall, 1967; Caldas, 2020).
Práticas Políticas (PP)	Diz respeito ao engajamento em processos de governança e controle social. Enquadram-se aqui voto, liderança comunitária, fiscalização de gestores e uso de meios digitais para participar de decisões públicas. As práticas evidenciam atuação declarada no exercício do poder político e na coprodução do governo da sociedade, da escolha de representantes ao acompanhamento de políticas públicas (Marshall, 1967; Caldas, 2020).
Práticas Sociais (PS)	Abrange iniciativas voltadas à justiça social e ao bem-estar coletivo. Inclui a defesa de grupos vulneráveis, a proteção de direitos trabalhistas e a busca pela adequação de serviços públicos. Em termos de prática, concentra ações que assegurem condições mínimas de segurança e bem-estar, especialmente para os desafortunados e oprimidos, reforçando a dimensão solidária da cidadania (Marshall, 1967; Caldas, 2020).
Práticas Ambientais (PA)	Compreende preservação ambiental, consumo consciente e outras condutas cotidianas que expressam valores socioambientais. Relaciona-se a direitos transindividuais de titularidade indeterminada e a novas demandas que emergem com as transformações sociais. As práticas traduzem participação na proteção de bens comuns e na adoção de estilos de vida pró-socioambientais (Caldas, 2020).

Fonte: Caldas (2020), adaptado

No contexto brasileiro, Caldas (2020) mostra que voluntários tendem a apresentar níveis mais elevados de desempenho cidadão do que não voluntários nas quatro dimensões, evidenciando a diversidade de formas de atuação no espaço público e a complexidade prática do exercício da cidadania. Esses achados dão suporte empírico à ideia de cidadania ativa e podem

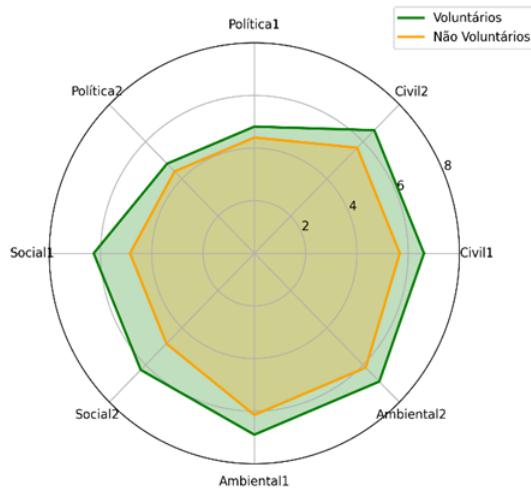
ser visualizados nas Figuras 3 e 4, que sintetizam comparações de médias entre perfis de participação reportadas pela autora.

Figura 3 – Sobreposição das médias das práticas de cidadania - Gráfico Dimensões



Fonte: Caldas (2020), adaptado.

Figura 4 – Sobreposição das médias das práticas de cidadania - Gráfico Detalhado



Fonte: Caldas (2020), adaptado.

O engajamento voluntário pode ser explicado por perfis motivacionais que refletem razões diversas para atuar, como altruísmo, justiça social, afiliação, aprendizado e, em alguns casos, motivações mais individualistas. Esses perfis não são excludentes e podem coexistir no mesmo indivíduo, variando ao longo do tempo e conforme contextos de atuação (Cavalcante, 2015). Reconhecer tal diversidade é fundamental para a gestão de programas, pois iniciativas sensíveis às motivações individuais tendem a promover níveis mais elevados de ingresso e

permanência.

No debate sobre bases individuais do voluntariado, Cavalcante (2012) também propõe escalas para analisar traços de personalidade relacionados ao engajamento. Uma escala reúne características positivas associadas a cooperação e solidariedade, enquanto outra capta predisposições que dificultam a participação social. O uso conjunto dessas medidas permite uma visão equilibrada de impulsionadores e inibidores do engajamento. Caldas (2020) explora a aplicação dessas medidas em outro recorte amostral, reforçando a evidência de que disposições pessoais influenciam tanto a predisposição ao voluntariado quanto o fortalecimento da cidadania. As principais características desses pólos podem ser sintetizadas em quadro específico, destinado a organizar teoricamente os indicadores.

Quadro 6 – Comparação entre as escalas propostas

ESCALA	SÍNTSE CAVALCANTE (2012)	APLICAÇÃO/CONFIRMAÇÃO CALDAS (2020)
Escala de Motivação para o Trabalho Voluntário (Escala 1)	<ul style="list-style-type: none"> ● Proposta para mensurar a motivação individual no engajamento em atividades voluntárias. ● Estruturada em 3 dimensões e com 15 indicadores ao todo: <ul style="list-style-type: none"> (1) Motivação Intrínseca; (2) Motivação Extrínseca; (3) Motivação Social, ● Foca em compreender fatores que incentivam a participação voluntária. 	<ul style="list-style-type: none"> ● Caldas aplicou esta escala em seu estudo, confirmando sua validade no contexto da análise de engajamento cívico. ● Observou-se coerência entre os resultados de Carlos e a prática observada, especialmente na dimensão de motivação intrínseca, que apresentou maior correlação com o engajamento efetivo.
Escala de Práticas de Cidadania (Escala 2)	<ul style="list-style-type: none"> ● Desenvolvida para avaliar a frequência e o tipo de práticas de cidadania adotadas pelos indivíduos. ● Estruturada em 2 dimensões, totalizando 12 indicadores: <ul style="list-style-type: none"> (1) Participação Comunitária; (2) Participação Institucional; 	<ul style="list-style-type: none"> ● A tese de Caldas incorporou esta escala, evidenciando que a aplicação prática confirma a estrutura proposta por Carlos. ● As dimensões foram observadas com consistência, especialmente a participação comunitária, que apresentou forte relação com

	<ul style="list-style-type: none"> • Permite analisar o impacto da motivação no comportamento cívico. 	níveis mais elevados de motivação voluntária.
--	--	---

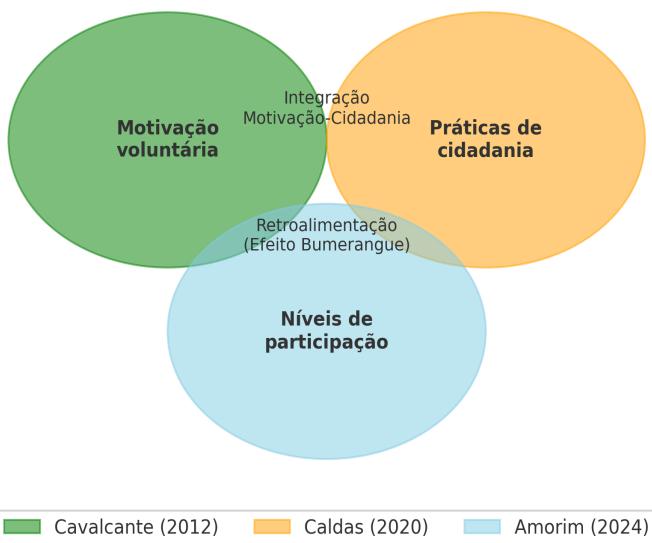
Fonte: Elaborado pelo próprio autor

Em conjunto, esse referencial sugere que motivações pró-sociais, como altruísmo e justiça social, e motivações de desenvolvimento, como aprendizado, se articulam a repertórios de cidadania ativa nas dimensões civil, política, social e ambiental (Cavalcante, 2015; Caldas, 2020; Marshall, 1967). Essa integração ancora o modelo do artigo, no qual se testa, por meio de análise factorial confirmatória e modelagem por equações estruturais, em que medida as dimensões motivacionais predizem práticas de cidadania entre conselheiras e conselheiros do ODE-PB.

Com base na síntese do referencial teórico, que articulou os constructos de motivação para o trabalho voluntário e práticas de cidadania, bem como os mecanismos propostos pela literatura para conectar disposições individuais a comportamentos cívicos observáveis, passamos à formulação das hipóteses do estudo. As proposições a seguir traduzem expectativas causais e direcionais derivadas dos modelos conceituais revisados, levando em conta as dimensões motivacionais, seus possíveis efeitos diretos e indiretos sobre indicadores de cidadania e os controles pertinentes ao contexto empírico analisado. Dessa forma, as hipóteses enunciadas na sequência buscam testar a coerência entre o arcabouço teórico e as relações esperadas entre variáveis no escopo desta pesquisa.

A integração entre Cavalcante (2012), Caldas (2020) e Amorim (2024) pode ser sintetizada em diagrama que representa graficamente como os três referenciais se articulam. As motivações voluntárias propostas por Cavalcante dialogam com as práticas de cidadania operacionalizadas por Caldas e, ao mesmo tempo, são moduladas pelos níveis de participação descritos por Amorim, compondo um quadro interpretativo integrado. Esse esquema, exposto na Figura 5, ilustra a base conceitual sobre a qual se sustentam as hipóteses do presente estudo.

Figura 5 — Diagrama de integração de base conceitual



Fonte: Elaborado pelo próprio autor.

Ao destacar a complementaridade entre motivações, práticas e níveis de participação, o diagrama evidencia como diferentes pólos motivacionais podem conduzir a distintos repertórios de cidadania. A literatura indica que a participação voluntária tende a reforçar repertórios de cidadania à medida que expõe indivíduos a normas de cooperação, redes de apoio e oportunidades de aprendizagem política (Putnam, 2006; Musick & Wilson, 2007; Caldas, 2020). Em particular, motivos orientados ao bem comum, à justiça, ao pertencimento e ao desenvolvimento pessoal aparecem associados a maior propensão para acompanhar políticas, participar de espaços institucionais e engajar-se em ações coletivas. Com base nessa articulação entre funções motivacionais e domínios de cidadania, formulam-se as seguintes hipóteses:

- **H1 (Altruista → Cidadania):** motivações pró-sociais associam-se positivamente às práticas de cidadania nas dimensões civil, política e social. Essa hipótese apoia-se na ideia de que disposições orientadas ao cuidado com o outro e à proteção de direitos comuns tendem a ampliar o engajamento em ações que defendem liberdades civis, promovem solidariedade e estimulam a participação em arenas decisórias (Cavalcante, 2012; Caldas, 2020).
- **H2 (Justiça Social → Cidadania):** motivações normativo-coletivas associam-se positivamente às práticas de cidadania, com ênfase nas dimensões política e social. Quando os indivíduos se mobilizam a partir de percepções de injustiça e de busca por equidade, é esperado que se engajem em ações de controle social, defesa de grupos

vulneráveis e participação em conselhos e fóruns públicos (Lavalle et al., 2016; Caldas, 2020).

- **H3 (Afiliativo → Cidadania):** razões de pertencimento e afiliação relacionam-se positivamente às práticas de cidadania, sobretudo às sociais, embora com efeito potencialmente mais modesto. Motivações baseadas em vínculos afetivos e identitários reforçam a permanência em grupos e coletivos, o que tende a se traduzir em maior participação em associações, movimentos comunitários e redes de apoio (Musick & Wilson, 2007; Putnam, 2006).
- **H4 (Aprendizado → Cidadania):** razões de desenvolvimento e competência guardam associação positiva com práticas civis e sociais. A busca por ampliar conhecimentos, habilidades e compreensão sobre o funcionamento das instituições pode levar os conselheiros a assumir papéis mais ativos em processos deliberativos, no acompanhamento de políticas públicas e em ações de defesa de direitos (Cavalcante, 2012; Ferraz et al., 2021).
- **H5 (Egoísta → Cidadania):** motivações auto-orientadas podem apresentar efeitos específicos e mais situacionais sobre determinados domínios de cidadania. Benefícios individuais, como prestígio, visibilidade ou acesso a informações, podem estimular a atuação em contextos particulares, mas seus efeitos sobre repertórios civis, sociais, políticos e ambientais tendem a ser mais moderados e dependentes de mediações institucionais (Cavalcante, 2012; Caldas, 2020).

3.3 Procedimentos metodológicos

A seleção e organização dos construtos seguem Cavalcante (2012) para motivação voluntária e Caldas (2020) para cidadania, com base em Marshall (1967), assegurando coerência conceitual entre a matriz teórica e a operacionalização empírica.

O estudo observa os princípios éticos aplicáveis à pesquisa com seres humanos, com participação voluntária mediante ciência através do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (disponibilizado nos anexos ao final deste trabalho), garantia de anonimato e de confidencialidade das respostas. Para viabilizar o acesso ao campo, foram solicitados formalmente, por meio de ofício entregue em mãos ao secretário responsável, o contato com os

conselheiros, bem como a presença da pesquisadora em reuniões e plenárias do Orçamento Democrático Estadual da Paraíba.

De modo semelhante ao observado em estudos anteriores que aplicaram AFC e SEM em contextos distintos (Magalhães & Teixeira, 2013; Tonidandel & Borges-Andrade, 2004), este trabalho adota critérios consolidados para avaliação de ajuste global, validade convergente e discriminante, além de índices de confiabilidade composta. Em consonância com a literatura em administração, integra-se a análise confirmatória a um modelo estrutural que testa relações entre construtos latentes de motivação e práticas de cidadania. O estudo avança metodologicamente ao incorporar verificações adicionais de pressupostos, como normalidade, presença de outliers e multicolinearidade, bem como a comparação de modelos alternativos por AIC e BIC, assegurando maior rigor estatístico e aderência teórica às dimensões de motivação (Cavalcante, 2012) e cidadania (Caldas, 2020).

No que se refere à análise de dados, o procedimento adotado combina etapas descritivas e confirmatórias. Inicialmente, foram calculadas estatísticas descritivas para caracterização da amostra e inspeção preliminar das distribuições das variáveis. Em seguida, realizaram-se análises fatoriais confirmatórias (AFC) para os instrumentos de motivação e de práticas de cidadania, estimando-se modelos de mensuração com avaliação de índices de ajuste (CFI, TLI, RMSEA e SRMR), cargas fatoriais, confiabilidade composta e variância extraída média. Somente após a obtenção de evidências satisfatórias de validade e confiabilidade é que se avançou para a modelagem de equações estruturais (MEE), na qual os efeitos das dimensões motivacionais sobre os domínios de cidadania foram estimados e interpretados.

Adotou-se delineamento de survey transversal, ancorado em paradigma funcionalista-positivista e em abordagem quantitativa. Os instrumentos psicométricos foram aplicados de modo padronizado, com foco na mensuração de dimensões latentes de motivação para o trabalho voluntário e de práticas de cidadania. O tratamento analítico ocorreu em duas etapas articuladas. Em um primeiro momento, avaliaram-se as propriedades de mensuração das escalas, por meio de análises fatoriais exploratórias e confirmatórias. Em seguida, examinou-se o encadeamento estrutural entre motivação e práticas de cidadania, empregando modelagem por equações estruturais. As análises foram conduzidas no software R, com uso do pacote lavaan para estimação dos modelos de mensuração e estruturais.

O estudo situa-se no âmbito do Orçamento Democrático Estadual da Paraíba, envolvendo conselheiras e conselheiros regionais responsáveis por mediação sociopolítica e acompanhamento de ações governamentais em seus territórios. Esses atores ocupam posição estratégica na interface entre população e Estado, o que justifica sua escolha como unidade de análise. A amostra foi composta por 200 respondentes que aceitaram participar da pesquisa mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, em consonância com as exigências éticas para pesquisas com seres humanos.

A mensuração da motivação para o trabalho voluntário seguiu o Modelo Estrutural de Motivação no Trabalho Voluntário, operacionalizado nas subdimensões Altruista, Justiça Social, Afiliativo, Aprendizado e Egoísta. As práticas de cidadania foram avaliadas com base na Escala de Práticas de Cidadania, alinhada ao referencial clássico de cidadania em suas dimensões civil, política e social e acrescida do domínio de práticas ambientais, conforme proposto para o contexto brasileiro. Essa combinação de instrumentos permitiu integrar, em um mesmo modelo, perfis motivacionais e repertórios de cidadania ativa.

Com base nessa arquitetura conceitual, realizaram-se análises fatoriais exploratórias para examinar a estrutura latente dos construtos e verificar a adequação dos dados aos modelos propostos. Os resultados indicaram ajuste unifatorial para todos os fatores de motivação e para cada domínio de cidadania, sustentando a hipótese de que cada dimensão seria representada por um fator dominante. Esse arranjo unifatorial ofereceu suporte para a etapa subsequente de avaliação psicométrica, permitindo estimar indicadores de precisão internos a cada dimensão e interpretar escores fatoriais de forma parcimoniosa. Para orientar a interpretação dos achados e manter alinhamento com a literatura, foram adotados critérios psicométricos consolidados, sintetizados em quadros específicos que apresentam índices de consistência interna, adequação amostral e variância explicada.

Quadro 7 – Critérios de avaliação psicométrica adotados

Indicador	Definição	Referências de Interpretação
Alfa de Cronbach	<p>Estima a consistência interna, ou seja, a coesão entre itens que medem o mesmo construto latente.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • $\geq 0,70$: adequado (exploratório) • $\geq 0,80$: bom • $\geq 0,90$: excelente <p>Observações: o valor pode aumentar com nº de itens, pressupõe tau-equivalência e não garante unidimensionalidade.</p> <p>Deve ser interpretado junto com cargas fatoriais, correlações item–total e medidas alternativas como o ômega.</p>
KMO (Kaiser–Meyer–Olkin)	<p>Avalia a adequação amostral para fatoração, comparando correlações simples e parciais.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • $\geq 0,60$: aceitável • $\geq 0,70$: bom • $\geq 0,80$: muito bom • $\geq 0,90$: excelente <p>Possível detalhar KMO global e MSA por item para identificar itens problemáticos.</p>
Teste de Esfericidade de Bartlett	<p>Verifica se a matriz de correlações difere de uma matriz identidade, ou seja, se os dados são fatoráveis.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • $p < 0,05$: rejeita esfericidade, confirmando a fatorabilidade e legitimando a extração de fatores.

Fonte: Adaptado de Cronbach (1951); Nunnally & Bernstein (1994); Hair et al. (2019); Sijtsma (2009); Tavakol & Dennick (2011); Kaiser (1970, 1974); Field (2018); Bartlett (1950, 1954).

Quadro 8 – Evidências psicométricas dos construtos (AFE)

Dimensão	Construto	KMO	Bartlett α de Cronbach	Cargas fatoriais (min–máx)	Comunalidades (min–máx)	Variância extraída
Motivação	Altruísta	0,840	p < 0,05	0,920	0,798–0,943	0,637–0,889 0,755
Motivação	Justiça Social	0,850	p < 0,05	0,940	0,853–0,935	0,728–0,874 0,817
Motivação	Afiliativo	0,610	p < 0,05	0,720	0,442–0,858	0,195–0,736 0,524
Motivação	Aprendizado	0,740	p < 0,05	0,820	0,629–0,888	0,389–0,789 0,562
Motivação	Egoísta	0,860	p < 0,05	0,920	0,751–0,914	0,564–0,836 0,706
Práticas de Cidadania	Civis	0,790	p < 0,05	0,810	0,588–0,783	0,346–0,613 0,472
Práticas de Cidadania	Políticas	0,780	p < 0,05	0,830	0,668–0,908	0,447–0,824 0,578
Práticas de Cidadania	Sociais	0,800	p < 0,05	0,830	0,617–0,817	0,381–0,668 0,505
Práticas de Cidadania	Ambientais	0,660	p < 0,05	0,710	0,618–0,800	0,381–0,639 0,470

Fonte: Elaborado pelo próprio autor

Os índices de adequação amostral (KMO) foram reportados para todas as subescalas, incluindo Altruísta (KMO=0,84). Assim, a inspeção confirma a fatorabilidade adequada para motivação e cidadania, com destaque para Justiça Social (0,85) e Egoísta (0,86), e atenção a Afiliativo (0,61).

A aplicação dos questionários ocorreu de forma presencial e on-line, em consonância com o calendário de plenárias e reuniões do ODE-PB nas 14 regiões geoadministrativas. As aplicações presenciais concentraram-se nas plenárias realizadas na cidade de João Pessoa,

enquanto, nas demais regiões, os instrumentos foram disponibilizados de forma remota, por meio de envio virtual e, em casos de limitação de acesso digital, por chamada telefônica. Em todos os modos de aplicação, os respondentes receberam instruções padronizadas, com garantia de anonimato, confidencialidade e ciência do TCLE. O procedimento incluiu a verificação de completude e integridade das respostas antes da consolidação do banco de dados.

A estratégia de coleta dialogou com o procedimento adotado por Leite (2023) porque ambos os estudos foram desenvolvidos no âmbito do mesmo grupo de estudos e tomam o Orçamento Democrático Estadual da Paraíba (ODE-PB) como campo empírico, ainda que com grupos de participantes distintos. Em Leite (2023), o questionário estruturado em blocos de motivação e cidadania foi aplicado sobre outro conjunto de participantes, preservando a comparabilidade metodológica sem sobreposição de grupos. O instrumento de motivação utilizou escala de 0 a 10 para concordância, e o instrumento de práticas de cidadania empregou escala de 0 a 10 para frequência, com âncoras semânticas explícitas. A ordem dos blocos e a redação das instruções foram mantidas idênticas entre os modos de aplicação, de modo a assegurar comparabilidade entre os respondentes.

3.4 Discussão dos resultados

A presente seção discute os resultados empíricos à luz dos referenciais de Cavalcante (2012), Caldas (2020) e Amorim (2024), com foco em como diferentes perfis motivacionais se relacionam com práticas de cidadania e com o desenho participativo do ODE-PB.

Além das contribuições de Cavalcante (2012), que sistematiza as motivações voluntárias em polos distintos, e de Caldas (2020), que organiza as práticas de cidadania em dimensões civil, política, social e ambiental, destaca-se o aporte de Amorim (2024). Em sua tese, a autora propõe o chamado efeito bumerangue, segundo o qual motivação e participação cidadã se articulam em um ciclo de retroalimentação, em contraste com visões lineares de causalidade. Nesse modelo, a motivação inicial impulsiona a participação, mas também é reforçada pelas experiências de engajamento, configurando uma dinâmica circular. Amorim (2024) desenvolve ainda uma escala de níveis de participação cidadã que contempla estágios como informação, consulta, parceria e delegação de poder, validada empiricamente no contexto brasileiro. Essa tipologia atualiza e amplia modelos clássicos de Arnstein (1969) e Pateman (1970), oferecendo um quadro adaptado à realidade dos arranjos participativos subnacionais.

A integração entre Cavalcante (2012), Caldas (2020) e Amorim (2024) fornece, portanto, um arcabouço robusto, no qual diferentes tipos de motivação não apenas explicam práticas de cidadania, mas também modulam níveis de participação, reforçando o papel dos conselhos como arenas de engajamento dinâmico. É sobre essa base que se apresentam as hipóteses e se analisam os resultados.

As análises fatoriais confirmatórias e a modelagem por equações estruturais seguiram critérios consolidados para avaliação de modelos de mensuração, contemplando índices de ajuste global, validade convergente, validade discriminante e confiabilidade composta. Os principais parâmetros interpretativos estão sintetizados no Quadro 9, à luz das recomendações de (Hu & Bentler, 1999; Hair et al., 2019; Fornell & Larcker, 1981; Henseler, Ringle, & Sarstedt, 2015). Com base nesses critérios, os modelos foram avaliados e, quando necessário, re-especificados, assegurando coerência entre o arcabouço teórico e as decisões analíticas.

Quadro 9 - Critérios e referências para avaliação de modelos (AFC/SEM)

Dimensão	Índice/Critério	Ponto de corte	Observações	Referência
Ajuste global (mensuração/estrutural)	χ^2/df ; CFI; TLI; RMSEA (IC90%); SRMR	$\chi^2/df \leq 3$; CFI $\geq 0,95$; TLI $\geq 0,95$; RMSEA $\leq 0,06$; SRMR $\leq 0,08$	Usar em conjunto; interpretar com parcimônia e contexto do modelo.	Hu & Bentler (1999)
Validade convergente	AVE (Average Variance Extracted)	AVE $\geq 0,50$	Itens compartilham variância suficiente no construto.	Fornell & Larcker (1981)
Confiabilidade composta	CR (Composite Reliability)	CR $\geq 0,70$ (ideal 0,70–0,95)	Valores muito altos podem indicar redundância.	Hair et al. (2019)

Validade discriminante (Fornell–Larcker)	\sqrt{AVE} vs. correlações	\sqrt{AVE} de cada construto > correlações com outros construtos	Comparar a raiz quadrada da AVE (diagonal) às correlações (fora da diagonal).	Fornell & Larcker (1981)
Validade discriminante (HTMT)	HTMT (Heterotrait–Monotrait)	HTMT < 0,85 (conservador) ou < 0,90	Escolher corte conforme área/rigor.	Henseler, Ringle & Sarstedt (2015)
Diagnósticos adicionais (colinearidade)	VIF (Variance Inflation Factor)	VIF < 5 (ideal < 3,3)	Avaliar em conjunto com o modelo.	Hair et al. (2019)

Fonte: Elaborado pelo próprio autor

Notas:

- CFI = Comparative Fit Index; TLI = Tucker–Lewis Index; RMSEA = Root Mean Square Error of Approximation; SRMR = Standardized Root Mean Square Residual; AVE = Average Variance Extracted; CR = Composite Reliability; HTMT = Heterotrait–Monotrait ratio; VIF = Variance Inflation Factor.
- Os critérios de avaliação foram mantidos conforme literatura de referência: $\chi^2/df \leq 3$; CFI e TLI $\geq 0,95$; RMSEA $\leq 0,06$ (IC90%); SRMR $\leq 0,08$; AVE $\geq 0,50$; CR entre 0,70 e 0,95; validade discriminante verificada por Fornell–Larcker e por HTMT < 0,85 (ou < 0,90 conforme a área).

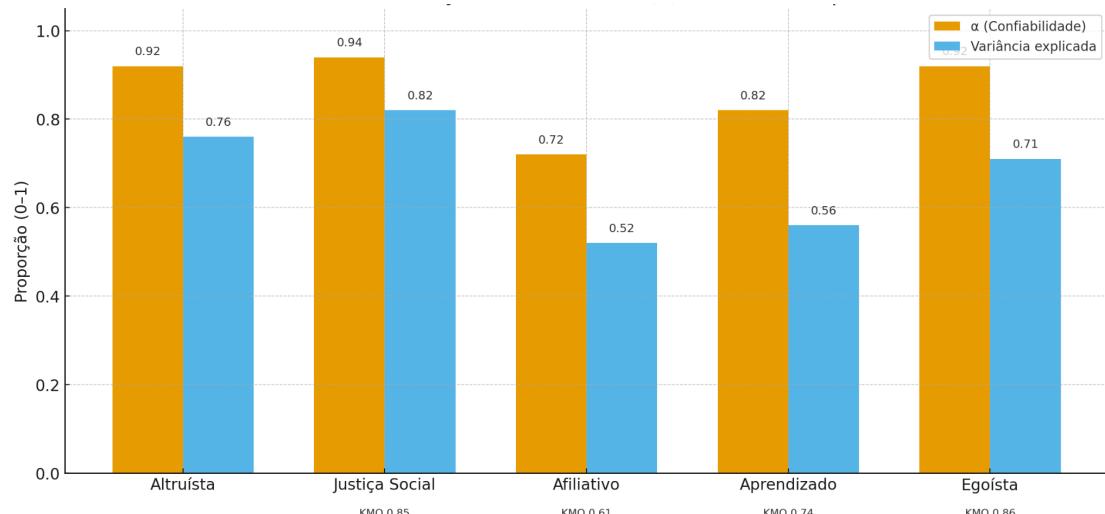
Para sustentar a análise confirmatória e a modelagem estrutural, integramos as evidências psicométricas das escalas de motivação para o trabalho voluntário e de práticas de cidadania, seguindo critérios consolidados de mensuração (ver Figuras 6 e 7) com ênfase em ajuste global, validade convergente e discriminante e confiabilidade.

Motivação: No bloco motivacional, todas as subescalas apresentam KMO reportado: Altruísta (0,84), Justiça Social (0,85), Afiliativo (0,61), Aprendizado (0,74) e Egoísta (0,86). Os resultados sustentam a unidimensionalidade com consistência interna adequada a excelente, embora Afiliativo permaneça mais sensível e exija cautela na interpretação.

Especificamente, Altruísta apresentou cargas 0,80–0,94, communalidades 0,64–0,89, variância $\approx 0,76$ e $\alpha = 0,92$; Justiça Social registrou KMO = 0,85, cargas 0,85–0,94, communalidades 0,73–0,87, variância $\approx 0,82$ e $\alpha = 0,94$; Afiliativo exibiu KMO = 0,61, $\alpha = 0,72$, com AFIL_1 (carga 0,44; communalidade 0,195), variância $\approx 0,52$; Aprendizado obteve KMO =

0,74, $\alpha = 0,82$, cargas 0,63–0,89, comunalidades 0,39–0,79, variância $\approx 0,56$; e Egoísta apresentou KMO = 0,86, $\alpha = 0,92$, cargas 0,75–0,91, comunalidades 0,56–0,84, variância $\approx 0,71$.

Figura 6 - Escala de Motivação: Confiabilidade (α) e Variância Explicada



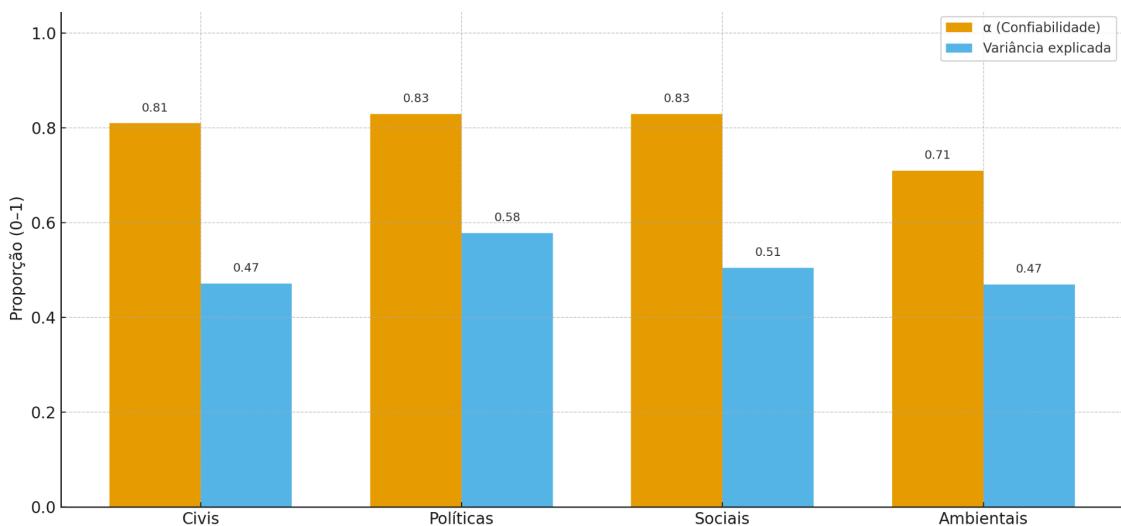
Fonte: Elaborado pelo próprio autor.

Mantendo o mesmo padrão de reporte para comparação direta entre construtos, avançamos para a escala de práticas de cidadania.

Práticas de cidadania: As dimensões Civis (KMO=0,79), Políticas (0,78), Sociais (0,80) e Ambientais (0,66) exibem fatorabilidade aceitável, com teste de esfericidade de Bartlett significativo, recomendando retenção dos fatores e leitura cautelosa para Ambientais. As consistências internas e a variância explicada sustentam uma base de mensuração adequada para os testes estruturais subsequentes.

Detalhadamente: Civis ($\alpha = 0,81$; cargas 0,588–0,783; comunalidades 0,346–0,613; variância $\approx 0,472$); Políticas ($\alpha = 0,83$; cargas 0,668–0,908; comunalidades 0,447–0,824; variância $\approx 0,578$); Sociais ($\alpha = 0,83$; cargas 0,617–0,817; comunalidades 0,381–0,668; variância $\approx 0,505$); Ambientais ($\alpha = 0,71$; cargas 0,618–0,800; comunalidades 0,381–0,639; variância $\approx 0,470$).

Figura 7 - Escala de Práticas de Cidadania: Confiabilidade (α) e Variância Explicada



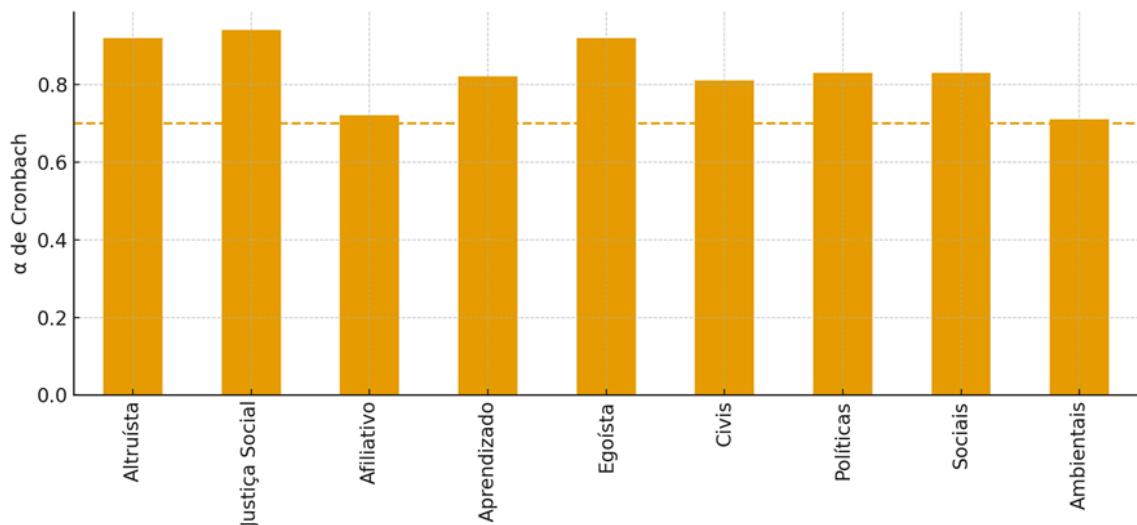
Fonte: Elaborado pelo próprio autor.

Em conjunto, quatro subescalas de motivação mostram robustez e o polo afiliativo exige leitura cautelosa; em cidadania, Civis, Políticas e Sociais mantêm consistência, enquanto Ambientais demanda atenção adicional. Esse acoplamento de evidências legitima a passagem à AFC por instrumento e, na sequência, à modelagem estrutural, na qual os efeitos entre construtos serão interpretados à luz da qualidade de medida aqui documentada.

A representação gráfica dos indicadores psicométricos, como alfa de Cronbach, variância explicada e índice KMO, tem como objetivo sintetizar visualmente os resultados apresentados, facilitando a compreensão da consistência interna e da adequação das escalas utilizadas. Essa estratégia permite destacar com clareza os pólos motivacionais mais robustos, como Altruista e Justiça Social, e aqueles que apresentam maior fragilidade relativa, como Afiliativo e o domínio de práticas ambientais. Além de complementar as tabelas numéricas, os gráficos possibilitam identificar padrões relevantes para a análise confirmatória e estrutural, reforçando a articulação entre evidências empíricas e referencial teórico (Cavalcante, 2012; Caldas, 2020; Amorim, 2024).

Em síntese, os gráficos apresentados a seguir cumprem dupla função: facilitar a visualização dos achados psicométricos e introduzir a discussão sobre como diferentes dimensões motivacionais se conectam às práticas de cidadania.

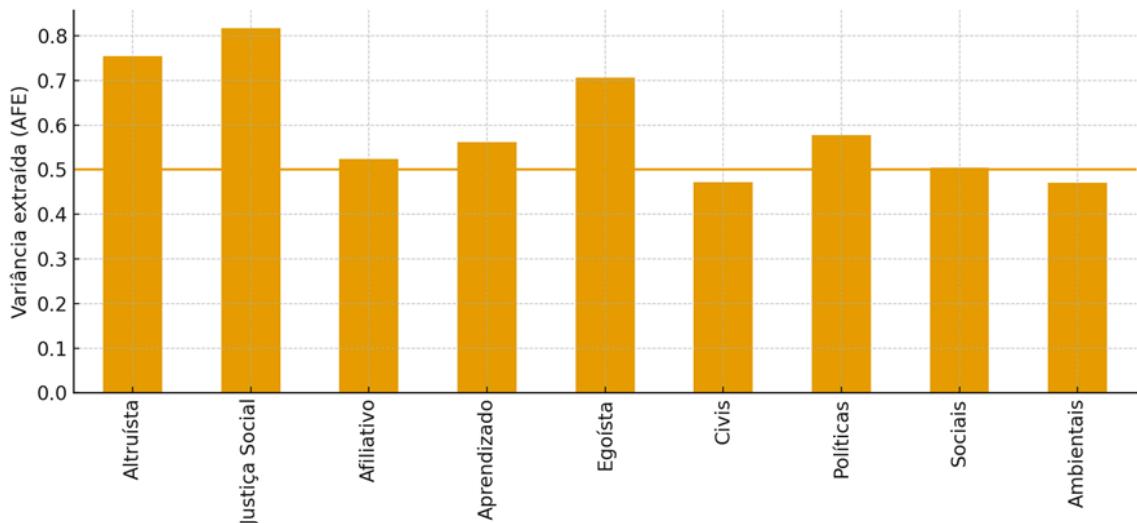
Figura 8 — Alfa de Cronbach por subescala
(linha pontilhada em 0,70 como referência de consistência mínima)



Fonte: Elaborado pelo próprio autor.

A Figura 8, que apresenta os valores de alfa de Cronbach por subescala, permite visualizar a consistência interna dos construtos avaliados. De modo geral, os índices obtidos superaram o ponto de corte de 0,70 estabelecido como referência mínima, com destaque para os polos Altruista ($\alpha = 0,92$) e Justiça Social ($\alpha = 0,94$), que alcançaram níveis considerados excelentes. Esses achados corroboram a literatura que enfatiza a centralidade das motivações pró-sociais na sustentação de repertórios de engajamento cívico (Cavalcante, 2012; Caldas, 2020). A representação gráfica facilita ainda a percepção de que apenas o fator afiliativo apresentou consistência limítrofe ($\alpha = 0,72$), sugerindo maior heterogeneidade dos itens, o que já havia sido sinalizado nas análises fatoriais exploratórias. Essa fragilidade dialoga com estudos que apontam a natureza difusa do pertencimento como motivador, mais sensível ao contexto de atuação e às experiências coletivas (Amorim, 2024).

**Figura 9 — Variância explicada (AFE) por subescala
(linha em 50% como referência usual)**

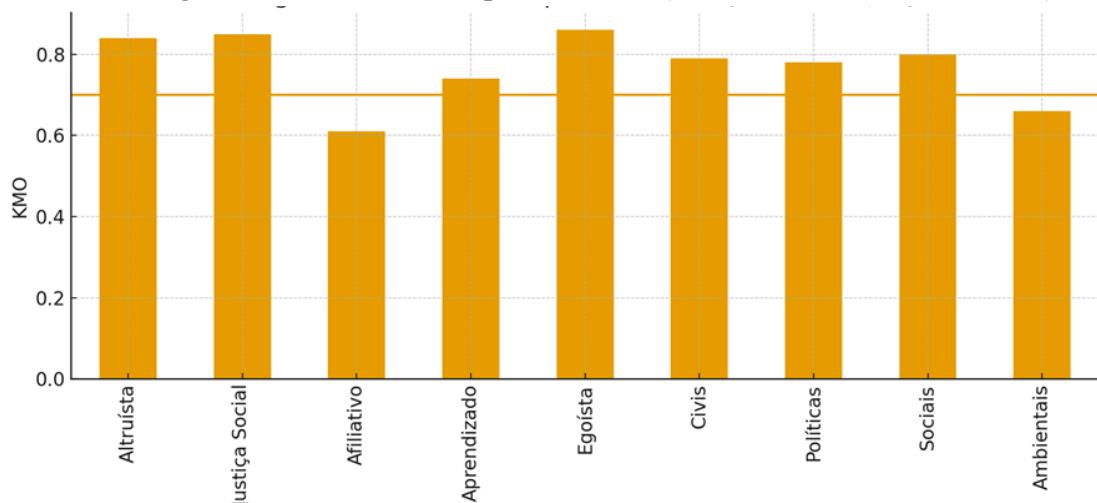


Fonte: Elaborado pelo próprio autor.

Na Figura 9, que sintetiza a variância explicada por subescala, observa-se que quatro fatores de motivação (Altruista, Justiça Social, Aprendizado e Egoísta) superaram o critério de 50 por cento de variância extraída, indicador de validade convergente adequado (Hair et al., 2019; Fornell & Larcker, 1981). A representação reforça que as motivações pró-sociais e normativo-coletivas não apenas se destacam em consistência interna, mas também concentram maior proporção de explicação da variabilidade dos itens, o que sustenta sua robustez conceitual. O polo Afiliativo, com variância em torno de 52 por cento, revela menor densidade explicativa, aspecto que recomenda cautela na sua interpretação, embora não invalide sua relevância substantiva para compreender vínculos de pertencimento nos conselhos (Cavalcante, 2012; Amorim, 2024).

No campo das práticas de cidadania, as dimensões política e social apresentaram variâncias satisfatórias, confirmando a arquitetura proposta por Caldas (2020) e alinhando-se ao referencial de Marshall (1967) sobre a diversidade dos repertórios cidadãos.

Figura 10 — Índice KMO por subescala (linha em 0,70 como referência)



Fonte: Elaborado pelo próprio autor.

A Figura 10, que reporta os valores de Kaiser-Meyer-Olkin por subescala (linha em 0,70 como referência), reforça essas interpretações: Observa-se adequação muito boa em Justiça Social (0,85) e Egoísta (0,86), boa em Altruista (0,84), Aprendizado (0,74), Civis (0,79), Políticas (0,78) e Sociais (0,80), e limítrofe em Afiliativo (0,61) e Ambientais (0,66).

Encerrada a inspeção gráfica dos índices de KMO por dimensão (Figura 10), que reforça a robustez de Justiça Social e Egoísta e sinaliza a maior sensibilidade de Afiliativo, avançamos da verificação diagnóstica de cada instrumento para uma síntese de mensuração do campo pesquisado. Em outras palavras, saímos do nível dos indicadores por subescala para consolidar, na seção seguinte, como esse conjunto de evidências sustenta a leitura do fenômeno no ODE-PB. A síntese organiza os parâmetros centrais (cargas, communalidades, variância explicada, α e, KMO) tanto para motivação quanto para as práticas de cidadania, explicita decisões parcimoniosas de retenção/reavaliação de itens (como no caso do AFIL_1) e esclarece as implicações dessas escolhas para a comparação entre domínios e para os testes estruturais subsequentes. Com isso, estabelecemos um elo claro entre a qualidade métrica dos instrumentos e a mensuração efetiva do campo pesquisado, preparando o terreno para a etapa confirmatória e para a modelagem das relações propostas no estudo.

Esta análise busca consolidar a mensuração do campo pesquisado no ODE-PB, sintetizando, para a amostra estudada, o desempenho psicométrico dos construtos de motivação e práticas de cidadania, explicitando decisões de retenção/reavaliação de itens e estabelecendo as

condições de validade e confiabilidade que habilitam a etapa confirmatória e a modelagem estrutural.

No campo da **motivação**, a consolidação da medida na amostra indica que as subescalas Altruísta ($\alpha = 0,92$; cargas 0,80–0,94; variância $\approx 0,76$), Justiça Social ($KMO = 0,85$; $\alpha = 0,94$; cargas 0,85–0,94; variância $\approx 0,82$), Aprendizado ($KMO = 0,74$; $\alpha = 0,82$; cargas 0,63–0,89; variância $\approx 0,56$) e Egoísta ($KMO = 0,86$; $\alpha = 0,92$; cargas 0,75–0,91; variância $\approx 0,71$) apresentaram unidimensionalidade e consistência interna de boa a excelente, oferecendo precisão para os testes subsequentes. A subescala Afiliativo foi válida, porém frágil ($KMO = 0,61$; $\alpha = 0,72$; variância $\approx 0,52$), com AFIL_1 (carga 0,44; communalidade 0,195) configurando ponto de atenção. A decisão de manter o fator por pertinência teórica (pertencimento) é defensável, desde que acompanhada de reavaliação na AFC e de leitura cautelosa dos efeitos atribuídos a esse polo.

No bloco de **práticas de cidadania**, a consolidação da medida na amostra e o diálogo conceitual com o referencial adotado indicam que as dimensões Civis ($\alpha = 0,81$; cargas 0,588–0,783; variância $\approx 0,47$), Políticas ($\alpha = 0,83$; cargas 0,668–0,908; variância $\approx 0,58$) e Sociais ($\alpha = 0,83$; cargas 0,617–0,817; variância $\approx 0,51$) exibiram parâmetros adequados, com Bartlett significativo e communalidades acima do mínimo recomendado. Em Ambientais, obteve-se $\alpha = 0,71$ e variância $\approx 0,47$; ainda que o KMO tenha permanecido ligeiramente aquém do ideal, as cargas (0,618–0,800) e as communalidades sustentam a retenção do fator. Em conjunto, a estrutura de quatro domínios está empiricamente suportada na amostra do ODE-PB, o que viabiliza a comparação com a arquitetura conceitual de Caldas (2020) e preserva a coerência com o referencial mobilizado.

Ao consolidar a mensuração no campo, confirmamos que os construtos estão adequadamente definidos na amostra e que as decisões metodológicas (manutenção de Afiliativo com monitoramento; retenção de Ambientais) são transparentes e parcimoniosas. Esse quadro assegura as condições para a AFC por instrumento e, na sequência, para a modelagem estrutural, na qual os relacionamentos entre motivação e cidadania serão estimados e interpretados à luz da qualidade de medida aqui documentada.

Com esse alicerce de mensuração, esta seção tem como objetivo integrar os resultados do modelo estrutural às referências do campo, indicando onde as evidências confirmam, refinam ou tensionam as hipóteses (H1–H5) e quais são as implicações de gestão para o ODE-PB.

Os testes do modelo estrutural indicam que a cidadania civil é explicada positivamente por Justiça Social ($\beta = 0,592$; $p = 0,030$) e Afiliativo ($\beta = 0,299$; $p = 0,030$), enquanto Egoísta apresenta efeito negativo e marginalmente significativo ($\beta = -0,172$; $p = 0,049$). Em termos de gestão, isso recomenda incentivos normativo-coletivos (equidade, direitos, bem comum) e estratégias de pertencimento (acolhimento, rituais de grupo, mentoria), com monitoramento de motivações instrumentais que até podem sustentar rotinas (presenças, prazos), mas precisam de condicionantes institucionais para não desviar o foco do interesse público.

Para a cidadania política, apenas Afiliativo mostrou influência ($\beta = 0,297$; $p = 0,048$), sugerindo que laços de grupo e comunidades de prática reduzem custos de entrada (ex.: duplas para audiências, grupos temáticos).

Nas cidadanias social e ambiental, nenhum fator motivacional foi significativo ($p > 0,05$). A leitura administrativa é que esses domínios dependem mais de oportunidades estruturais (agenda, canais, recursos) do que de disposições individuais. Portanto, antes de esperar a conversão de motivação em prática, se faz necessário focar em processos (projetos com escopo claro, logística, materiais) e parcerias externas.

Os achados em civil reforçam H2 (efeitos de motivos normativo-coletivos) e H3 (pertencimento), em linha com abordagens que conectam valores pró-equidade e vínculos de grupo a repertórios cívicos (Cavalcante, 2012; Caldas, 2020). Também dialogam com expectativas de que valores orientados ao bem comum sustentem práticas cívico-políticas, embora não de forma generalizada a todos os domínios, isto é, confirmação parcial. A influência de Afiliativo em política reforça a importância de identidade e coesão para transitar em arenas decisórias.

A não confirmação de H1 (Altruista) e H4 (Aprendizado) sugere que nem todo motivo pró-social ou de desenvolvimento se converte automaticamente em prática mensurável; efeitos podem ser indiretos ou condicionais (ex.: acesso a formações, clareza de rotinas). A tensão aparece também em Afiliativo: apesar do efeito estrutural em civil/política, o bloco mostrou fragilidade psicométrica (um item problemático), pedindo leitura parcimoniosa e reavaliação confirmatória. Por sua vez, o efeito localizado e negativo de Egoísta sobre civil refina H5: razões instrumentais podem ajudar quando canalizadas (credenciais, certificações, visibilidade atreladas a entregas), mas sem desenho adequado podem inibir comportamentos cidadão-orientados.

No domínio ambiental, a ausência de efeitos reforça uma tensão recorrente: a adesão

ambiental costuma ser mais sensível a oportunidades institucionais do que a traços motivacionais individuais. Aqui, a gestão deve abrir canais claros e reduzir custos de participação antes de buscar ganho motivacional.

Os resultados conversam com o modelo de retroalimentação motivação–prática–motivação (Amorim, 2024): o engajamento devolve reforço motivacional e pode re-configurar perfis no tempo. Isso ajuda a entender por que Afiliativo, mesmo sensível psicométricamente, tende a ganhar expressão em conselhos mais maduros, quando a participação progride de consulta para parceria/delegação, lembrando que, conforme Arnstein (1969) e Pateman (1970), essa passagem não é linear nem garantida, pois depende do desenho participativo e da distribuição de poder.

As interpretações acima se apoiam em medidas de confiabilidade e validade consistentes: alfas e AVE adequados para motivação (ex.: Altruista $\alpha = 0,922$; AVE = 0,729; Justiça Social $\alpha = 0,943$; AVE = 0,817; Afiliativo $\alpha = 0,736$; AVE = 0,591; Aprendizado $\alpha = 0,811$; AVE = 0,623; Egoísta $\alpha = 0,920$; AVE = 0,698) e níveis aceitáveis para cidadania (ex.: Civil $\alpha = 0,804$; AVE = 0,488; Política $\alpha = 0,837$; AVE = 0,562; Social $\alpha = 0,829$; AVE = 0,492; Ambiental $\alpha = 0,713$; AVE = 0,393). Re-especificações parcimoniosas melhoraram o ajuste (M2) e testes adicionais sustentaram validade discriminante entre os domínios.

No plano das decisões de gestão, a evidência sugere priorizar, no domínio civil, a combinação de pautas normativo-coletivas (formações e agendas ancoradas em direitos, equidade e bem comum) com dispositivos de pertencimento que consolida vínculos e rotinas, como acolhimento, rituais de grupo, mentorias e acompanhamento próximo de novatos. Para a dimensão política, a entrada e a permanência em arenas decisórias tendem a avançar quando a coordenação estrutura comunidades de prática e pareamentos intencionais, a exemplo de duplas ou padrinhos, que reduzem custos de participação e distribuem conhecimento tácito entre conselheiros. Nos domínios social e ambiental, antes de esperar efeitos da motivação, é necessário abrir e estabilizar canais e processos, com projetos de escopo claro, logística e materiais definidos, calendários públicos e pontos de contato institucionais, de modo que as oportunidades efetivas de ação alinhem disposições individuais com tarefas concretas.

Por fim, quanto às motivações instrumentais, recomenda-se manter incentivos, mas sempre atrelados a entregas cívicas verificáveis, como presença qualificada, encaminhamentos registrados e relatórios breves, a fim de canalizar interesses individuais para resultados de

interesse público e preservar a coerência do arranjo institucional. Encerrado esse bloco de implicações gerenciais derivadas dos padrões motivacionais e de cidadania observados, nesta etapa da análise o propósito é apresentar a síntese do modelo estrutural, situá-la no referencial de motivação, cidadania e desenho participativo e explicitar o status de cada hipótese com base nos coeficientes.

A estimação por equações estruturais partiu de um alicerce de mensuração previamente validado. A comprovação de validade convergente e discriminante, aliada à confiabilidade satisfatória das escalas, foi tratada como condição substantiva para sustentar inferências gerenciais sobre como dimensões motivacionais se associam a domínios de cidadania. Com as cargas fatoriais adequadas, a variância média extraída em níveis compatíveis com os limiares de referência e a confiabilidade composta dentro do esperado, o modelo estrutural pôde ser interpretado com parcimônia e coerência.

Os resultados indicaram um padrão seletivo de associações entre perfis motivacionais e repertórios de cidadania. No domínio civil, Justiça Social apresentou efeito positivo e estatisticamente significativo sobre a cidadania civil, com $\beta = 0,592$ e $p = 0,030$, enquanto Afiliativo também contribuiu positivamente, com $\beta = 0,299$ e $p = 0,030$. O fator Egoísta exibiu efeito negativo e marginalmente significativo sobre a mesma dimensão, com $\beta = -0,172$ e $p = 0,049$. Na cidadania política, apenas Afiliativo permaneceu significativo, com $\beta = 0,297$ e $p = 0,048$. Nas cidadanias social e ambiental, os caminhos estimados não atingiram significância estatística ao nível de 5 por cento, o que sugere que esses domínios dependem de combinações mais complexas de variáveis contextuais e disposicionais que ultrapassam o escopo do presente modelo.

À luz desse quadro, a hipótese H2, que postulava associação positiva entre motivações normativo-coletivas e práticas de cidadania, foi confirmada de forma parcial. O efeito de Justiça Social em cidadania civil, com $\beta = 0,592$ e $p = 0,030$, fornece suporte empírico à proposição no domínio em que práticas como presença qualificada, acompanhamento de políticas e defesa de prioridades coletivas tendem a se materializar. Já nos domínios político, social e ambiental, a ausência de significância indica que a mesma motivação não se converteu, neste banco de dados, em efeitos detectáveis, o que delimita o alcance de H2.

A hipótese H3, que atribuiu ao pertencimento um efeito positivo mais modesto e possivelmente instável, foi corroborada em dois domínios. O pertencimento Afiliativo

associou-se positivamente à cidadania civil, com $\beta = 0,299$ e $p = 0,030$, e à cidadania política, com $\beta = 0,297$ e $p = 0,048$. Esses resultados sustentam a leitura gerencial de que vínculos de grupo, integração em redes de apoio e rituais de acolhimento fortalecem a capacidade dos conselheiros de transitar em tarefas civis e em arenas decisórias, ainda que a sensibilidade psicométrica do bloco Afiliativo recomende monitoramento e reavaliação confirmatória do item mais frágil na continuidade do projeto.

A hipótese H1, que antecipava papéis mais abrangentes para altruísmo sobre cidadania civil, política e social, não foi confirmada no modelo final. Os coeficientes associados ao fator Altruísta não atingiram significância nos quatro domínios, o que sinaliza que valores de ajuda e cuidado, embora relevantes na literatura, podem operar de modo indireto ou depender de mediações institucionais para se traduzirem em comportamento mensurável no contexto analisado.

A hipótese H4, que previa associações de aprendizado principalmente com cidadania civil e social, também não foi confirmada. O fator Aprendizado não apresentou efeitos estatisticamente significativos nos desfechos estimados, o que sugere que a aquisição de competências e a familiaridade com rotinas talvez funcionem como mecanismos de suporte condicionados por oferta de formação, clareza processual e maturidade institucional dos conselhos.

A hipótese H5, por sua vez, mostrou-se pertinente de forma localizada. O fator Egoísta apresentou efeito negativo em cidadania civil, com $\beta = -0,172$ e $p = 0,049$, e não se manteve significativo nos demais domínios. A partir de uma leitura administrativa, razões instrumentais podem sustentar a adesão inicial e a execução de tarefas quando canalizadas por regras e incentivos alinhados ao interesse público, mas, na ausência de condicionantes institucionais, tendem a reduzir ou desviar a energia do engajamento voltado à prática cidadã.

Do ponto de vista da Administração Pública e da gestão do voluntariado, o conjunto de achados reforça que o comportamento dos conselheiros não decorre de um único tipo de motivação, mas de combinações específicas entre perfis motivacionais e oportunidades institucionais. Motivações pautadas por justiça e pertencimento tendem a sustentar formas mais visíveis de participação civil e política, enquanto altruísmo e aprendizado parecem operar por vias mediadas que exigem desenho processual e janelas de oportunidade para se converterem em prática. A leitura dos efeitos estimados ganha densidade quando alinhada a uma perspectiva

processual. Embora a modelagem empregue relações direcionais, com motivação especificada como antecedente e cidadania como desfecho, a literatura indica que participar retroalimenta perfis motivacionais ao longo do tempo. Isso sugere compreender a participação conselhista como trajetória, em que interações sucessivas com pares, gestores e comunidades redefinem expectativas, identidades e padrões de contribuição.

Nesse sentido, a estabilidade da mensuração de cidadania nos quatro domínios fornece lastro empírico para discutir como motivos orientados ao bem comum, pertencimento, aprendizado e instrumentalidade se traduzem em ação pública sob diferentes condições de oportunidade, reafirmando a necessidade de interpretar os efeitos à luz do desenho participativo e da distribuição de poder nos conselhos analisados.

3.5 Considerações finais

Os resultados psicométricos obtidos via análises fatoriais exploratórias respaldam o uso das medidas de motivação de Cavalcante (2012) e das práticas de cidadania de Caldas (2020) no contexto dos conselhos do ODE-PB, oferecendo base suficiente para a etapa confirmatória e para a modelagem por equações estruturais. Em termos teóricos, o estudo avança ao integrar motivação e cidadania ativa em um mesmo arcabouço aplicado a arranjos participativos subnacionais, dialogando com a literatura sobre participação e institucionalidade (Lavalle, Voigt & Serafim, 2016) e com a política pública estadual de participação social (Paraíba, 2020). Em termos metodológicos, delineia-se um protocolo confirmatório robusto, com análises fatoriais confirmatórias por instrumento, avaliação de validade convergente e discriminante e modelagem estrutural com efeitos diretos e indiretos, alinhado a boas práticas de modelagem (Hu & Bentler, 1999; Hair, Black, Babin & Anderson, 2019; Kline, 2016).

No bloco motivacional, as dimensões Altruísta, Justiça Social, Aprendizado e Egoísta apresentaram boa a excelente adequação fatorial e consistência interna, o que sustenta testes relacionando H1 e H2, associadas a valores orientados ao bem comum e justiça normativa, e H4 e H5, associadas a autoaperfeiçoamento e razões auto-orientadas, às práticas de cidadania. A faceta Afiliativo mostrou $KMO = 0,61$ e comunalidade baixa em um item, recomendando cautela interpretativa e revisão semântica pontual no ciclo confirmatório; ainda assim, sua pertinência teórica, ligada ao pertencimento, justifica a manutenção do construto e a testagem de H3 com análises de sensibilidade (Cavalcante, 2012). No bloco de cidadania, as dimensões Civis, Políticas e Sociais exibiram parâmetros adequados e teste de Bartlett significativo, convergindo

para a arquitetura de quatro domínios de Caldas (2020); Ambientais apresentou $\alpha = 0,71$ e variância extraída em torno de 0,47, sugerindo heterogeneidade maior e sensibilidade a contexto e itens, mas com cargas e comunidades suficientes para retenção do fator.

À luz desse cenário, recomenda-se executar a análise fatorial confirmatória com critérios explícitos de ajuste ($\chi^2/df \leq 3$; CFI e TLI $\geq 0,95$; RMSEA $\leq 0,06$ com intervalo de confiança de 90 por cento; SRMR $\leq 0,08$) e de qualidade de medida (variância média extraída $\geq 0,50$; confiabilidade composta $\geq 0,70$; validade discriminante por Fornell–Larcker e HTMT $< 0,85$) (Fornell & Larcker, 1981; Henseler, Ringle & Sarstedt, 2015; Hu & Bentler, 1999; Hair et al., 2019). Na modelagem estrutural, estimam-se efeitos diretos e indiretos da motivação sobre as práticas de cidadania, com controles sociodemográficos e organizacionais, e comparam-se modelos alternativos por AIC e BIC, preservando a coerência do arcabouço substantivo (Burnham & Anderson, 2002; Kline, 2016). Opcionalmente, testes de invariância por sexo, região ou tempo de mandato podem fortalecer a generalização dos parâmetros (Hair et al., 2019), com estimadores robustos quando necessário.

Do ponto de vista prático, os achados informam a gestão de voluntários e o desenho de políticas participativas ao evidenciar que valores orientados ao bem comum e justiça normativa tendem a sustentar dimensões política e social da cidadania, ao passo que o polo de aprendizado pode qualificar a esfera civil por meio de competências e rotinas de participação (Cavalcante, 2012; Caldas, 2020). Assim, ações de formação, feedback institucional e reconhecimento simbólico podem ser calibradas para potencializar essas motivações, enquanto o domínio Ambiental sugere espaço para refinar itens e estimular repertórios de práticas ecológicas nos conselhos.

À luz desses resultados, torna-se pertinente explicitar o nexo com o terceiro estudo, que examina a evolução motivacional ao longo do mandato no ODE-PB. O encadeamento teórico e a arquitetura de mensuração consolidados aqui constituem a base direta do Estudo III, cujo foco é comparar a relação entre motivação e cidadania no ingresso e na conclusão dos mandatos dos conselheiros. Ao validar dimensões motivacionais e domínios de cidadania de forma consistente, este estudo viabiliza testar, em grupos comparativos, se e como valores orientados ao bem comum, pertencimento, aprendizado e razões instrumentais se traduzem em repertórios civis, sociais, políticos e ambientais ao longo do ciclo participativo. A literatura indica que a combinação entre socialização institucional, aprendizagem e oportunidade de coprodução pode alterar a força e a distribuição desses efeitos em diferentes estágios de participação, o que

justifica examinar variações entre entrada e saída do mandato com base em modelos graduais de participação e de engajamento em arenas institucionalizadas (Arnstein, 1969; Pateman, 1970; Lavalle, Voigt & Serafim, 2016; Paraíba, 2020).

Do ponto de vista explicativo, o Estudo III se beneficia do enquadramento processual adotado aqui, segundo o qual práticas de cidadania podem retroalimentar motivações, reforçando perfis ao longo do tempo. Mesmo operando com modelos direcionais, a interpretação teórica supõe dinâmicas circulares de engajamento, nas quais a experiência deliberativa e a execução de tarefas cívicas tendem a fortalecer disposições e competências do voluntário. Isso recomenda, no Estudo III, atenção à comparabilidade entre grupos, à avaliação de invariância de medida e à análise de mediações e moderações contextuais que possam explicar diferenças de magnitude dos coeficientes entre ingresso e conclusão de mandato, preservando a coerência do arcabouço substantivo e a parcimônia dos modelos (Bollen, 1989; Little, 2013; Hu & Bentler, 1999; Hair et al., 2019).

Em termos de implicações para a gestão e para a política pública, a comparação proposta no Estudo III permitirá qualificar decisões sobre formação, acompanhamento e reconhecimento simbólico ao longo do ciclo do mandato, calibrando intervenções para sustentar motivações que se convertem em participação efetiva. Ao situar os resultados no arranjo institucional do ODE-PB, o estudo comparativo reforça que efeitos motivacionais não são estáticos, mas condicionados por canais de participação, distribuição de poder e rotinas de coprodução, dimensões centrais para compreender variações entre ingresso e conclusão de mandatos e para orientar aperfeiçoamentos no desenho participativo estadual (Lavalle et al., 2016; Paraíba, 2020; Arnstein, 1969; Pateman, 1970).

Por fim, destacam-se limitações aderentes ao que foi reportado na análise fatorial exploratória: fragilidade pontual em Afiliativo e heterogeneidade maior em Ambientais. Tais limitações não comprometem a continuidade das análises confirmatórias e são endereçadas nos próximos passos, com AFC por instrumento, modelagem estrutural com comparação de modelos parcimoniosos e, em estudos futuros, revisão do item mais frágil de Afiliativo e ampliação ou ajuste de conteúdo em Ambientais. A implementação no R e no pacote lavaan garante rastreabilidade e replicabilidade do percurso analítico (R Core Team, 2020; Rosseel, 2012).

4. ESTUDO III – Motivação e cidadania no ODE-PB: do ingresso à conclusão dos mandatos, uma análise comparativa.

RESUMO

Este estudo investiga a relação entre motivação para o trabalho voluntário e práticas de cidadania no âmbito dos conselhos regionais do Orçamento Democrático do Estado da Paraíba, estimando relações em nível latente por meio de Modelagem por Equações Estruturais. O desenho é comparativo entre dois momentos do ciclo do mandato, ingresso e conclusão, com mensuração multidimensional da motivação e operacionalização de cidadania em quatro domínios. Inseridos em um arranjo participativo que orienta ações governamentais e promove integração com a sociedade, os conselhos do ODE-PB constituem um contexto oportuno para compreender como motivos individuais se convertem em repertórios cívicos. De forma analítica, o estudo busca identificar a influência da motivação sobre a cidadania e verificar possíveis variações de magnitude desses efeitos entre os estágios do mandato, discutindo implicações para gestão do voluntariado, fortalecimento da participação social e aperfeiçoamento de processos deliberativos no território paraibano. Os resultados mostram que, embora o perfil motivacional dos conselheiros já seja fortemente orientado por motivos valorativos no ingresso, ao longo do mandato se fortalecem sobretudo as práticas de cidadania social e política, enquanto a cidadania ambiental e os efeitos de razões estritamente instrumentais permanecem mais discretos e sensíveis ao desenho institucional.

Palavras-chave: motivação no voluntariado; práticas de cidadania; modelagem por equações estruturais; análise comparativa; participação social; ODE-PB.

Palavras-chave: motivação no voluntariado; práticas de cidadania; modelagem por equações estruturais; análise comparativa; participação social; ODE-PB.

ABSTRACT

This study investigates the relationship between motivation for volunteer work and citizenship practices within the regional councils of the Democratic Budget of the State of Paraíba, estimating latent-level relationships using Structural Equation Modeling. The design compares two stages of the mandate cycle, start and end, with multidimensional measurement of motivation and operationalization of citizenship across four domains. Embedded in a

participatory framework that guides government actions and promotes integration with society, the ODE-PB councils provide an opportune context for understanding how individual motives translate into civic repertoires. Analytically, the study seeks to identify the influence of motivation on citizenship and to assess possible variations in the magnitude of these effects across mandate stages, discussing implications for volunteer management, strengthening social participation, and improving deliberative processes in Paraíba. The results show that although councilors already display a strongly value-oriented motivational profile at the beginning of their mandates, social and political citizenship practices become stronger over time, whereas environmental citizenship and the effects of strictly instrumental motives remain more modest and sensitive to the institutional design.

Keywords: Motivation in volunteering; citizenship practices; structural equation modeling; comparative analysis; social participation; ODE-PB.

4.1 Introdução

O voluntariado ocupa posição de destaque na sociedade contemporânea por mobilizar pessoas e recursos em múltiplas frentes de interesse público e comunitário, o que tem atraído atenção crescente na pesquisa e na gestão de pessoas e organizações da sociedade civil (Craig-Lees, Harris, & Lau, 2008; Shantz et al., 2014). Nas ciências sociais, o fenômeno deixou de ser periférico e passou a ser compreendido como portador de significados normativos, identitários e cívicos, com implicações para a coesão social e para a qualidade da participação pública (Wilson, 2012). A partir dessa inflexão, torna-se particularmente relevante observar o voluntariado em arranjos institucionalizados de participação, em que a atuação cidadã se articula diretamente a processos decisórios.

Em arranjos participativos como os conselhos do Orçamento Democrático Estadual da Paraíba, o engajamento voluntário está intimamente vinculado a repertórios de cidadania ativa, uma vez que os conselheiros contribuem para a definição de prioridades de investimento e para o controle social das políticas públicas. Nesses contextos, não basta compreender por que os indivíduos ingressam em atividades voluntárias, pois é igualmente necessário investigar como o engajamento se sustenta no tempo e se configura à medida que os participantes acumulam experiência, interagem com o poder público e lidam com constrangimentos institucionais.

Conceitualmente, o voluntário é o indivíduo que oferta tempo e trabalho a uma organização sem expectativa de compensação monetária, gerando benefícios a terceiros e, potencialmente, a si próprio (Shin & Kleiner, 2003). Em convergência, a Organização das Nações Unidas descreve a atividade voluntária como não remunerada, espontânea e orientada ao bem-estar coletivo, com possíveis ganhos também para o voluntário (United Nations, 2001). Partindo dessas definições gerais, este estudo considera que a motivação resulta da interação entre disposições individuais e contextos organizacionais e sociais e, no campo do trabalho, pode ser entendida como o conjunto de forças que iniciam, direcionam, intensificam e mantêm comportamentos ao longo do tempo (Latham & Pinder, 2005). A assimetria de incentivos entre trabalho remunerado e o voluntariado coloca as motivações em posição central para compreender a adesão e a permanência em atividades de interesse público (Cnaan & Cascio, 1998; Mesch, Tschirhart, Perry, & Lee, 1998).

No âmbito da Administração, a motivação é variável crítica para satisfação, comprometimento, engajamento, retenção e desempenho. Quando se observam arenas deliberativas, em que cidadãos interagem com gestores públicos em instâncias de consulta e decisão, a conversão de motivos em práticas de cidadania passa a depender também da socialização institucional, do aprendizado e do sentimento de pertencimento. Esses processos são coerentes com modelos graduais de participação e com a literatura sobre institucionalidade participativa, que destaca o movimento de arranjos centrados em informação e consulta para formatos de parceria e delegação de poder (Arnstein, 1969; Pateman, 1970; Lavalle, Voigt, & Serafim, 2016; Paraíba, 2020).

À luz dessas discussões, este estudo analisa comparativamente a relação entre motivação para o trabalho voluntário e práticas de cidadania entre conselheiros do Orçamento Democrático Estadual da Paraíba em dois momentos do ciclo do mandato, ingresso e conclusão, empregando modelagem por equações estruturais. A comparação entre estágios permite articular o referencial teórico sobre voluntariado, cidadania e participação institucional a evidências empíricas produzidas em contexto subnacional específico, contribuindo para a compreensão da dinâmica motivacional ao longo do tempo participativo.

Retomando o arcabouço adotado nos estudos anteriores, a motivação para o trabalho voluntário é compreendida como um conjunto de funções que combinam valores orientados ao bem comum, sentimento de pertencimento, busca por aprendizado e razões de natureza mais instrumental (Cavalcante, 2012; Ferraz et al., 2021). Esses motivos podem ser reconfigurados ao

longo do ciclo participativo, à medida que os conselheiros vivenciam experiências concretas no ODE-PB, ampliam seu entendimento sobre o funcionamento dos conselhos e reposicionam expectativas em relação ao impacto de sua atuação. As práticas de cidadania, por sua vez, são tomadas como repertórios de ação distribuídos em domínios civis, sociais, políticos e ambientais (Caldas, 2020), que podem se intensificar ou se reorientar à medida que os conselheiros acumulam conhecimento institucional, redes e confiança em sua capacidade de influenciar decisões. O Estudo III parte da premissa de que essas motivações e práticas não são estáticas, mas suscetíveis a transformações entre o ingresso e a conclusão dos mandatos.

4.2 Referencial teórico

A literatura sobre voluntariado enfatiza que o engajamento voluntário costuma ser impulsionado tanto pela vontade de contribuir com o bem comum quanto por razões relacionais e desenvolvimentais, como pertencimento, ampliação de redes, aquisição de habilidades, reconhecimento social e realização pessoal (Cavalcante, de Souza, da Cunha, de Almeida Nascimento, & Fernandes, 2012). Essas motivações dialogam com concepções de cidadania que valorizam a participação ativa na esfera pública e a corresponsabilidade na provisão de bens coletivos (Marshall, 1967; Musick & Wilson, 2008).

Para compreender o voluntariado em conselhos vinculados ao poder público, não basta tratar apenas das definições sociológicas e organizacionais. É necessário também situar o fenômeno no marco regulatório brasileiro, uma vez que a atuação dos conselheiros do ODE-PB se dá em estreita colaboração com o Estado, mas sem vínculo empregatício formal. Nesse sentido, a Lei nº 9.608, de 18 de dezembro de 1998, define o trabalho voluntário como atividade não remunerada realizada em favor de entidades públicas ou instituições privadas sem fins lucrativos, voltada a fins cívicos, culturais, educacionais, científicos, recreativos ou de assistência social, sem gerar vínculo empregatício (Brasil, 1998).

A referência a essa lei cumpre dupla função neste estudo. Em primeiro lugar, delimita juridicamente a condição dos conselheiros como voluntários, afastando interpretações que confundam sua atuação com cargos públicos ou formas precárias de contratação. Em segundo lugar, reforça que a atividade voluntária, tal como praticada nos conselhos do ODE-PB, é reconhecida como instrumento legítimo de promoção de fins cívicos e de fortalecimento da participação social, o que aproxima a definição legal das discussões teóricas sobre cidadania ativa e controle social.

Em perspectiva sociológica, o escopo do voluntariado inclui ainda arranjos de ajuda mútua, organizações autodirigidas e engajamentos em campanhas de interesse coletivo (Musick & Wilson, 2008). Ao articular esse escopo à definição legal, o estudo assume que o trabalho dos conselheiros do ODE-PB é simultaneamente um exercício de voluntariado é um exercício de cidadania, pois combina prestação de tempo e esforço em favor de terceiros com participação ativa em decisões sobre políticas públicas.

O engajamento voluntário, embora ancorado em disposições individuais, é sensível aos contextos em que ocorre. Pesquisas em Administração Pública indicam que, no serviço público, níveis mais elevados de motivação se associam a atitudes favoráveis à participação cidadã e a melhores resultados de desempenho (Bellé, 2012; Coursey, Yang, & Pandey, 2012). Esses achados aproximam o campo do voluntariado da literatura sobre motivação para o serviço público, na medida em que ambos tratam de orientações para o interesse coletivo em ambientes marcados por burocracias estatais, regras formais e expectativas de accountability.

Essa convergência justifica a inclusão do serviço público como área dialogante no presente estudo. Os conselhos do ODE-PB constituem uma interface entre Estado e sociedade civil, na qual cidadãos voluntários atuam em estreita coordenação com gestores públicos. Ao mobilizar evidências provenientes do serviço público, reconhece-se que mecanismos motivacionais observados entre servidores, como sentido de missão pública e compromisso com resultados coletivos, são relevantes para interpretar também o engajamento de conselheiros que, embora não remunerados, participam diretamente do ciclo de políticas e do controle social.

Nessa mesma direção, estudos sobre participação cívica apontam que antecedentes da atuação cidadã incluem estados psicológicos de engajamento e interesses políticos gerais, que funcionam como condições para que as pessoas se disponham a deliberar, acompanhar agendas e se expor publicamente (Neblo, Esterling, Kennedy, Lazer, & Sokhey, 2010; Hafer & Ran, 2016). Assim, a motivação para o trabalho voluntário, a motivação orientada ao serviço público e os antecedentes psicológicos da participação podem ser concebidos como elementos de um mesmo encadeamento explicativo, no qual disposições internas se traduzem em práticas de cidadania quando encontram oportunidades institucionais favoráveis.

Ao articular esses três eixos, o referencial teórico deste estudo sustenta que os conselhos do ODE-PB são arenas privilegiadas para observar como diferentes facetas da motivação se convertem em repertórios cívicos, especialmente quando se compara o ingresso ao término do

mandato, momento em que experiências acumuladas e trajetórias de socialização institucional podem alterar a configuração motivacional e os padrões de participação.

Adota-se um modelo no qual a motivação para o voluntariado é representada por cinco facetas recorrentes no contexto brasileiro: valores orientados ao bem comum, justiça normativa, pertencimento, aprendizado e razões instrumentais. As práticas de cidadania são mensuradas em quatro domínios, civil, social, político e ambiental, conforme Caldas (Cavalcante, 2012; Cavalcante, 2016; Caldas, 2020). A hipótese substantiva é que a motivação explica positivamente as práticas de cidadania, ainda que com magnitudes diferenciadas por faceta motivacional e por domínio de cidadania.

Formula-se que valores orientados ao bem comum se associam positivamente à cidadania social, justiça normativa à cidadania política, aprendizado à cidadania civil e pertencimento a práticas sensíveis às condições institucionais, sobretudo nos contextos em que regras claras, feedback e reconhecimento simbólico reforçam o vínculo com o conselho. Razões instrumentais, por sua vez, podem relacionar-se a domínios específicos de cidadania conforme o conteúdo das atividades e as oportunidades de coprodução disponibilizadas pelas instâncias participativas.

O modelo teórico especifica caminhos estruturais da motivação para os quatro domínios de cidadania, estimados em nível latente. Os construtos motivacionais abrangem valores orientados ao bem comum, justiça normativa, pertencimento, aprendizado e razões instrumentais, enquanto os desfechos compreendem cidadania civil, social, política e ambiental. Controlam-se covariáveis sociodemográficas e organizacionais pertinentes. A especificação parte de um modelo de mensuração previamente validado e avança para um modelo estrutural parcimonioso, em consonância com boas práticas em modelagem por equações estruturais (Fornell & Larcker, 1981; Hu & Bentler, 1999; Hair, Black, Babin, & Anderson, 2019; Kline, 2016).

4.3 Procedimentos metodológicos

A pesquisa caracteriza-se como descritiva e aplicada, com delineamento comparativo entre dois momentos do ciclo do mandato, ingresso e conclusão, a fim de examinar efeitos associados à motivação e às práticas de cidadania. A problemática orientadora indaga efeitos observáveis no comportamento de conselheiros voluntários após um período de participação de dois anos nos conselhos regionais, contrastando a entrada e a saída do mandato à luz do modelo teórico apresentado.

Adota-se o paradigma funcionalista-positivista e uma estratégia quantitativa, com levantamento por questionários estruturados aplicados em dois momentos de coleta, resultando em um grupo de conselheiros em ingresso e outro correspondente à conclusão do mandato. O questionário de motivação fundamenta-se no Modelo Estrutural de Motivação no Trabalho Voluntário, operacionalizando facetas múltiplas do engajamento. O questionário de práticas de cidadania baseia-se na escala de Caldas, contemplando dimensões civis, políticas, sociais e ambientais (Cavalcante, 2012; Caldas, 2020). A estrutura fatorial dos dois instrumentos foi previamente validada por meio de análises fatoriais exploratórias e confirmatórias, com índices de ajuste globais em patamar aceitável e evidências de confiabilidade, validade convergente e discriminante adequadas, ainda que com necessidade de ajustes pontuais em alguns fatores.

Na dissertação de Leite (2023), a validação e aplicação das escalas de motivação e de práticas de cidadania foram realizadas com uma amostra de 245 conselheiros respondentes que atuaram nos Conselhos Regionais do Orçamento Democrático Estadual da Paraíba no período de 2020–2022. No presente estudo, a base empírica é composta por 200 conselheiros do ODE-PB, obtidos em ciclo posterior de mandato. Embora o número absoluto de respondentes seja ligeiramente menor, ambos os estudos compartilham o mesmo arranjo institucional e critérios de elegibilidade, o que favorece a comparabilidade dos resultados e a leitura cumulativa dos achados. As diferenças de tamanho amostral são consideradas na interpretação a partir do reporte de intervalos de confiança e de medidas de tamanho de efeito, evitando conclusões baseadas apenas na significância estatística.

O tratamento estatístico inclui estatísticas descritivas e testes comparativos entre grupos para avaliar diferenças entre ingresso e conclusão, com seleção de procedimentos conforme pressupostos de normalidade e homocedasticidade, incluindo, quando pertinente, comparação de médias e medidas de associação. Para assegurar que as diferenças observadas entre as médias dos grupos sejam robustas, aplica-se o teste t para amostras independentes, considerando diferenças estatisticamente significativas quando p menor que 0,05.

Para avaliar relações em nível latente entre motivação e cidadania, emprega-se modelagem por equações estruturais, estimando e testando o encadeamento teórico proposto entre os construtos e suas facetas, com atenção à validade de medida e à comparabilidade entre os grupos. A estimação segue abordagem baseada em covariância, com avaliação de ajuste absoluto e incremental por múltiplos índices e respectivos intervalos de confiança. Para comparação entre ingresso e conclusão, procede-se à avaliação hierárquica de invariância de

medida, nas formas configural, métrica e escalar, com decisão ancorada em variações aceitáveis de CFI, RMSEA e SRMR (Cheung & Rensvold, 2002; Chen, 2007; Meredith, 1993). Superada a etapa de comparabilidade, comparam-se parâmetros estruturais entre grupos por meio de testes de restrição de caminhos e inspeção de diferenças padronizadas.

Para fortalecer a validade interna, o procedimento analítico inclui diagnósticos de normalidade multivariada, identificação de observações influentes e inspeção de colinearidade. Quando necessário, aplicam-se correções robustas para o qui quadrado e para os erros padrão, assegurando estabilidade das inferências. Considerando possíveis vieses de método comum em levantamentos autoaplicados, adotam-se estratégias teóricas e analíticas, como teste de modelos rivais e avaliação de alternativas parcimoniosas, com interpretação prudente de diferenças pequenas entre domínios (Podsakoff, MacKenzie, Lee, & Podsakoff, 2003; Kline, 2016; Hu & Bentler, 1999).

Os coeficientes são discutidos por domínio de cidadania, com foco em direção, magnitude, significância estatística e plausibilidade teórica. Valores pequenos, mas coerentes com a teoria e com o desenho participativo, são reconhecidos como evidências substantivas sob condições institucionais específicas. A discussão dos modelos segue diretrizes de transparência e replicabilidade em modelagem por equações estruturais, com ênfase na apresentação clara de índices de ajuste, evidências de validade e decisões de estimativa (Hair et al., 2019; Kline, 2016; Hu & Bentler, 1999).

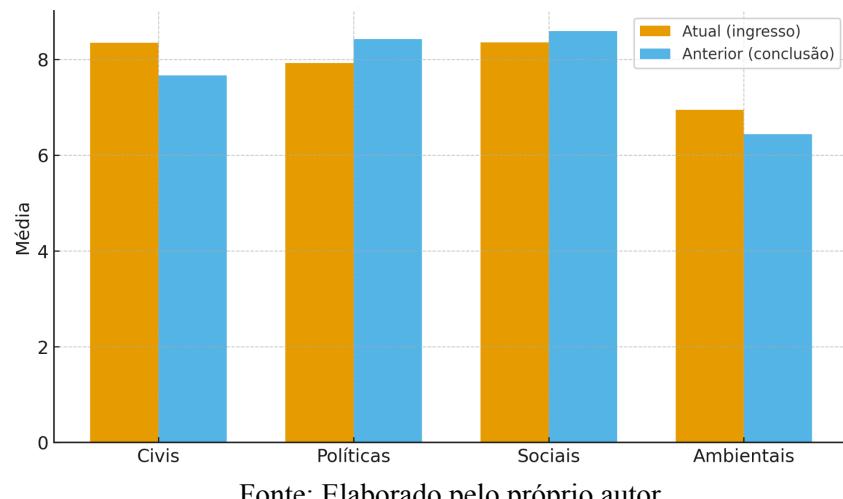
4.4 Resultados e discussão

A literatura aponta que a relação entre motivação e cidadania, em arenas institucionalizadas, é condicionada por trajetórias de aprendizado, oportunidades de coprodução e graus de compartilhamento de poder. Em conselhos subnacionais, tais elementos tendem a reconfigurar crenças, expectativas e competências, de modo que efeitos inicialmente modestos podem se intensificar com a experiência participativa, em consonância com a passagem de formatos centrados em informação e consulta para arranjos que se aproximam da parceria e da delegação de poder (Arnstein, 1969; Pateman, 1970; Lavalle et al., 2016; Paraíba, 2020). Os resultados empíricos deste estudo são discutidos à luz dessas expectativas, articulando o perfil motivacional dos conselheiros em ingresso e a comparação de suas práticas de cidadania com aquelas observadas em conselheiros em conclusão de mandato.

No plano descritivo, as facetas motivacionais da pesquisa atual indicam que, na entrada do mandato, os conselheiros apresentam níveis elevados de motivação altruísta e de justiça, com médias próximas de 9 em escala de 0 a 10, além de níveis moderados de aprendizado e pertencimento afiliativo. A motivação egoísta, por sua vez, apresenta média em torno de 3,9, indicando baixa intensidade relativa. A variância e o desvio padrão são mais reduzidos para altruísmo e justiça, o que sugere maior homogeneidade nessas dimensões, ao passo que a assimetria é predominantemente à esquerda, com maior concentração de respostas em escores altos para os motivos orientados ao bem comum. Esses padrões reforçam o entendimento de que o ingresso nos conselhos do ODE-PB já está associado a um perfil motivacional fortemente orientado a valores coletivos e normas de justiça, com menor peso de razões instrumentais estritas.

A partir desse enquadramento motivacional, os resultados relativos às práticas de cidadania permitem comparar o grupo de ingresso, correspondente à pesquisa atual, com o grupo de conclusão, oriundo de pesquisa anterior com conselheiros em fim de mandato. A Figura 11 sintetiza essa comparação em termos das médias gerais dos quatro domínios de cidadania.

Figura 11 – Médias de cidadania civil, política, social e ambiental: conselheiros em ingresso e em conclusão do mandato



Fonte: Elaborado pelo próprio autor.

Observa-se que os conselheiros em ingresso exibem médias mais elevadas em cidadania civil e ambiental, enquanto o grupo de conclusão apresenta médias superiores em cidadania política e social. Em termos numéricos, a diferença é mais pronunciada em cidadania política, com média em torno de 7,93 entre ingressantes e 8,43 entre concluintes ($\Delta \approx 0,50$; $p < 0,05$), e em cidadania ambiental, com 6,95 no grupo atual e 6,44 no grupo anterior ($\Delta \approx 0,51$; $p < 0,05$), ambas diferenças estatisticamente significativas. Em cidadania civil, a média global também é

ligeiramente superior no grupo de ingresso, com valor em torno de 8,35, contra 7,67 no grupo de conclusão ($\Delta \approx 0,68$; $p < 0,05$). Esse padrão dá suporte quantitativo à hipótese comparativa de que a distribuição dos repertórios cidadãos varia ao longo do ciclo do mandato: os conselheiros chegam ao ODE-PB com repertórios civis relativamente robustos e sensibilidade mais alta a pautas ambientais, ao passo que a experiência acumulada no conselho tende a consolidar sobretudo as dimensões social e política da cidadania.

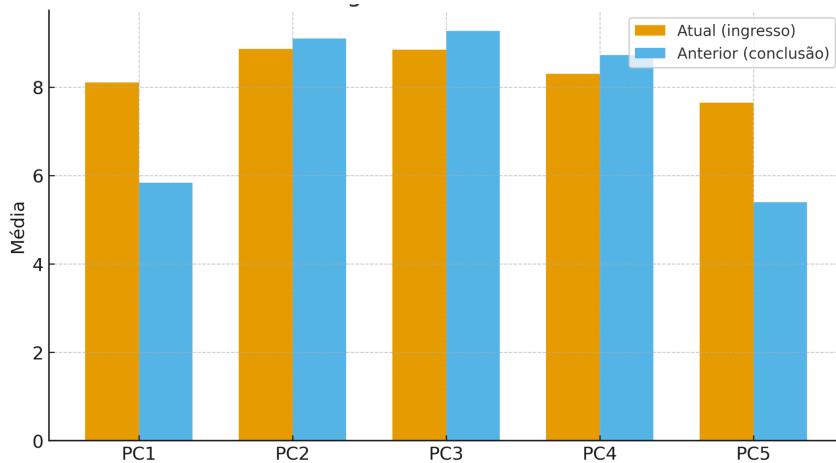
Para além da comparação estrutural entre grupos, este estudo testa hipóteses de diferenças de médias entre conselheiros em ingresso e em conclusão de mandato. Com base nos achados do Estudo I, que destacam a relevância de motivos valorativos, de pertencimento e de aprendizagem para a consolidação de repertórios de cidadania, e do Estudo II, que indica associações positivas entre essas dimensões motivacionais e os domínios de cidadania, formulam-se as seguintes hipóteses comparativas:

- **H6** – Conselheiros em conclusão de mandato apresentam níveis médios mais elevados de motivação orientada a valores, pertencimento e aprendizagem do que conselheiros em ingresso.
- **H7** – Conselheiros em conclusão de mandato apresentam níveis médios mais elevados de práticas de cidadania – especialmente nos domínios social e político – do que conselheiros em ingresso.

Essas hipóteses são testadas por meio de comparações de médias entre grupos, combinando testes t para amostras independentes e medidas de tamanho de efeito, de modo a complementar a interpretação dos coeficientes estruturais e a oferecer evidências adicionais sobre possíveis mudanças nos repertórios motivacionais e cidadãos ao longo do ciclo do mandato.

Na dimensão civil, a média global é, portanto, ligeiramente superior no grupo de ingresso ($\approx 8,35$), em comparação com o grupo de conclusão ($\approx 7,67$), diferença estatisticamente significativa pelo teste t para amostras independentes ($p < 0,05$). Entretanto, essa diferença não é uniforme em todos os itens. A Figura 12 detalha essa distribuição, permitindo observar nuances importantes.

Figura 12 – Práticas de cidadania civil (PC1 a PC5) por estágio do mandato

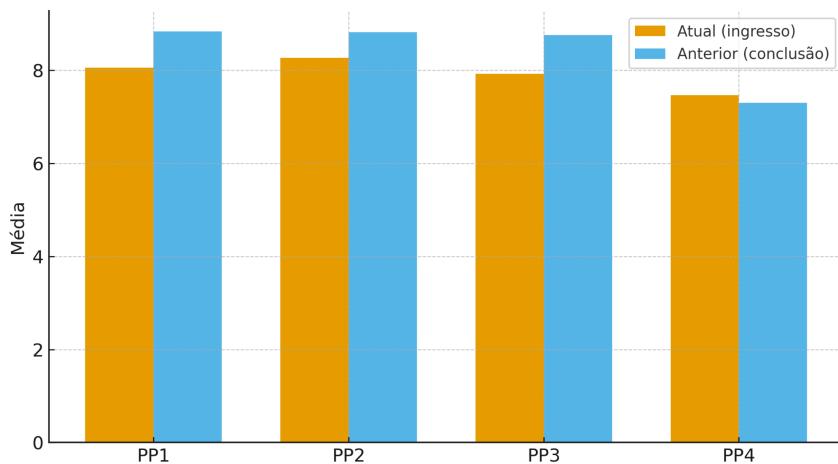


Fonte: Elaborado pelo próprio autor.

Os conselheiros em ingresso apresentam escores mais altos em tarefas como participação em reuniões e cumprimento de prazos, enquanto conselheiros em conclusão exibem médias ligeiramente superiores em itens associados ao acompanhamento mais refinado de informações e procedimentos. O teste t indica diferenças significativas para a média geral de cidadania civil e para os itens PC1, PC3, PC4 e PC5, mantendo estabilidade em PC2 ($p \geq 0,05$). Essa combinação sugere que a cidadania civil assume contornos distintos ao longo do ciclo do mandato: o ingresso parece marcado por maior entusiasmo e disponibilidade para rotinas básicas de participação e apoio, enquanto a conclusão está associada a maior especialização em tarefas específicas, possivelmente mais complexas e tecnicamente exigentes.

Na dimensão política, o padrão se inverte. A média global de cidadania política é maior entre conselheiros em conclusão, em torno de 8,43, frente a 7,93 no grupo de ingresso ($\Delta \approx 0,50$; $p < 0,05$). Em particular, itens relativos à incidência em audiências, defesa de prioridades nas instâncias deliberativas e interlocução com representantes institucionais apresentam escores mais elevados no grupo de conclusão. A Figura 13 explicita esse comportamento por item.

Figura 13 – Práticas de cidadania política (PP1 a PP4) por estágio do mandato



Fonte: Elaborado pelo próprio autor.

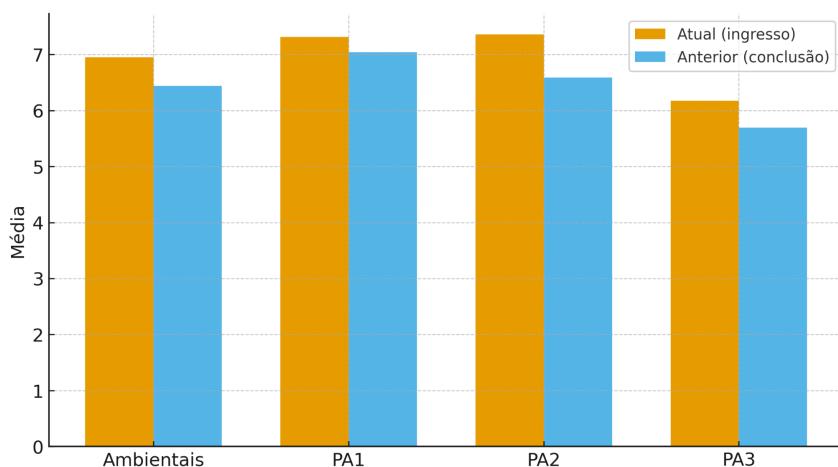
Os resultados indicam médias sistematicamente superiores entre concluintes em PP1, PP2 e PP3, enquanto PP4 se mantém em patamar semelhante entre os grupos, com diferenças não significativas. Esse resultado é coerente com a expectativa de que a experiência acumulada nos conselhos, associada às formações oferecidas pelo ODE-PB e à familiaridade com o funcionamento do Estado, fortalece repertórios de cidadania política mais complexos, como articular argumentos, negociar prioridades e participar de decisões com impacto coletivo. Em termos de perfil, o mandato parece favorecer a passagem de uma participação mais observadora, típica do ingresso, para uma atuação mais assertiva e estrategicamente orientada, alinhada a modelos graduais de participação que enfatizam o compartilhamento de poder (Arnstein, 1969; Pateman, 1970; Lavalle et al., 2016).

As práticas sociais também tendem a apresentar médias ligeiramente mais altas entre conselheiros em conclusão. A diferença global, embora de menor magnitude, é estatisticamente significativa ($p < 0,05$), com destaque para itens ligados ao apoio a terceiros em situações de vulnerabilidade e à mobilização de redes comunitárias, nos quais o grupo de conclusão apresenta escores mais elevados. Esses achados sugerem que a trajetória no conselho amplia a capacidade dos participantes de acionar e articular redes sociais em favor de causas coletivas, reforçando a dimensão social da cidadania e consolidando o papel dos conselheiros como mediadores entre comunidades e Estado.

Na dimensão ambiental, observa-se padrão distinto. A média de cidadania ambiental é mais elevada no grupo de ingresso, em torno de 6,95, frente a 6,44 no grupo de conclusão ($\Delta \approx$

0,51; $p < 0,05$), com diferença estatisticamente significativa concentrada sobretudo em um item relativo à adoção de práticas individuais de preservação. A Figura 14 organiza essas informações, reunindo a média global e os itens PA1, PA2 e PA3.

Figura 14 – Práticas de cidadania ambiental: média geral e itens PA1 a PA3 por estágio do mandato



Fonte: Elaborado pelo próprio autor.

Como o conteúdo das atividades no conselho oferece menos oportunidades específicas para atuação ambiental, esse resultado pode indicar que esse domínio é mais sensível a motivações e práticas prévias dos voluntários do que às experiências acumuladas no conselho. A maior intensidade de práticas ambientais entre ingressantes sugere que eles chegam ao ODE-PB com repertórios mais fortes em temas difusos e emergentes, possivelmente influenciados por agendas contemporâneas de sustentabilidade e justiça ambiental. Esse achado reforça a necessidade de ações mais dirigidas caso se deseje ampliar a dimensão ambiental da cidadania nesses espaços, incorporando de modo mais sistemático essa pauta às rotinas deliberativas e formativas dos conselhos.

Articulando esses resultados às hipóteses teóricas, valores orientados ao bem comum e justiça normativa oferecem bases para comportamentos que envolvem deliberação, exposição pública e corresponsabilidade por decisões coletivas. Em ambientes com canais efetivos de influência e regras claras, essas disposições tendem a se expressar nos domínios social e político da cidadania, mobilizando senso de responsabilidade pública e crença em procedimentos justos, o que favorece participação qualificada e compromisso com resultados coletivos (Caldas, 2020; Coursey, Yang, & Pandey, 2012; Bellé, 2012). A elevação das médias em cidadania política e

social entre conselheiros em conclusão é compatível com essa leitura, sugerindo um efeito de aprendizagem cívica e de reforço mútuo entre crenças e ações ao longo do mandato.

A motivação por aprendizado se conecta de modo direto à cidadania civil, composta por rotinas de informação qualificada, acompanhamento de agendas, cumprimento de prazos e domínio de procedimentos. Os resultados indicam que esses elementos ativam mecanismos de autoeficácia e competência percebida, reduzindo custos de participação e incerteza sobre a contribuição individual. No contexto do ODE-PB, as formações contínuas e a interação frequente com agendas governamentais funcionam como dispositivos de socialização que podem intensificar o vínculo entre aprendizagem e repertórios civis, sobretudo quando há previsibilidade institucional e feedback. Nesse quadro, a ligeira redução da média global de cidadania civil entre conselheiros em conclusão pode refletir uma redefinição das rotinas civis em função de maior especialização e de concentração de esforços em itens específicos, mais do que um enfraquecimento generalizado da dimensão.

O pertencimento é relacional e sensível ao contexto. Redes frágeis, rotatividade e baixa densidade de coprodução tendem a difundir seu significado, gerando efeitos de menor magnitude ou instáveis. Em contrapartida, práticas deliberativas consistentes, reconhecimento simbólico e trabalho cooperativo consolidam vínculos e sustentam a persistência no engajamento. Embora a mensuração direta de pertencimento esteja concentrada na dimensão motivacional, o aumento de práticas sociais e políticas entre conselheiros em conclusão sugere que, quando o desenho institucional distribui responsabilidades e valoriza contribuições, o sentimento de pertencimento se traduz em maior disposição para agir em favor de terceiros e para interagir com o poder público.

As razões instrumentais exigem leitura não normativa. Benefícios individuais, como visibilidade, acesso a redes e desenvolvimento de habilidades, podem coexistir com entregas públicas quando as atividades integram rotinas do conselho e contribuem para metas coletivas. A direção e a magnitude dos efeitos dessa dimensão dependem do conteúdo das tarefas e do desenho institucional que organiza incentivos e acesso a processos decisórios, reconhecendo a natureza multifacetada da motivação no voluntariado (Cnaan & Cascio, 1998; Musick & Wilson, 2008). O fato de a motivação egoísta apresentar baixa média na entrada sugere que, para os conselheiros analisados, os ganhos instrumentais não são a força predominante de engajamento, embora possam atuar de forma complementar à medida que o mandato avança.

No plano da modelagem, a estimação por equações estruturais partiu de um alicerce de mensuração previamente validado. Na amostra estudada, as subescalas de motivação apresentaram índices psicométricos robustos (α entre 0,72 e 0,94; AVE entre aproximadamente 0,52 e 0,82), enquanto as dimensões de cidadania exibiram confiabilidade aceitável (α entre 0,71 e 0,83) e variância média extraída em patamares compatíveis com a literatura, ainda que mais modestos em cidadania ambiental (AVE próxima de 0,39). Esses resultados, combinados a índices de adequação amostral KMO satisfatórios, sustentam a validade convergente e discriminante dos construtos e justificam o uso de escores latentes para comparar ingresso e conclusão.

A modelagem por equações estruturais, estimada por máxima verossimilhança, envolveu a comparação entre um modelo inicial (M1) e um modelo re-especificado (M2), no qual foram incorporadas correlações residuais entre itens de um mesmo construto, com o objetivo de reduzir variâncias de erro sem alterar a estrutura teórica. As diferenças observadas nos índices de ajuste mantiveram-se em patamares reduzidos: o CFI passou de 0,813 para 0,853 ($\Delta\text{CFI} = 0,040$), o RMSEA de 0,097 para 0,088 ($\Delta\text{RMSEA} = -0,009$) e o SRMR de 0,100 para 0,094 ($\Delta\text{SRMR} = -0,006$), variações que indicam refinamento do modelo sem mudança substantiva de especificação. Em termos de ajuste global, o modelo re-especificado apresentou $\chi^2/\text{gl} = 2,53$, CFI = 0,853, TLI = 0,830, RMSEA = 0,088 e SRMR = 0,094, combinação usualmente interpretada como compatível com um ajuste aceitável em estudos de Administração e Ciências Sociais Aplicadas, em linha com as recomendações de Hu e Bentler (1999) e Hair et al. (2019).

O detalhamento desses dados pode ser observado na Tabela a seguir.

Tabela 1 - Medidas de ajustamento do modelo de motivação

	Modelo M1 Inicial	Modelo M2 re-especificado	Nível de aceitação
Qui-quadrado (χ^2)	507,559	369,155	-
Graus de liberdade (g.l.)	160,000	152,000	Maior que 1
Nível de probabilidade	0,000	0,000	Maior que 0,05

Média padronizada dos resíduos (SRMR)	0,113	0,103	Inferior a 1
Índice da bondade do ajustamento (GFI)	0,803	0,852	Maior que 0,90
Qui-quadrado normalizado ($\chi^2/g.l.$)	3,172	2,429	Menor que 5
Índice de ajustamento comparativo (CFI)	0,898	0,937	Próximo a 1
Índice de ajustamento normalizado (NFI)	0,859	0,898	Próximo a 1
Índice de ajustamento Tucker-Lewis (TLI)	0,879	0,921	Próximo a 1
IFI	0,899	0,937	Próximo a 1
Índice de parcimônia ajustado (PGFI)	0,612	0,617	Maior que 0,60
Índice de parcimônia normalizado (PNFI)	0,724	0,718	Maior que 0,60
Raiz do erro quadrático médio aprox. (RMSEA)	0,104	0,085	Inferior a 0,08

Fonte: Dados da Pesquisa.

Em adição, a Tabela 2 – “Resultados das regressões múltiplas do modelo estrutural”, apresentada também a seguir, sintetiza as associações entre os construtos de motivação e os

domínios de práticas de cidadania. No âmbito das práticas civis, os resultados indicam efeitos positivos e estatisticamente significativos de motivações orientadas ao bem comum, bem como de razões de caráter mais instrumental: os coeficientes padronizados situam-se em torno de magnitudes pequenas a moderadas ($\beta \approx 0,30\text{--}0,60$; $p < 0,05$), sugerindo que tanto a preocupação com justiça social e melhoria das condições de vida quanto expectativas de reconhecimento e benefícios pessoais contribuem para intensificar rotinas de informação, acompanhamento de agendas e domínio de procedimentos institucionais. Para o domínio político, observa-se um único preditor significativo, associado ao pertencimento e aos laços interpessoais (fator Afiliativo), com efeito de magnitude moderada (β em torno de 0,30; $p < 0,05$), o que indica que o desejo de integrar grupos e redes cívicas desempenha papel central na participação em plenárias, na defesa de pautas e na incidência direta sobre o poder público. Já nos domínios social e ambiental da cidadania, os coeficientes estimados não alcançaram significância estatística ao nível de 5%, o que implica rejeitar, nesses campos, as hipóteses de efeitos diretos dos diferentes perfis motivacionais, embora os sinais e magnitudes observados indiquem tendências que podem ser melhor exploradas em investigações com amostras maiores ou desenhos longitudinais.

Tabela 2 - Resultados das regressões múltiplas do modelo estrutural

	Altruista		Justiça Social		Afiliativo		Aprendizado		Egoísta	
	β	P-valor	β	P-valor	β	P-valor	β	P-valor	β	P-valor
Civis	-0,076	0,792	0,592	0,030	0,299	0,030	0,192	0,111	-0,172	0,049
Políticas	-0,181	0,583	0,574	0,073	0,297	0,048	0,093	0,459	-0,083	0,391
Sociais	0,152	0,612	0,479	0,079	0,069	0,569	0,122	0,228	-0,004	0,964
Ambientais	-0,154	0,623	0,479	0,106	0,205	0,195	0,182	0,220	0,083	0,473

Fonte: Dados da Pesquisa.

Em conjunto, o padrão de resultados da modelagem evidencia associações seletivas e contextualmente condicionadas entre motivação para o trabalho voluntário e repertórios de cidadania, reforçando a leitura de que a socialização institucional no Orçamento Democrático e as experiências deliberativas ao longo do mandato modulam a forma como diferentes perfis motivacionais se traduzem (ou não) em práticas de cidadania.

No plano metodológico, estimativas em nível latente e avaliação sequencial de invariância estabelecem comparabilidade entre grupos e viabilizam a análise de diferenças nos caminhos estruturais. O relato explícito de índices de ajuste, evidências de validade e decisões de estimação, aliado à mitigação de viés de método comum, reforça a credibilidade das inferências e alinha o estudo a boas práticas em modelagem por equações estruturais (Fornell & Larcker, 1981; Hu & Bentler, 1999; Hair et al., 2019; Kline, 2016; Podsakoff et al., 2003). Coeficientes pequenos podem ser substantivos quando coerentes com o referencial e com o desenho participativo, sobretudo em arenas nas quais a ação se distribui por múltiplos atores e etapas decisórias.

Sem antecipar todos os detalhes numéricos do modelo estrutural, o conjunto dos resultados descritivos e latentes indica que valores orientados ao bem comum e justiça normativa tendem a associar-se de forma mais consistente à cidadania social e política, ao passo que o aprendizado aparece vinculado principalmente ao domínio civil. O pertencimento varia em função da maturidade institucional e do compartilhamento de poder, o que justifica efeitos menores ou instáveis, e as razões instrumentais se conectam a dimensões específicas conforme o conteúdo das atividades e as oportunidades de coprodução. A comparação entre ingresso e conclusão sugere que a socialização institucional e as experiências deliberativas modulam tais relações, em consonância com a leitura processual do engajamento e com a possibilidade de retroalimentação entre prática e motivação (Arnstein, 1969; Pateman, 1970; Lavalle et al., 2016; Amorim, 2024).

4.5 Considerações finais

Este estudo articulou motivação para o trabalho voluntário e práticas de cidadania em um enquadramento que combina mensuração multidimensional da motivação e operacionalização abrangente da cidadania, avançando da validação de instrumentos para uma explicação comparativa sensível ao contexto. No Orçamento Democrático Estadual da Paraíba, audiências públicas regionais e rotinas de conselho oferecem canais de participação e deliberação que

aproximam governo e sociedade e possibilitam observar, em tempo real, a evolução de repertórios cínicos ao longo do mandato.

A comparação entre conselheiros em ingresso e em conclusão permitiu identificar padrões sistemáticos nas práticas de cidadania. De um lado, o ingresso no mandato está associado a um perfil motivacional fortemente orientado ao bem comum e à justiça normativa, com médias elevadas para altruísmo e justiça e baixa intensidade de razões egoístas, além de níveis relativamente altos de cidadania civil e ambiental. De outro, a conclusão do mandato está associada a médias superiores em cidadania política e social e a maior especialização em determinadas rotinas civis, sobretudo aquelas que exigem maior domínio de procedimentos e interação com atores institucionais. Em conjunto, esses resultados sugerem que a experiência dos conselheiros tende a reforçar repertórios de ação voltados à incidência política e à atuação em redes sociais, ao mesmo tempo em que os ingressantes aportam sensibilidade mais intensa a temas ambientais e difusos.

Do ponto de vista teórico, os achados dialogam com a literatura que enfatiza a importância da socialização institucional, do aprendizado e do pertencimento para a conversão de motivações em práticas de cidadania (Arnstein, 1969; Pateman, 1970; Lavalle, Voigt, & Serafim, 2016; Caldas, 2020). Valores orientados ao bem comum e justiça normativa aparecem, tanto nos resultados descritivos quanto no modelo estrutural, como bases plausíveis para a intensificação de comportamentos nos domínios social e político, à medida que os conselheiros se familiarizam com as regras do jogo institucional e percebem oportunidades efetivas de influência. A motivação por aprendizado, por sua vez, mostra afinidade com o domínio civil da cidadania, composto por rotinas de busca de informação, acompanhamento de agendas e cumprimento de prazos. O pertencimento e as razões instrumentais, embora menos estáveis, indicam que vínculos relacionais e benefícios individuais podem ser mobilizados de forma complementar à orientação ao interesse público, sobretudo quando ancorados em arranjos de coprodução e reconhecimento.

Embora o delineamento empregado não seja longitudinal em sentido estrito, pois se baseia em grupos independentes de conselheiros em ingresso e em conclusão de mandato, a comparação entre estágios sucessivos do ciclo participativo permite uma leitura processual dos resultados. Ao estimar modelos invariantes de medida e comparar médias e relações estruturais entre grupos, o estudo produziu evidências que se aproximam de uma análise longitudinal em nível de coorte, sugerindo possíveis trajetórias de fortalecimento de repertórios políticos e

sociais e de reconfiguração das práticas civis e ambientais ao longo do mandato. Essa leitura quase longitudinal, no entanto, deve ser interpretada com cautela, uma vez que diferenças entre grupos também podem refletir variações de coorte, composição sociodemográfica ou condições institucionais específicas de cada período.

As limitações decorrem principalmente desse caráter transversal comparativo, da dependência de medidas autorrelatadas e da impossibilidade de acompanhar diretamente mudanças intra individuais ao longo do tempo. Ainda assim, a conjugação de um referencial teórico consolidado, instrumentos previamente validados, testes de invariância e modelagem por equações estruturais contribui para conferir consistência às inferências e oferece um ponto de partida robusto para investigações futuras. Em particular, os resultados mostram que mesmo coeficientes de pequena magnitude podem ser substantivos em arenas participativas, nas quais os efeitos se distribuem por múltiplos atores e etapas decisórias.

Pesquisas futuras podem aprofundar a perspectiva longitudinal de modo mais rigoroso, acompanhando os mesmos conselheiros ao longo do mandato e empregando modelagem de equações estruturais longitudinais, com comparação de trajetórias individuais e análise de efeitos de tempo, coorte e contexto (Little, 2013; Kline, 2016). O uso combinado de métodos quantitativos e qualitativos também pode esclarecer como os participantes interpretam, em sua experiência cotidiana, a relação entre motivação, oportunidades institucionais e práticas de cidadania. A expansão do campo empírico para outros conselhos e arranjos participativos contribuiria, por fim, para testar a robustez das relações aqui observadas e para informar políticas de gestão do voluntariado e de fortalecimento da participação cidadã em diferentes territórios.

5. SÍNTESE INTEGRATIVA

Esta seção teve como objetivo integrar os resultados e as contribuições dos três estudos que compuseram a dissertação, articulando o percurso que foi da revisão teórica à validação de medidas e, por fim, ao teste comparativo de relações causais em contexto participativo subnacional. Nessa perspectiva, a síntese buscou mostrar como o conjunto dos estudos permitiu compreender, de forma cumulativa, de que modo motivações orientadas ao bem comum, pertencimento, aprendizado e razões instrumentais se converteram em repertórios de cidadania civil, social, política e ambiental no âmbito dos conselhos do Orçamento Democrático Estadual da Paraíba, com implicações para a gestão do voluntariado e para o desenho institucional de

arenas participativas.

No Estudo I, a revisão sistemática mapeou conceitos e dimensões de motivação e cidadania e identificou lacunas relevantes na produção científica. Em termos substantivos, o estudo evidenciou que a literatura vinha associando valores orientados ao bem comum e justiça normativa à ativação de repertórios sociais e políticos e relacionando processos de aprendizado à participação cotidiana na esfera civil. Ao mesmo tempo, revelou a escassez de análises comparativas entre grupos em diferentes estágios de participação e de abordagens que considerassem dinâmicas de retroalimentação entre motivação e prática. Do ponto de vista da Administração Pública, esse diagnóstico indicou que, embora se reconhecesse o papel estratégico do voluntariado em políticas e conselhos, ainda havia pouco acúmulo sobre como motivações específicas se traduziam em comportamentos organizacionais e cívicos em contextos institucionalizados de participação. O Estudo I também destacou a sensibilidade do pertencimento às oportunidades institucionais de coprodução e ao desenho participativo, sugerindo que a arquitetura dos conselhos poderia potencializar ou inibir o efeito dessa dimensão motivacional sobre a cidadania (Arnstein, 1969; Pateman, 1970; Caldas, 2020; Cavalcante, 2012).

Partindo desse panorama, o Estudo II consolidou a base psicométrica necessária para o avanço explicativo. As análises fatoriais e os indicadores de confiabilidade e validade convergente e discriminante sustentaram a distinção entre facetas motivacionais e domínios de cidadania, condição essencial para testar efeitos diferenciais por domínio. A avaliação por critérios como Fornell–Larcker e HTMT, associada a padrões de ajuste da análise fatorial confirmatória, atendeu a referências consolidadas na modelagem por equações estruturais (Fornell & Larcker, 1981; Hu & Bentler, 1999; Hair, Black, Babin, & Anderson, 2019; Kline, 2016). Em termos de gestão, isso significou que o estudo não tratou a motivação ou a cidadania como blocos homogêneos, mas como conjuntos de dimensões que podiam ser afetadas de forma distinta por estratégias de formação, reconhecimento e organização do trabalho. Nesse percurso, o pertencimento apresentou maior heterogeneidade métrica, o que recomendou análises de sensibilidade sem perda de pertinência teórica e reforçou a ideia de que vínculos relacionais dependem fortemente do contexto organizacional.

Com instrumentos validados e escopo teórico delimitado, o Estudo III avançou para a comparação entre ingresso e conclusão de mandato, estimando efeitos latentes de motivação sobre cidadania e examinando variações de magnitude ao longo do ciclo participativo. O modelo

adotado foi direcional, na medida em que especificou a motivação como variável antecedente e as práticas de cidadania como desfechos, assumindo que disposições motivacionais precederam e orientaram comportamentos cívicos, e não o inverso. Foram formuladas hipóteses de que valores orientados ao bem comum e justiça normativa explicariam de forma mais intensa a cidadania social e política, que o aprendizado se associaria principalmente à cidadania civil e que pertencimento e razões instrumentais dependeriam das oportunidades institucionais de coprodução e reconhecimento para se expressarem nos diferentes domínios.

No nível do modelo estrutural, essa estratégia de modelagem permitiu testar, em cada grupo, se os caminhos teóricos se sustentavam e qual era a sua força relativa. Os testes do modelo indicaram, de forma mais precisa, que a cidadania civil foi explicada positivamente por Justiça Social, com coeficiente padronizado em torno de $\beta = 0,592$ ($p = 0,030$), e por pertencimento Afiliativo, com $\beta \approx 0,299$ ($p = 0,030$), enquanto a motivação Egoísta apresentou efeito negativo e marginalmente significativo sobre esse domínio ($\beta \approx -0,172$; $p = 0,049$). Na cidadania política, apenas o pertencimento Afiliativo manteve efeito estatisticamente significativo, com $\beta \approx 0,297$ ($p = 0,048$), ao passo que, nas cidadanias social e ambiental, nenhum fator motivacional atingiu significância estatística ao nível de 5% ($p > 0,05$).

Em síntese, os resultados ofereceram apoio consistente às hipóteses de que valores orientados ao bem comum e justiça normativa estariam associados a repertórios mais intensos de cidadania, sobretudo quando combinados a vínculos afiliativos, confirmando a centralidade dessas dimensões nos domínios civil e político, enquanto os efeitos de pertencimento e razões instrumentais se mostraram mais seletivos e contextuais.

Essa leitura quantitativa reforçou, em termos de gradação, que as hipóteses ligadas a valores orientados ao bem comum e à justiça normativa encontraram apoio mais robusto, especialmente na sua relação com cidadania social e política, em especial no grupo de conclusão de mandato. As hipóteses que associavam aprendizado à cidadania civil foram, em geral, corroboradas com magnitudes moderadas, sugerindo que o domínio civil se manteve vinculado à disposição para aprender sobre procedimentos, regras e rotinas da gestão pública. Já as hipóteses referentes ao pertencimento e às razões instrumentais foram apenas parcialmente confirmadas. O pertencimento mostrou efeitos mais sensíveis ao contexto, variando conforme o grau de compartilhamento de poder e a densidade de coprodução percebida, enquanto as razões instrumentais se associaram de forma mais seletiva a tarefas que combinavam ganhos individuais e entregas públicas.

Ao privilegiar grupos em momentos distintos do ciclo participativo, o Estudo III acrescentou uma nuance temporal, aproximando-se de uma análise longitudinal, embora com um delineamento baseado em grupos independentes. A comparação entre conselheiros em ingresso e em conclusão de mandato foi interpretada como uma leitura quase longitudinal, em que diferenças sistemáticas entre os grupos forneceram indícios sobre trajetórias prováveis de fortalecimento ou reconfiguração de repertórios de cidadania ao longo do tempo. Sob esse prisma, os resultados sugeriram que a permanência nos conselhos esteve associada à intensificação de práticas de cidadania social e política, enquanto a cidadania ambiental se apresentou mais vinculada a disposições prévias trazidas pelos ingressantes e a cidadania civil se reconfigurou em direção a rotinas mais especializadas.

Tomados em conjunto, os três estudos indicaram convergência com a expectativa teórica de que valores orientados ao bem comum e justiça normativa explicariam sobretudo cidadania social e política, enquanto o aprendizado se manifestou de forma mais intensa em práticas civis. Em termos de graduação, as hipóteses relacionadas a valores e justiça foram as mais fortemente suportadas, sugerindo que conselheiros com maior orientação ao interesse público e maior confiança em procedimentos justos tenderam a engajar-se mais em ações de defesa de prioridades, deliberação e atuação em redes sociais e políticas. As hipóteses referentes ao aprendizado obtiveram suporte intermediário, indicando que a disposição para aprender contribuiu para comportamentos de acompanhamento de agendas e cumprimento de procedimentos, mas esteve condicionada a oportunidades concretas de formação e interação com o poder público. As hipóteses sobre pertencimento e razões instrumentais mostraram-se mais frágeis ou contextuais, o que reforçou a ideia de que o desenho institucional do ODE-PB, incluindo reconhecimento simbólico, distribuição de responsabilidades e clareza de canais de influência, modulou a conversão dessas motivações em prática cidadã (Caldas, 2020; Cavalcante, 2012).

A dimensão processual, que perpassou os três estudos, referiu-se à compreensão da participação como um processo em que motivação e prática se influenciam mutuamente ao longo do tempo, e não como eventos isolados. Ainda que os modelos estimados tenham tratado a motivação como antecedente e a cidadania como desfecho, a interpretação assumiu que a própria experiência de participar podia reforçar ou reorientar perfis motivacionais, produzindo ciclos de retroalimentação. Tratou-se de enxergar a participação conselhistas como um percurso de socialização organizacional e cívica, no qual interações com outros conselheiros, com gestores

públicos e com comunidades iam redefinindo expectativas, identidades e padrões de contribuição.

Nessa perspectiva, os modelos direcionais adotados indicaram o sentido das relações analisadas ao especificar caminhos teóricos da motivação para a cidadania em nível latente. Tais modelos não foram meramente exercícios estatísticos, mas instrumentos de gestão do conhecimento: permitiram identificar quais dimensões motivacionais estavam mais fortemente ligadas a cada domínio de cidadania e, portanto, quais aspectos poderiam ser priorizados em políticas de formação, acompanhamento e reconhecimento de conselheiros. O fato de valores orientados ao bem comum e à justiça normativa se destacarem como preditores de cidadania social e política, por exemplo, teve implicações diretas para estratégias de fortalecimento da cultura de serviço público, transparência e corresponsabilidade nas instâncias do ODE-PB.

Em termos de efeitos concretos sobre o comportamento dos indivíduos que participaram dos conselhos, a síntese dos estudos indicou que o engajamento conselhistas esteve associado a um padrão de atuação mais robusto em domínios sociais e políticos da cidadania, especialmente entre aqueles que concluíram o mandato. Esses conselheiros tenderam a apresentar maior disposição para defender prioridades coletivas, participar de audiências e negociações, articular-se com representantes institucionais e mobilizar redes comunitárias em torno de demandas da população. Ao mesmo tempo, os ingressantes trouxeram níveis elevados de cidadania civil e sensibilidade maior a questões ambientais, o que apontou para um perfil de entrada marcado por forte compromisso com regras, prazos e temas difusos, que poderia ser potencializado ao longo do mandato. Em síntese, participar dos conselhos pareceu contribuir para a ampliação da capacidade dos indivíduos de atuar como mediadores entre Estado e sociedade, ao mesmo tempo em que a experiência no conselho se alimentou de motivações preexistentes ligadas ao bem comum, à justiça e à aprendizagem.

Como síntese integrativa, o tripé analítico constituiu: i) um arcabouço conceitual cumulativo sobre motivação e cidadania em arranjos participativos, capaz de dialogar com a literatura internacional e de situar o ODE-PB em debates mais amplos sobre participação e controle social; ii) instrumentos válidos e confiáveis para mensuração de motivações e práticas de cidadania no contexto do ODE-PB, com potencial de uso em pesquisas e diagnósticos de gestão; iii) um desenho comparativo que permitiu estimar diferenças de magnitude e sentido dos efeitos motivacionais entre ingresso e conclusão de mandatos, oferecendo evidências sobre como o ciclo participativo esteve associado à reconfiguração dos repertórios de cidadania.

Esse conjunto subsidiou recomendações para formação, acompanhamento e reconhecimento de conselheiros e orientou a reflexão sobre ajustes no desenho institucional, entendendo a distribuição de poder e a coprodução como condições que modulam a conversão de motivos em prática cidadã (Lavalle et al., 2016; Paraíba, 2020). Dessa forma, a síntese integrou as contribuições teóricas e empíricas da dissertação e preparou o terreno para o capítulo de conclusões finais, no qual as implicações científicas e práticas foram reunidas e qualificadas de modo conclusivo.

6. CONCLUSÃO

Esta dissertação buscou compreender as relações entre a motivação para o trabalho voluntário e as práticas de cidadania entre conselheiros do Orçamento Democrático Estadual da Paraíba, articulando três estudos, que caminharam do mapeamento do estado da arte à validação de medidas e ao teste de relações entre construtos. Ao longo do percurso, tomamos como referência o Modelo Estrutural de Motivação no Trabalho Voluntário (Cavalcante, 2012/2016) e a Escala de Práticas de Cidadania (Caldas, 2020), situando o problema como objetivo geral já definido na introdução.

Do ponto de vista teórico-empírico, a Síntese Integrativa mostrou que o tripé analítico constitui em: (i) um arcabouço conceitual cumulativo sobre motivação e cidadania em arranjos participativos; (ii) instrumentos válidos e confiáveis para mensuração de motivações e práticas de cidadania no contexto do ODE-PB; e (iii) um desenho comparativo capaz de estimar diferenças de magnitude e sentido de efeitos motivacionais entre o ingresso e a conclusão de mandatos (Arnstein, 1969; Fornell & Larcker, 1981; Hu & Bentler, 1999; Hair et al., 2019; Kline, 2016; Lavalle et al., 2016; Little, 2013; Paraíba, 2020). Esses resultados convergem com a literatura que associa valores orientados ao bem comum, pertencimento e aprendizagem a repertórios civis, sociais, políticos e ambientais, enquanto razões estritamente instrumentais tendem a apresentar vínculos mais modestos com o comportamento cidadão.

No Estudo I (RSL), a revisão sistemática identificou lacunas relativas a análises comparativas por estágio de participação e a abordagens que considerassem dinâmicas de retroalimentação entre motivação e prática, indicando oportunidades para modelos explicativos que combinam funções valorativas, pertencimento e aprendizagem com domínios diferenciados de cidadania.

No Estudo II (validação de medidas), as evidências psicométricas sustentaram a distinção entre facetas motivacionais e domínios de cidadania, condição necessária para testar efeitos diferenciais e comparações entre grupos e tempos, alinhadas a critérios consagrados (Fornell & Larcker, 1981; Hu & Bentler, 1999; Hair et al., 2019; Kline, 2016; Bollen, 1989).

No Estudo III (modelo comparativo), o desenho permitiu confrontar as relações entre motivação e cidadania por meio de modelagem por equações estruturais (MEE), preservando o foco no objetivo geral e comparando a atuação dos conselheiros entre ingresso e conclusão de mandatos, sem extrapolar dados não observados.

Em conjunto, os estudos respondem ao objetivo geral ao fornecer um quadro explicativo em que motivações valorativas, pertencimento e aprendizagem se mostram mais aderentes à ativação dos repertórios de cidadania (civis, sociais, políticos e ambientais), enquanto motivações estritamente instrumentais parecem menos robustas para sustentar engajamentos densos e continuados. No nível prático, a síntese aponta que o ciclo participativo e o desenho institucional podem modular a conversão de motivos em prática, reforçando a importância de arranjos de coprodução e reconhecimento de conselheiros (Lavalle et al., 2016; Paraíba, 2020).

Cientificamente, a dissertação: (a) consolida um núcleo conceitual que integra motivação e cidadania em conselhos; (b) apresenta medidas com evidências de validade e confiabilidade; e (c) demonstra a utilidade de comparações intra-ciclo (ingresso versus conclusão) para explicar variações nos repertórios de cidadania. Para a gestão pública, os achados subsidiam formação, acompanhamento e reconhecimento de conselheiros e informam ajustes no desenho institucional (por exemplo, oportunidades de participação com feedback e validação pública de horas e entregas), maximizando a conversão de motivos em ação cidadã.

Reconhecemos falhas e limitações que podem ter restringido a execução e a amplitude interpretativa dos resultados. Em primeiro lugar, o calendário e a organização do trabalho de campo, com sobreposição das janelas de coleta a períodos de agenda intensificada dos conselhos e a eventos contextuais, podem ter reduzido a aderência de respondentes em determinados recortes temporais. Além disso, embora se tenha avançado em termos de mensuração, parte relevante das variáveis de cidadania permanece baseada em autorrelato, o que pode introduzir vieses de desejabilidade social e de memória (Fornell & Larcker, 1981; Kline, 2016). A estratégia comparativa focada em ingresso e conclusão de mandato, por sua vez, ampliou a

capacidade explicativa do modelo, mas não substitui delineamentos longitudinais com múltiplos pontos intermediários de observação (Little, 2013).

No que se refere à generalização, os resultados dialogam diretamente com o contexto do ODE-PB, que foi definido desde o início como campo empírico privilegiado desta investigação. Trata-se, portanto, de um recorte teórico-metodológico intencional, e não de uma limitação intrínseca do objeto de estudo. Ainda assim, extrações para outros arranjos participativos devem ser feitas com cautela e, idealmente, apoiadas em testes adicionais de invariância e sensibilidade institucional, em contextos com desenhos de participação e configurações sociopolíticas distintas.

Na sequência, apresentam-se sugestões para pesquisas futuras, formuladas como agendas passíveis de teste empírico e construídas sob a perspectiva de avanço da ciência proposta por Popper, segundo a qual o conhecimento científico progride por conjecturas e tentativas sistemáticas de refutação de teorias (Popper, 1959, 1963). Em vez de buscar “confirmar” de forma definitiva os modelos existentes, as propostas que seguem sugerem perguntas que podem ser falseadas por dados, permitindo corrigir, restringir ou reforçar explicações sobre a relação entre motivação voluntária e cidadania em arranjos participativos.

Em primeiro lugar, os resultados apontaram associações diferenciadas entre dimensões motivacionais e domínios de cidadania, sugerindo que motivos valorativos e de compreensão tendem a se vincular de forma mais consistente a repertórios cívicos, políticos e sociais do que a práticas ambientais, enquanto razões estritamente instrumentais exibem peso reduzido. Na lógica popperiana, esse descompasso funciona como um teste crítico de versões mais fortes da teoria que supõem que motivos valorativos explicariam, de forma igualmente robusta, todos os domínios da cidadania.

No presente estudo, o que se enfraquece não é a existência de associação entre motivos valorativos e práticas de cidadania, mas a expectativa mais exigente de que esses motivos exerceriam efeitos positivos e relativamente homogêneos sobre todos os domínios. Os resultados do modelo estrutural mostraram que os efeitos de motivos valorativos se concentram de forma mais intensa sobretudo nos domínios social e político, enquanto se apresentam mais frágeis e, em alguns casos, estatisticamente não significativos, em outros domínios de cidadania. Com isso, é falseada a versão forte da hipótese de uniformidade dos efeitos entre todos os domínios,

indicando a necessidade de refinar a teoria para reconhecer essa assimetria entre esferas de participação cidadã.

Em vez de “confirmar” de modo irrestrito tais proposições, os dados desta dissertação delimitam seu alcance: valores orientados ao bem comum mostram-se mais robustos nos domínios social e político, mas bem menos consistentes no domínio ambiental. Estudos aplicados ao ODE-PB, como Amorim (2024) e Leite (2023), já sugeriam que a tradução de motivações em repertórios ambientais é sensível ao contexto e às oportunidades concretas de atuação nessas pautas; os resultados aqui obtidos reforçam essa leitura ao indicar efeitos discretos das motivações valorativas sobre a cidadania ambiental, o que pode ser lido como uma fragilização de versões maximalistas da teoria, em vez de sua refutação total. Nessa linha, sugerem-se estudos futuros que investiguem efeitos diferenciais por domínio de cidadania, com delineamentos longitudinais e múltiplas ondas de coleta, uso de AFC e SEM com testes de invariância entre tempos e grupos e modelagem de trajetórias de crescimento, de modo a testar em que medida motivos valorativos mantêm, de fato, maior poder explicativo em cidadania social e política do que em cidadania ambiental.

Em segundo lugar, os três estudos convergem para a centralidade do sentimento de pertencimento e da justiça percebida nas relações entre motivação e prática, mas sem elucidar plenamente seus mecanismos. Do ponto de vista de Popper, esse quadro pode ser interpretado como um ponto de tensão teórica: parte da literatura atribui papel decisivo ao pertencimento comunitário e à percepção de justiça na sustentação do engajamento (incluindo investigações sobre o próprio ODE-PB, como Leite (2023) e Amorim (2024)), mas os efeitos encontrados no Estudo III mostram-se menores ou instáveis em alguns domínios, especialmente quando controlados outros fatores motivacionais.

Nessa leitura, os dados não “derrubam” a relevância do pertencimento, mas sugerem que explicações que o tratam como único ou principal determinante do engajamento são vulneráveis à refutação e precisam ser refinadas. Como desdobramento, recomendam-se pesquisas que tratem pertencimento e justiça percebida explicitamente como mecanismos dinâmicos, investigando-os como mediadores e elementos de retroalimentação entre motivações e práticas de cidadania, por meio de painéis *cross-lagged*, estudos quase-experimentais em diferentes ciclos participativos e, quando possível, experimentos naturais que comparem cortes de conselheiros expostos a arranjos institucionais distintos.

Em terceiro lugar, os achados reforçam que a conversão de motivos em práticas depende fortemente da arquitetura institucional do arranjo participativo, incluindo mecanismos de coprodução, feedback, transparência de resultados e reconhecimento público. Com base nisso, em vez de formular novas hipóteses formais, sugerem-se estudos futuros que investiguem, de forma comparativa, o papel das arquiteturas institucionais e da coprodução como possíveis moderadores da relação entre motivação e cidadania. Essa agenda pode ser operacionalizada por meio de desenhos quase-experimentais que comparem territórios e formatos de participação, combinando dados psicométricos com registros administrativos de presença, horas validadas, entregas e participação em plataformas, de modo a estimar em que medida arranjos mais estruturados em termos de devolutivas, canais de participação e reconhecimento ampliam a probabilidade de que motivações valorativas e de aprendizagem se traduzam em repertórios mais densos de cidadania.

Uma quarta lacuna diz respeito à tensão entre razões instrumentais e valorativas em contextos de forte restrição de tempo e recursos. Os resultados sugerem que motivos estritamente egoístas apresentam peso reduzido no modelo, mas não esclarecem em que condições contextuais aspectos instrumentais podem ganhar relevância explicativa. Como agenda de pesquisa, propõe-se explorar interações entre motivos instrumentais, aprendizagem e restrições de tempo, examinando em que contextos razões instrumentais podem ganhar poder explicativo em cenários de alto custo de oportunidade e de que modo combinações entre motivos instrumentais e de aprendizagem sustentam formas específicas de engajamento episódico. Tal agenda recomenda o uso de amostras estratificadas por perfis de tempo e carga de trabalho, bem como modelos mistos e análises multinível que considerem simultaneamente níveis individual e territorial.

Por fim, os três estudos evidenciaram limitações na dependência de medidas de autorrelato e na disponibilidade de registros administrativos consolidados, restringindo a triangulação entre percepções e comportamentos observados. A partir disso, sugerem-se pesquisas que integrem indicadores comportamentais e auto relatos, combinando escalas de motivação e cidadania com rastros administrativos e evidências observacionais para produzir explicações mais robustas do engajamento e da permanência. A agenda correspondente inclui o vínculo entre bases de dados, protocolos de ciência aberta e pré-registro, bem como desenhos de métodos mistos que articulem entrevistas voltadas a mecanismos, diários de engajamento e surveys longitudinais. Esse conjunto de agendas de pesquisa delineia um caminho consistente

para aprofundar, refinar e testar de maneira cumulativa a relação entre motivação voluntária e cidadania ativa em diferentes contextos participativos, preservando e expandindo a linha de pesquisa inaugurada por esta dissertação.

Ao consolidar teoria, medida e teste comparativo em um mesmo dossiê, esta dissertação avança a compreensão sobre como motivações se convertem em práticas de cidadania em arenas participativas e para quais elementos institucionais e de gestão podem potencializar essa conversão. As contribuições são: (a) científicas, ao integrar construtos e fortalecer evidências psicométricas; e (b) práticas, ao oferecer insumos acionáveis para políticas de formação, acompanhamento e reconhecimento de conselheiros, além de ajustes no desenho institucional de processos participativos.

Em perspectiva cumulativa, as agendas futuras aqui propostas oferecem um roteiro para aprofundar mecanismos, validar efeitos em diferentes contextos e elevar a robustez causal dos achados, em linha com padrões atuais de ciência aberta, transparência e replicação.

7. REFERÊNCIAS

- Alves, J. A. G. R., Cavalcante, C. E., Amorim, A. F. A., & Pereira, H. A. (2022). Tempo ao voluntariado: Gestão em organização de direitos sociais na Paraíba. *Revista Principia*, 59(3), 738–763. <https://doi.org/10.18265/1517-0306a2021id5171>
- Alves, J. A. G. R., Pereira, L. M. L., & Cavalcante, C. E. (2018). Luzes em uníssono: Gestão de pessoas no voluntariado informal. *Gestão & Sociedade*, 12(33), 2455–2479. <https://doi.org/10.21171/ges.v12i33.2476>
- Amorim, A. F. A. (2018). *Semeando no voluntariado para colher cidadania: Um estudo sobre motivações para o trabalho voluntário, percepções e atitudes cidadãs* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal da Paraíba]. Repositório Institucional UFPB. <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/12948>
- Amorim, A. F. A. (2024). *O “efeito bumerangue” a partir das relações entre os níveis de participação dos cidadãos e suas motivações nas questões públicas* [Tese de doutorado, Universidade Federal da Paraíba].
- Airong, Z., & Xiang, G. (2008). Study on motivation mechanism of citizens' participation under the conditions of e-government. In *Proceedings of the International Conference on Management of E-Commerce and E-Government* (pp. 140–143). IEEE.

Ariete, I. C. L. D. (2022). *Voluntariado corporativo e sua aplicabilidade no serviço público* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Campina Grande, Programa de Pós-Graduação em Administração].

Arnstein, S. R. (1969). A ladder of citizen participation. *Journal of the American Institute of Planners*, 35(4), 216–224. <https://doi.org/10.1080/01944366908977225>

Bartlett, M. S. (1950). Tests of significance in factor analysis. *British Journal of Statistical Psychology*, 3(2), 77–85. <https://doi.org/10.1111/j.2044-8317.1950.tb00285.x>

Bartlett, M. S. (1954). A note on the multiplying factors for various χ^2 approximations. *Journal of the Royal Statistical Society: Series B (Methodological)*, 16(2), 296–298.

Bavaresco, G., Santos, T., Camargo, P., Mezzadri, F. M., & Carvalho, M. J. (2022). Volunteer motivation in sports events in Brazil. *Journal of Physical Education*, 33, e3337.

Bavaresco, G., Santos, T., Camargo, P., Mezzadri, F. M., & Carvalho, M. J. (2022). The motivation, perception of values and future behavior of volunteers. *Revista Brasileira de Educação Física e Esporte*, 36, e185472. <https://doi.org/10.11606/issn.1981-4690.2022e185472>

Bechara, F., & Bernardino, S. (2021). A motivação para o trabalho dos voluntários: O caso da Associação Vencer. *Portuguese Journal of Finance, Management and Accounting*, 7(13), 95–113.

Bellé, N. (2012). Experimental evidence on the relationship between public service motivation and job performance. *Public Administration Review*, 73(1), 143–153. <https://doi.org/10.1111/j.1540-6210.2012.02621.x>

Bezerra, J. C. V., Cavalcante, C. E., & Gouveia Júnior, A. (2022). Motivação para coprodução do bem público: Proposta de uma escala. *Administração Pública e Gestão Social*, 14(1), 1–18. <https://doi.org/10.21118/apgs.v14i1.11607>

Bible, J. M., & Clarke-De Reza, S. (2023). Environmental volunteers endorse diverse motivations: Using a mixed-methods study to assess initial and sustained motivation to engage in public participation in science research. *Citizen Science: Theory and Practice*, 8(1), 52, 1–14. <https://doi.org/10.5334/cstp.506>

Bollen, K. A. (1989). *Structural equations with latent variables*. Wiley.

Botelho, L. L. R., Cunha, C. C. A., & Macedo, M. (2011). O método da revisão integrativa nos estudos organizacionais. *Gestão & Sociedade*, 5(11), 121–136. <https://doi.org/10.21171/ges.v5i11.1220>

Brudney, J. L., & Meijs, L. C. P. M. (2009). It ain't natural: Toward a new (natural) resource conceptualization for volunteer management. *Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly*, 38(4), 564–581. <https://doi.org/10.1177/0899764009333828>

Burnham, K. P., & Anderson, D. R. (2002). *Model selection and multimodel inference* (2nd ed.). Springer.

Brasil. (1998). *Lei nº 9.608, de 18 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre o serviço voluntário e dá outras providências*. Diário Oficial da União.

Caetano, B. P. (2018). *Uma proposta para participação cidadã na solução de problemas da sociedade* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio de Janeiro].

Caldas, P. T. (2020). *Relações entre voluntariado e cidadania à luz das motivações* [Tese de doutorado, Universidade Federal da Paraíba]. Repositório UFPB. <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/18110>

Caldas, P. T., & Cavalcante, C. E. (2023). Praticando a cidadania: Criação e validação de uma escala de mensuração. *Cadernos EBAPE.BR*, 21(4), e88537. <https://doi.org/10.1590/1679-395120220185>

Carvalho, A., & Rua, O. (2017). *Gestão de recursos humanos: Abordagem das boas práticas*.

Cavalcante, C. E. (2012). *Motivação no trabalho voluntário: Expectativas e motivos na Pastoral da Criança* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte]. <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/12075>

Cavalcante, C. E. (2016). *Motivação de voluntários: Teoria e prática*. Appris.

Cavalcante, C. E., de Souza, W. J., da Cunha, A. S. R., de Almeida Nascimento, M. A., & Fernandes, L. T. (2012). Por que sou voluntário? Etapa de construção de escala. *Pretexto*.

Cavalcante, C. E., Souza, W. J. de, & Mól, A. L. R. (2015). Motivação de voluntários: Proposição de um modelo teórico. *RAM. Revista de Administração Mackenzie*, 16(1), 124–156. <https://doi.org/10.1590/1678-69712015/administracao.v16n1p124-156>

Cavalcante, C. E., Souza, W. J. de, Mól, A. L. R., & Paiva, J. A. (2015). Motivação para entrada de voluntários em ONG brasileira. *Revista de Administração*, 50(4), 523–540. <https://doi.org/10.5700/rausp1217>

Caetano, B. P. (2018). *Uma proposta para participação cidadã na solução de problemas da sociedade* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio de Janeiro].

Cervo, A. L., & Bervian, P. (2002). *Metodologia científica* (5^a ed.). Makron Books.

Chacón, F., Gutiérrez, G., Sauto, V., Vecina, M. L., & Pérez, A. (2017). Volunteer Functions Inventory: A systematic review. *Psicothema*, 29(3), 306–316. <https://doi.org/10.7334/psicothema2016.371>

Chen, F. F. (2007). Sensitivity of goodness of fit indexes to lack of measurement invariance. *Structural Equation Modeling*, 14(3), 464–504. <https://doi.org/10.1080/10705510701301834>

Chen, J., Wang, C., & Tang, Y. (2022). Knowledge mapping of volunteer motivation: A bibliometric analysis and cross-cultural comparative study. *Frontiers in Psychology*, 13, 883150. <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2022.883150>

Cheung, G. W., & Rensvold, R. B. (2002). Evaluating goodness-of-fit indexes for testing measurement invariance. *Structural Equation Modeling*, 9(2), 233–255. https://doi.org/10.1207/S15328007SEM0902_5

Clary, E. G., & Snyder, M. (1999). The motivations to volunteer: Theoretical and practical considerations. *Current Directions in Psychological Science*, 8(5), 156–159. <https://doi.org/10.1111/1467-8721.00037>

Clary, E. G., Snyder, M., Ridge, R. D., Copeland, J., Stukas, A. A., Haugen, J., & Meine, P. (1998). Understanding and assessing the motivations of volunteers: A functional approach. *Journal of Personality and Social Psychology*, 74(6), 1516–1530. <https://doi.org/10.1037/0022-3514.74.6.1516>

- Cnaan, R. A., & Cascio, T. A. (1998). Performance and commitment issues in management of volunteers in human service organizations. *Journal of Social Service Research*, 24(3–4), 1–37. https://doi.org/10.1300/J079v24n03_01
- Cohen, J. (1988). *Statistical power analysis for the behavioral sciences* (2nd ed.). Lawrence Erlbaum.
- Coursey, D., Yang, K., & Pandey, S. K. (2012). Public service motivation and support for citizen participation: A test of Perry and Vandenabeele's reformulation of PSM theory. *Public Administration Review*, 72(4), 572–582.
- Craig-Lees, M., Harris, J., & Lau, W. (2008). The role of dispositional, organizational and situational variables in volunteering. *Journal of Nonprofit & Public Sector Marketing*, 19(2), 1–24. https://doi.org/10.1300/J054v19n02_01
- Cronbach, L. J. (1951). Coefficient alpha and the internal structure of tests. *Psychometrika*, 16(3), 297–334. <https://doi.org/10.1007/BF02310555>
- Da Silva Zonatto, V. C., da Silva, A., & Gonçalves, M. (2018). Influência da motivação para o trabalho no comprometimento organizacional. *Revista de Administração IMED*, 8(1), 169–190. <https://doi.org/10.18256/2237-7956.2018.v8i1.2180>
- Dias, T. M. G. G. (2014). *O voluntariado como promotor da vivência de valores e construtor de uma cidadania ativa* [Dissertação de mestrado, Universidade de Lisboa].
- Dos Santos Silva, M. L., et al. (2020). Motivação para o trabalho voluntário: Estudo de caso na Fundação Alice Figueira. *Caderno Profissional de Administração da UNIMEP*, 9(2), 1–24.
- Fedorenko, K. A., & Miroshnichenko, I. V. (2023). State policy of the Russian Federation in the field of volunteerism: Institutional foundations. *RUDN Journal of Public Administration*, 10(1), 70–85. <https://doi.org/10.22363/2312-8313-2023-10-1-70-85>
- Ferraz, T. V., Caldas, P. T., & Cavalcante, C. E. (2021). Voluntariado e cidadania: Evidências empíricas de impacto positivo no Brasil. *Revista BASE*, 18(2).
- Field, A. (2018). *Discovering statistics using IBM SPSS Statistics* (5th ed.). Sage.

Fithroni, H., Nurhasan, N., Setijono, H., Aman, M. S., & Dafun, P. B. (2024). Sports volunteer involvement in strategies to increase sports community participation: Systematic review. *Retos*, 51, 373–376.

Fornell, C., & Larcker, D. F. (1981). Evaluating structural equation models with unobservable variables and measurement error. *Journal of Marketing Research*, 18(1), 39–50. <https://doi.org/10.1177/002224378101800104>

Gil, A. C. (2002). *Como elaborar projetos de pesquisa*. Atlas.

Hafer, J. A., & Ran, B. (2016). Developing a citizen perspective of public participation: Identity construction as citizen motivation to participate. *Administrative Theory & Praxis*, 38(3), 206–222. <https://doi.org/10.1080/10841806.2016.1202080>

Hair, J. F., Black, W. C., Babin, B. J., & Anderson, R. E. (2019). *Multivariate data analysis* (8th ed.). Cengage.

Hayes, A. F. (2018). *Introduction to mediation, moderation, and conditional process analysis* (2nd ed.). Guilford Press.

Heffernan, E., Oving, I., Barry, T., Phung, V.-H., Siriwardena, A. N., & Masterson, S. (2020). Factors that motivate individuals to volunteer to be dispatched as first responders in the event of a medical emergency: A systematic review protocol. *HRB Open Research*, 2, 34. <https://doi.org/10.12688/hrbopenres.12969.2>

Henseler, J., Ringle, C. M., & Sarstedt, M. (2015). A new criterion for assessing discriminant validity in variance-based structural equation modeling. *Journal of the Academy of Marketing Science*, 43(1), 115–135. <https://doi.org/10.1007/s11747-014-0403-8>

Hu, L. T., & Bentler, P. M. (1999). Cutoff criteria for fit indexes in covariance structure analysis: Conventional criteria versus new alternatives. *Structural Equation Modeling*, 6(1), 1–55. <https://doi.org/10.1080/10705519909540118>

Kaiser, H. F. (1970). A second-generation Little Jiffy. *Psychometrika*, 35(4), 401–415. <https://doi.org/10.1007/BF02291817>

Kaiser, H. F. (1974). An index of factorial simplicity. *Psychometrika*, 39(1), 31–36. <https://doi.org/10.1007/BF02291575>

- Kitchenham, B., Brereton, O. P., Budgen, D., Turner, M., Bailey, J., & Linkman, S. (2009). Systematic literature reviews in software engineering: A systematic literature review. *Information and Software Technology*, 51(1), 7–15. <https://doi.org/10.1016/j.infsof.2008.09.009>
- Kline, R. B. (2016). *Principles and practice of structural equation modeling* (4th ed.). Guilford Press.
- Krzywosz-Rynkiewicz, B., & Zalewska, A. M. (2015). Contemporary contexts and trends in citizenship studies. In A. Skaržauskienė (Ed.), *Social technologies and collective intelligence* (pp. 102–110). Mykolas Romeris University.
- Latham, G. P., & Pinder, C. C. (2005). Work motivation theory and research at the dawn of the twenty-first century. *Annual Review of Psychology*, 56, 485–516. <https://doi.org/10.1146/annurev.psych.55.090902.142105>
- Lavalle, A. G., Voigt, J., & Serafim, L. (2016). O que fazem os conselhos e quando o fazem? Padrões decisórios e o debate dos efeitos das instituições participativas. *Dados*, 59(3), 609–650. <https://doi.org/10.1590/00115258201687>
- Leite, S. P. (2023). *Relações entre a motivação para o trabalho voluntário e as práticas de cidadania: Uma análise com conselheiros do Orçamento Democrático do Estado da Paraíba* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal da Paraíba].
- Liao-Troth, M. A. (2001). Attitude differences between paid workers and volunteers. *Nonprofit Management and Leadership*, 11(4), 423–442.
- Little, T. D. (2013). *Longitudinal structural equation modeling*. Guilford Press.
- Magalhães, E., & Teixeira, M. A. P. (2013). Construção e validação da Escala de Percepção de Suporte Social (EPSS). *Clinica & Saúde*, 24(3), 695–704. <https://doi.org/10.1590/S0103-166X2013000300010>
- Marshall, T. H. (1967). *Cidadania, classe social e status*. Zahar.
- Marshall, T. H., & Bottomore, T. (1992). *Citizenship and social class*. Pluto Press.

Mascarenhas, A. O., Zambaldi, F., & Varela, C. A. (2013). Motivação em programas de voluntariado empresarial: Um estudo de caso. *Revista Organizações em Contexto*, 9(17), 229–246.

Meijeren, M., Lubbers, M., & Scheepers, P. (2024). Assessing the “why” in volunteering for refugees: Exploring volunteer motivations. *VOLUNTAS: International Journal of Voluntary and Nonprofit Organizations*, 35(1), 129–139. <https://doi.org/10.1007/s11266-023-00574-y>

Mesch, D. J., Tschirhart, M., Perry, J. L., & Lee, G. (1998). Altruists or egoists? Retention in stipended service. *Nonprofit Management & Leadership*, 9(1), 3–21. <https://doi.org/10.1002/nml.9101>

Mills, S., & Waite, C. (2017). Brands of youth citizenship and the politics of scale: National Citizen Service in the United Kingdom. *Political Geography*, 56, 66–76. <https://doi.org/10.1016/j.polgeo.2016.11.007>

Musick, M. A., & Wilson, J. (2008). *Volunteers: A social profile*. Indiana University Press.

Neblo, M. A., Esterling, K. M., Kennedy, R. P., Lazer, D. M. J., & Sokhey, A. E. (2010). Who wants to deliberate and why? *American Political Science Review*, 104(3), 566–583. <https://doi.org/10.1017/S0003055410000298>

Nichol, B., Wilson, R., Rodrigues, A., & Haughton, C. (2023). Exploring the effects of volunteering on the social, mental, and physical health and well-being of volunteers: An umbrella review. *VOLUNTAS: International Journal of Voluntary and Nonprofit Organizations*. Advance online publication. <https://doi.org/10.1007/s11266-023-00573-z>

Nunnally, J. C., & Bernstein, I. H. (1994). *Psychometric theory* (3rd ed.). McGraw-Hill.

OECD. (2017). *Recommendation of the Council on Open Government (OECD/LEGAL/0438)*. Organisation for Economic Co-operation and Development. <https://legalinstruments.oecd.org/en/instruments/OECD-LEGAL-0438>

OGP. (2023). *OGP strategy 2023–2028*. Open Government Partnership. <https://www.opengovpartnership.org/strategy-2023-2028/>

- Oliveira-Silva, L. C., Melo Araújo, M. R., & Andrade Barbosa, I. H. (2022). Motivación para el trabajo voluntario: Propuesta de un modelo integral. *Avances en Psicología Latinoamericana*, 40(2), 1–16. <https://doi.org/10.12804/revistas.urosario.edu.co/apl/a.9429>
- Orsini, A. C. R., & Souza, A. S. P. de. (2018). Gestão no terceiro setor: Análise de fatores preditores do trabalho voluntário. *Caderno de Administração*, 26(2), 33–50.
- Paraíba. Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão. (2020). *Orçamento Democrático Estadual*. Governo do Estado da Paraíba.
- Pateman, C. (1970). *Participation and democratic theory*. Cambridge University Press.
- Pinsky, J., & Pinsky, C. B. (Orgs.). (2016). *História da cidadania*. Contexto.
- Podsakoff, P. M., MacKenzie, S. B., Lee, J.-Y., & Podsakoff, N. P. (2003). Common method biases in behavioral research: A critical review of the literature and recommended remedies. *Journal of Applied Psychology*, 88(5), 879–903. <https://doi.org/10.1037/0021-9010.88.5.879>
- Popay, J., Roberts, H., Sowden, A., Petticrew, M., Arai, L., Rodgers, M., Britten, N., Roen, K., & Duffy, S. (2006). *Guidance on the conduct of narrative synthesis in systematic reviews: A product from the ESRC Methods Programme*. ESRC Methods Programme.
- Popper, K. (1959). *The logic of scientific discovery*. Hutchinson.
- Popper, K. R. (1963). *Conjectures and refutations: The growth of scientific knowledge*. Routledge & Kegan Paul.
- Putnam, R. D. (2000). *Bowling alone: The collapse and revival of American community*. Simon & Schuster.
- Putnam, R. D. (2006). *Comunidade e democracia: A experiência da Itália moderna* (5a ed., L. A. Monjardim, Trad.). Editora FGV.
- R Core Team. (2020). *R: A language and environment for statistical computing*. R Foundation for Statistical Computing.
- Ribeiro, D. Y., Pinheiro, F. A., & Sampaio, L. R. (2018). O voluntariado e o servidor público: O caso dos técnicos-administrativos em educação da Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF). *ID on Line Revista Multidisciplinar e de Psicologia*, 12(42), 659–680.

- Rosseel, Y. (2012). lavaan: An R package for structural equation modeling. *Journal of Statistical Software*, 48(2), 1–36. <https://doi.org/10.18637/jss.v048.i02>
- Sabioni, M., Aurélio, M., Ferreira, M. de A., & Reis, O. (2018). Racionalidades na motivação para a participação cidadã no controle social: Uma experiência local brasileira. *Cadernos EBAPE.BR*, 16(1), 81–100. <https://doi.org/10.1590/1679-395155420>
- Sextus, C. P., Hytten, K. F., & Perry, P. (2024). A systematic review of environmental volunteer motivations. *Society & Natural Resources*, 37(11), 1591–1608. <https://doi.org/10.1080/08941920.2024.2381202>
- Shin, S., & Kleiner, B. H. (2003). How to manage unpaid volunteers in organisations. *Management Research News*, 26(2/3/4), 63–71. <https://doi.org/10.1108/01409170310784005>
- Siddaway, A. P., Wood, A. M., & Hedges, L. V. (2019). How to do a systematic review: A best practice guide. *Annual Review of Psychology*, 70, 747–770. <https://doi.org/10.1146/annurev-psych-010419-050530>
- Sijtsma, K. (2009). On the use, the misuse, and the very limited usefulness of Cronbach's alpha. *Psychometrika*, 74(1), 107–120. <https://doi.org/10.1007/s11336-008-9101-0>
- Silva, R. D., & Macêdo, K. B. (2022). O trabalho voluntário: Uma revisão / Volunteer work: A review. *Brazilian Journal of Health Review*, 5(2), 7947–7960. <https://doi.org/10.34119/bjhrv5n2-344>
- Sim, J. B.-Y. (2011). Social studies and citizenship for participation in Singapore: How one state seeks to influence its citizens. *Oxford Review of Education*, 37(6), 743–761.
- Simmons, R., & Birchall, J. (2005). A joined-up approach to user participation in public services: Strengthening the participation chain. *Social Policy & Administration*, 39(3), 260–283. <https://doi.org/10.1111/j.1467-9515.2005.00439.x>
- Siqueira, S. R. de. (2017). *Voluntariado em hospital público: História, organização e sentidos do trabalho voluntário* [Tese de doutorado, Universidade de São Paulo]. https://www.teses.usp.br/teses/disseminados/7/7141/tde-10052017-123338/publico/Tese_Siomara_Roberta_de_Siqueira.pdf

- Tavakol, M., & Dennick, R. (2011). Making sense of Cronbach's alpha. *International Journal of Medical Education*, 2, 53–55. <https://doi.org/10.5116/ijme.4dfb.8dfd>
- Tijūnaitienė, R., Neverauskas, B., & Balčiūnas, S. (2009). Motivation expression of citizen participation in organizations of citizen society. *Engineering Economics*, 61(1), 65–74.
- Tonidandel, F., & Borges-Andrade, J. E. (2004). Treinamento e desenvolvimento: Reflexões sobre suas pesquisas científicas. *Revista de Administração Contemporânea*, 8(4), 211–229. <https://doi.org/10.1590/S1415-65552004000400011>
- Tranfield, D., Denyer, D., & Smart, P. (2003). Towards a methodology for developing evidence-informed management knowledge by means of systematic review. *British Journal of Management*, 14(3), 207–222. <https://doi.org/10.1111/1467-8551.00375>
- Umar, T. P., Hoo, F. K., Jalaludin, M. Y., Liew, S. M., & Chew, B. H. (2022). Health professional students' volunteering activities during the COVID-19 pandemic: A systematic literature review. *Frontiers in Medicine*, 9, 797153. <https://doi.org/10.3389/fmed.2022.797153>
- UN-Habitat. (2016). *The New Urban Agenda*. United Nations Human Settlements Programme. <https://habitat3.org/wp-content/uploads/NUA-English.pdf>
- UNFCCC. (2015). *Paris Agreement*. United Nations Framework Convention on Climate Change. <https://unfccc.int/process-and-meetings/the-paris-agreement>
- United Nations. (2001). *Measuring volunteering: A practical toolkit*. United Nations Volunteers.
- United Nations. (2015a). *Addis Ababa Action Agenda of the Third International Conference on Financing for Development (A/RES/69/313)*. Author. https://www.un.org/en/development/desa/population/migration/generalassembly/docs/globalcompact/A_RES_69_313.pdf
- United Nations. (2015b). *Transforming our world: The 2030 Agenda for Sustainable Development (A/RES/70/1)*. Author. https://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/70/1
- Wilson, J. (2012). Volunteerism research: A review essay. *Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly*, 41(2), 176–212. <https://doi.org/10.1177/0899764011434558>

Wilson, J., & Musick, M. (1999). The effects of volunteering on the volunteer. *Law and Contemporary Problems*, 62(4), 141–168.

Yarris, K. E., Garcia-Millan, B., & Schmidt-Murillo, K. (2020). Motivations to help: Local volunteer humanitarians in US refugee resettlement. *Journal of Refugee Studies*, 33(2), 437–459.
<https://doi.org/10.1093/jrs/feaa041>

8. ANEXOS

ANEXO A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Este questionário tem como objetivo analisar a relação entre a motivação para o trabalho voluntário e práticas de cidadania. Faz parte de uma pesquisa de mestrado vinculada ao Grupo de Estudos do Terceiro Setor (GETS) e ao Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGA) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

Para respondê-lo, é necessário que você seja voluntário vinculado ao Conselho Regional do Orçamento Democrático do Estado da Paraíba. Esclarecemos que sua participação no estudo é anônima e voluntária. Não é um teste, logo não há respostas certas ou erradas. Mas é importante que você seja sincero nas respostas. A pesquisa tem fins exclusivamente acadêmicos, os resultados serão analisados de forma conjunta e em nenhuma situação os seus dados individuais serão repassados a terceiros.

Em caso de dúvidas, entrar em contato pelo telefone (83) 99625-8138 ou pelo e-mail ariellycssilvestre@gmail.com

Desde já agradeço a sua contribuição e disponibilidade.

Arielly Carla Souza Silvestre | (GETS/PPGA/UFPB)

OBS.: Ao aceitar participar da pesquisa, você declara que foi devidamente esclarecido(a) e dá seu consentimento para publicação dos resultados.

ANEXO B - Questionário 1: Motivação para o voluntariado

Esta pesquisa busca conhecer as motivações dos conselheiros voluntários do Orçamento

Democrático do Estado da Paraíba/PB. Por favor, leia as sentenças abaixo para responder às perguntas em destaque. Utilize a escala de 1 a 10 para concordar ou discordar de cada uma delas. Não há respostas certas ou erradas. Estamos interessados em conhecer a sua opinião sobre seus motivos para escolher, entrar, se manter e sair de um trabalho voluntário.

Você é Conselheiro Regional do Orçamento Democrático?

() Sim () Não

Você é Conselheiro de qual região?

- | | | |
|--|---|---|
| <input type="checkbox"/> 1 ^a Região | <input type="checkbox"/> 6 ^a Região | <input type="checkbox"/> 11 ^a Região |
| <input type="checkbox"/> 2 ^a Região | <input type="checkbox"/> 7 ^a Região | <input type="checkbox"/> 12 ^a Região |
| <input type="checkbox"/> 3 ^a Região | <input type="checkbox"/> 8 ^a Região | <input type="checkbox"/> 13 ^a Região |
| <input type="checkbox"/> 4 ^a Região | <input type="checkbox"/> 9 ^a Região | <input type="checkbox"/> 14 ^a Região |
| <input type="checkbox"/> 5 ^a Região | <input type="checkbox"/> 10 ^a Região | |

“O que eu espero do trabalho voluntário?”

Discordo Totalmente Concordo Totalmente

Ajudar os outros	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Mudar a vida das pessoas	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Levar esperança aos menos favorecidos	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Permitir que as pessoas tenham oportunidade de viver	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

Fazer algo importante	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Cumprir o dever de cidadão	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Reducir injustiças sociais	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Ser membro útil na comunidade que vivo	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Colaborar com a melhoria social	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Conhecer pessoas com mesmos interesses	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Fazer parte de um grupo	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Fazer novos amigos	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Preencher tempo livre	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Aprender a lidar com pessoas	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Aprender novos conhecimentos/habilidades	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Buscar novos desafios	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Aprender algo	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Ser reconhecido	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Sentir-me melhor como pessoa	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Aumentar autoestima	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Me sentir importante	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

“Por que eu entrei no Conselho Regional do Orçamento Democrático?”

	Discordo Totalmente					Concordo Totalmente				
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Entrei no Conselho Regional do Orçamento Democrático para mudar a vida das pessoas	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Entrei no Conselho Regional do Orçamento Democrático para levar esperança aos menos favorecidos	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Entrei no Conselho Regional do Orçamento Democrático para contribuir para que as crianças tenham oportunidade de viver melhor	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Entrei no Conselho Regional do Orçamento Democrático para fazer algo importante	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Entrei no Conselho Regional do Orçamento Democrático para ajudar a comunidade que vivo	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Entrei no Conselho Regional do Orçamento Democrático para reduzir injustiças sociais na minha comunidade	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Entrei no Conselho Regional do Orçamento Democrático para melhorar a qualidade de vida da comunidade	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Entrei no Conselho Regional do Orçamento Democrático para colaborar na busca dos direitos sociais da comunidade	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Entrei no Conselho Regional do Orçamento Democrático para conhecer pessoas com mesmos interesses	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Entrei no Conselho Regional do Orçamento Democrático para fazer parte de um grupo	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Entrei no Conselho Regional do Orçamento Democrático para fazer novos amigos	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Entrei no Conselho Regional do Orçamento Democrático para preencher tempo livre	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Entrei no Conselho Regional do Orçamento Democrático para aprender a lidar com pessoas	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Entrei no Conselho Regional do Orçamento Democrático para aprender novos conhecimentos	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

Entrei no Conselho Regional do Orçamento Democrático para buscar novos desafios	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Entrei no Conselho Regional do Orçamento Democrático para aprender algo	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Entrei no Conselho Regional do Orçamento Democrático para ser reconhecido	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Entrei no Conselho Regional do Orçamento Democrático para sentir-me melhor como pessoa	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Entrei no Conselho Regional do Orçamento Democrático para aumentar minha autoestima	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Entrei no Conselho Regional do Orçamento Democrático para me sentir importante	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

ANEXO C – Questionário 2 - Práticas de Cidadania

Queremos saber mais sobre suas práticas de cidadania. Para tanto, atribua notas de 0 a 10 para as afirmações a seguir. Considere que a nota 0 representa “Nunca realizo essa prática” e a nota 10 representa “Sempre realizo essa prática”.

	Nunca (0) ← → Sempre (10)										
1. Associo-me com outras pessoas para procurar soluções de problemas coletivos.	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
2. Participo de ações que possam influenciar políticos ou representantes, como: protestos, manifestos, audiências públicas, conselhos etc.	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
3. Procuro meios para mudar leis injustas.	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
4. Reutilizo, reaproveito e reciclo tudo o que for possível.	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
5. Engajo-me em ações que protegem os direitos humanos em prol da dignidade e igualdade entre as pessoas.	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

6. Utilizo minha liberdade de expressão em prol de interesses coletivos: para participar, cobrar e opinar sem denegrir terceiros, por exemplo.	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
7. Participo de ações sociais que atendam desafortunados e oprimidos.	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
8. Engajo-me em ações de proteção e enfrentamento à discriminação humana (de gênero, raça, idade, credo ou classe social).	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
9. Fiscalizo as ações realizadas por gestores públicos ou representantes da minha comunidade.	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
10. Engajo-me em ações que busquem melhorias sociais para os grupos trabalhistas dos quais faço parte.	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
11. Participo de discussões sobre temas que influenciam a integridade humana (aborto, desarmamento, pena de morte etc.).	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
12. Utilizo a internet para me envolver em ações políticas, como discussões, movimentos sociais, protestos, petições etc.	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
13. Realizo práticas de consumo consciente, como: comprar apenas o necessário, preferir produtos recicláveis ou sem utilização de mão-de- obra	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
14. Participo ativamente do debate de propostas e da tomada de decisão em organizações políticas, públicas ou sociais.	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
15. Denuncio quando os serviços sociais públicos não estão sendo bem ofertados, como nos casos de saúde, educação ou segurança.	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
16. Pratico ações de consumo colaborativo: troco, empresto ou compro produtos usados, evitando adquirir peças novas.	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
17. Participo de discussões sobre questões sociais públicas, relacionadas a educação, saúde, segurança, transporte etc.	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

Anexo D – Strings completas de busca

As estratégias de busca foram conduzidas em múltiplas bases (Scopus/Web of Science, SciELO, Portal de Periódicos CAPES e Google Acadêmico.), utilizando combinações de descritores em português e inglês. Abaixo, apresentam-se as strings completas:

- **Scopus/Web of Science**

("volunteer*" OR "volunteering" OR "motivação voluntária" OR "trabalho voluntário")
AND ("citizenship" OR "cidadania" OR "civic engagement" OR "participação cidadã")
AND (LIMIT-TO (PUBYEAR, 2015–2025))

- **SciELO**

("trabalho voluntário" OR "motivação voluntária") AND ("cidadania" OR "participação social") AND (2015–2025)

- **Google Scholar**

"voluntariado" AND "cidadania" AND "motivação"

- **Portal de Periódicos CAPES**

String principal (PT + EN, com truncamento)

("voluntariado" OR "trabalho voluntário" OR volunteer* OR volunteering)

AND

(motivação OR motivat* OR "funções motivacionais" OR "Volunteer Functions Inventory" OR VFI)

AND

(cidadania OR "práticas de cidadania" OR "participação cívica" OR "civic engagement" OR "civic participation")

Anexo E – Trajetória de coleta e seleção dos estudos nas bases de dados

Este anexo descreve, de forma detalhada, o percurso de coleta e seleção adotado na revisão sistemática sobre motivação no trabalho voluntário e práticas de cidadania, no período de 2015 a 2025. O processo foi estruturado em etapas sucessivas, alinhadas às boas práticas de revisões sistemáticas em Administração e ciências sociais aplicadas.

1. Planejamento e definição dos domínios

A etapa de planejamento consistiu na definição dos três constructos centrais da revisão – motivação, trabalho voluntário e cidadania/participação cívica – e na delimitação do recorte

temporal (01/01/2015 a 30/06/2025), de idiomas (português e inglês) e de tipo de documento (artigos revisados por pares publicados em periódicos científicos indexados). A partir desses parâmetros, foram construídos os blocos de termos de busca em português e inglês, contemplando descritores controlados e termos livres relacionados a: voluntariado, trabalho voluntário, volunteering; motivação, motivational factors, volunteer functions, Volunteer Functions Inventory (VFI); e cidadania, práticas de cidadania, civic participation, civic engagement.

2. Seleção das bases e testes piloto

Em seguida, definiram-se as bases de dados a serem utilizadas, combinando repositórios multidisciplinares e regionais: Scopus/Web of Science, SciELO, Portal de Periódicos CAPES e Google Acadêmico. Antes da execução final, foram realizados testes piloto em cada base, com strings simplificadas, para verificar:

- (i) a adequação dos termos aos vocabulários controlados,
- (ii) a quantidade aproximada de resultados e
- (iii) a pertinência temática dos primeiros registros.

Com base nesses testes, ajustaram-se operadores booleanos, truncamentos e, quando disponível, operadores de proximidade, de modo a equilibrar sensibilidade (não perder estudos relevantes) e especificidade (reduzir ruído).

3. Execução das buscas nas bases especializadas

Concluída a fase de testes, as buscas completas foram executadas em cada base, com aplicação uniforme dos filtros de período (2015–2025) e de idioma (português e inglês). Para cada consulta, registraram-se:

- a string de busca completa (incluindo operadores e campos consultados);
- a base utilizada;
- a data e horário da pesquisa;
- os filtros adicionais aplicados;
- o número bruto de registros retornados.

Os resultados foram exportados em formato BibTeX ou CSV e organizados em planilhas consolidadas, preservando as informações bibliográficas mínimas (título, autores, periódico, ano,

DOI, resumo, idioma e base de origem).

4. Consolidação e remoção de duplicidades

Todos os arquivos exportados foram integrados em uma base única de extração. Nessa etapa, procederam-se à padronização de campos (por exemplo, uniformização de nomes de periódicos e formatação de DOI) e à remoção de duplicidades. A deduplicação combinou chaves automáticas (título + DOI) e inspeção manual de casos ambíguos (títulos muito semelhantes, pequenas variações de grafia ou ausência de DOI). Ao final desse processo, o conjunto inicial de 596 registros brutos foi reduzido a 582 registros únicos, que constituíram a base de triagem.

5. Triagem por título e resumo

A primeira etapa de triagem consistiu na leitura de títulos e resumos dos 582 registros únicos, à luz dos critérios de inclusão e exclusão definidos no Quadro 3 da dissertação. O foco desta revisão foi identificar estudos que trabalhassem de forma articulada os três constructos centrais – motivação, voluntariado e cidadania – ou, no mínimo, que explorassem de maneira consistente a relação entre motivação para o trabalho voluntário e cidadania/participação cívica.

Nessa fase, foram excluídos:

- estudos que abordavam apenas voluntariado, sem qualquer interface com cidadania, participação cívica ou engajamento coletivo;
- trabalhos sobre cidadania, participação política ou engajamento comunitário que não envolviam trabalho voluntário;
- publicações que mencionavam motivação de forma genérica, sem ancoragem no contexto de trabalho voluntário;
- artigos cujo foco estava restrito a contextos estritamente clínico-assistenciais, sem desdobramentos em práticas cidadãs;
- registros fora do recorte temporal ou idiomático.

Também foram eliminados, já nessa etapa, estudos que tratavam apenas um dos três constructos (por exemplo, apenas motivação ou apenas voluntariado), sem articulação mínima entre, pelo menos, dois domínios relevantes para a compreensão da passagem de motivos para repertórios de cidadania. Esse filtro explica a redução substantiva do conjunto inicial de 582 registros para 60 textos que avançaram à leitura completa.

6. Avaliação do texto completo e classificação em núcleo e estudos adjacentes

A segunda etapa consistiu na leitura integral dos 60 textos potencialmente elegíveis. Nesse momento, verificou-se: (i) se os estudos de fato trabalhavam, no corpo do texto, a relação entre motivação para o trabalho voluntário e cidadania/participação cívica; (ii) se a cidadania aparecia como constructo substantivo (mensurado por escalas ou discutido conceitualmente de forma estruturada); (iii) se o desenho metodológico e a descrição dos procedimentos permitiam extrair evidências relevantes para os objetivos da revisão.

A partir dessa leitura, os artigos foram classificados em:

- núcleo da revisão: estudos que articulavam de forma explícita motivação para o trabalho voluntário, voluntariado e práticas de cidadania/participação cívica, por meio de mensuração direta ou discussão conceitual consolidada;
- estudos adjacentes: publicações que mobilizavam, de modo consistente, pelo menos dois dos três constructos (por exemplo, motivação e voluntariado em contextos de engajamento comunitário, ambiental, educacional ou político), contribuindo para esclarecer mecanismos de engajamento cívico, ainda que sem mensuração formal de cidadania.

Foram excluídos, nesta fase, textos opinativos sem descrição metodológica, notas técnicas, relatos puramente descritivos sem ligação com cidadania ou participação cívica, artigos com limitações severas no método e estudos que mencionavam cidadania apenas de forma periférica, sem tratá-la como dimensão analítica. Ao final, 37 publicações compuseram o corpus da síntese qualitativa apresentada no corpo da dissertação.

7. Registro, extração e transparência dos dados

Para cada um dos 37 estudos incluídos, foi elaborada uma ficha de extração com informações sobre objetivos, contexto, população, métodos, instrumentos de medida, indicadores de cidadania e principais achados. Esses registros alimentaram as matrizes de síntese utilizadas na análise temática e na discussão dos resultados.

Após a definição do corpus final, procedeu-se à categorização temática dos 37 estudos incluídos, a partir das fichas de extração. Cada publicação foi analisada em termos de: (i) contexto e arranjo institucional em que o voluntariado e a cidadania foram investigados; (ii) dimensões motivacionais mobilizadas (por exemplo, motivos altruístas, de justiça social, de afiliação, de aprendizagem e egoístas); (iii) formas de operacionalização das práticas de

cidadania (civis, sociais, políticas, ambientais e outras práticas difusas); (iv) desenho metodológico e estratégias de mensuração; e (v) mecanismos de vinculação entre motivação, engajamento voluntário e repertórios de cidadania. A classificação em núcleo e estudos adjacentes, detalhada nos anexos, foi combinada a essa matriz temática, sintetizada na Tabela F1, permitindo identificar convergências, tensões e lacunas em cada eixo analítico. Essa categorização orientou a organização da seção de resultados, na qual os achados são apresentados e discutidos à luz dos três construtos centrais da revisão: voluntariado, motivação e cidadania.

A tabela de extração completa, com os 596 registros inicialmente identificados, as bases de origem é apresentada no Anexo D. As strings completas de pesquisa, separadas por base de dados, constam no Apêndice correspondente, permitindo a reproduzibilidade do percurso de coleta.

Anexo F – Lista completa das publicações incluídas (2015–2025)

Este anexo apresenta a relação completa dos estudos incluídos na revisão sistemática, organizada em duas categorias analíticas. Na primeira, denominada **núcleo da revisão**, agrupam-se os artigos que articulam, de forma explícita, motivação para o trabalho voluntário, voluntariado e práticas de cidadania ou participação cívica. Na segunda categoria, denominada **estudos adjacentes**, foram incluídos trabalhos que mobilizam pelo menos dois desses domínios (motivação, voluntariado e cidadania/participação cívica), contribuindo para esclarecer mecanismos de engajamento cívico, ainda que nem sempre consigam mensurar diretamente a cidadania.

A tabela a seguir apresenta, para cada estudo incluído, a categoria analítica (núcleo ou adjacente), os autores, o ano de publicação, o título do artigo, o periódico em que foi publicado e a base de dados em que foi identificado, oferecendo uma visão sintética do corpus analisado na revisão.

**Tabela F1 - Publicações incluídas na revisão sistemática, por categoria analítica
(2015–2025)**

Categoria	Autores	Ano	Título do estudo	Periódico	Base de dados
-----------	---------	-----	------------------	-----------	---------------

ADJACENTE	Whittaker et al.	2015	A review of informal volunteerism in emergencies and disasters: Definition, opportunities and challenges	International Journal of Disaster Risk Reduction	ScienceDirect
ADJACENTE	Peters, et al.	2016	Trusting land to volunteers: How and why land trusts involve volunteers in ecological monitoring	Biological Conservation	CAPES
ADJACENTE	Brown et al	2017	Engagement and Quality of Life in Under-represented Older Adults: A Community-Based Participatory Research Project	Narrative Inquiry in Bioethics	CAPES
ADJACENTE	Jelisaveta Petrović, Dragan Stanojević	2019	Between “CV builder” and “Genuine” activist: The many faces of youth civic engagement in Serbia	Sociologija	CAPES
ADJACENTE	South et al.	2020	Volunteerism, social context and health impacts: a qualitative study of Glasgow Commonwealth Games event volunteers	Cities & Health	CAPES
ADJACENTE	Оксана Заболотна, Anna Pidhaietska	2021	Students' civic engagement in Ukraine and Canada: a comparative analysis	Multidisciplinary Journal for Education Social and Technological Sciences	CAPES

ADJACENTE	Orsoletta et al.	2022	A systematic review of social innovation and community energy transitions	Energy Research & Social Science	ScienceDirect
ADJACENTE	Pontes et al.	2023	Participação social e Atenção Primária em Saúde no Brasil: uma revisão de escopo Brasil	Saúde e Sociedade	SciELO
ADJACENTE	Caires, Laila Gabriela Santos;	2023	O ativismo climático como lugar de cidadania de jovens em condições de vulnerabilidade: Uma revisão integrativa da literatura	PQDT-Global	GoogleScholar
ADJACENTE	Hamann et al.	2023	An interdisciplinary understanding of energy citizenship: Integrating psychological, legal, and economic perspectives on a citizen-centred sustainable energy transition	Energy Research & Social Science	ScienceDirect
ADJACENTE	Zhang et al.	2025	Community Health Empowerment in the Chinese Cultural Context: A Hybrid Concept Analysis	Asian Nursing Research	ScienceDirect
ADJACENTE	Paltseva	2025	Participatory science in urban soil research: A framework for overcoming challenges and expanding public engagement	iScience	ScienceDirect

ADJACENTE	Elhag et al.	2025	Exploring the impact of community-based interventions on healthy older adults' physical health, psychological wellbeing, and social connections: A systematic review	Ageing Research Reviews	ScienceDirect
NÚCLEO	Demir et al.	2015	'Student-Centered Volunteering' in the University System: The Case of CCE at Oregon State University	Journal of Educational and Social Research	CAPES
NÚCLEO	Egli et al.	2016	The development of a model of community garden benefits to wellbeing	Preventive Medicine Reports	ScienceDirect
NÚCLEO	Sterling et al.	2017	Assessing the evidence for stakeholder engagement in biodiversity conservation	Biological Conservation	ScienceDirect
NÚCLEO	Cuyvers et al.	2018	Participation narratives of Third Age adults: Their activities, motivations and expectations regarding civil society organisations	Journal of Aging Studies	CAPES
NÚCLEO	Shannon Dosemagen, A. Parker	2018	Citizen Science Across a Spectrum: Building Partnerships to Broaden the Impact of Citizen Science	Science & Technology Studies	CAPES

NÚCLEO	Iryna Sieriakova, Ganna Kokoza	2019	Civic Education In Ukraine: A Qualitative Study Of Students' Experiences Of Civic Engagement (On The Example Of Kyiv National Linguistic University)	Advanced Education	CAPES
NÚCLEO	John Gastil, Michael Broghammer	2020	Linking Theories of Motivation, Game Mechanics, and Public Deliberation to Design an Online System for Participatory Budgeting	Political Studies	CAPES
NÚCLEO	Flauzino, Karina de Lima;	2021	Atividades de aprendizagem ao longo da vida para idosos: uma scoping review	Repositório USP	GoogleScholar
NÚCLEO	Mario Peucker	2021	'You are essentially forced into being an activist': the interplay between Islamophobia and Muslims' civic engagement in Australia	Religion State & Society	CAPES
NÚCLEO	Scheibein et al.	2022	Assessing open science and citizen science in addictions and substance use research: A scoping review	International Journal of Drug Policy	ScienceDirect

NÚCLEO	Yazdani et al.	2022	Sociopolitical Influences in Early Emerging Adult College Students' Pandemic-Related Civic Engagement	Emerging Adulthood	CAPES
NÚCLEO	Marisol Reyes-Soto	2023	It's About the Power of Little People': the UK Community Sponsorship Scheme, a New Space for Solidarity, Civic Engagement and Activism	Journal of International Migration and Integration / Revue de l'intégration et de la migration internationale	CAPES
NÚCLEO	Thomaes et al.	2023	Green teens: Understanding and promoting adolescents' sustainable engagement	One Earth	ScienceDirect
NÚCLEO	Edwin B. Estrera	2024	The 3Cs in Volunteerism: Proposing a Model of Service-Learning in Education	IAFOR Journal of Education	CAPES
NÚCLEO	Ferreira, Kailane Vitoria Silva;	2024	O Papel do Voluntariado na Assistência de Pacientes Oncológicos	Periódicos LATTICE	GoogleScholar
NÚCLEO	Kang Li Wong	2024	Overlapping Functions: Volunteering and Other Forms of Civic Participation in the COVID-19 Disaster	VOLUNTAS International Journal of Voluntary and Nonprofit Organizations	CAPES

NÚCLEO	Karen Gan and Amberyce Ang	2024	How is the Frequency of Volunteering Associated with the Well-Being of Older Adults?: A Mini Review	Archives of Gerontology and Geriatrics Plus	ScienceDirect_1
NÚCLEO	Pallay et al.	2024	Volunteer Activity of Transcarpathian Youth During the 2022 Russo-Ukrainian War	Corvinus Journal of Sociology and Social Policy	CAPES
NÚCLEO	Aguilar et al.	2024	A review of research on global citizenship in higher education: Towards a holistic approach	International Journal of Intercultural Relations	ScienceDirect
NÚCLEO	Luisa Fernanda Duque Monsalve	2024	Relationship between political participation and community resilience in the disaster risk process: A systematic review	International Journal of Disaster Risk Reduction	ScienceDirect
NÚCLEO	Pocock et al.	2024	Citizen science is a vital partnership for invasive alien species management and research	iScience	ScienceDirect
NÚCLEO	Natalie W. M. Wong	2024	Exploring the motivations behind environmental volunteering and the development of environmental citizenship in Taiwan	Social Sciences & Humanities Open	CAPES

NÚCLEO	Isabel Maria Pacheco and Ellen van der Werff	2025	Circular citizenship behaviors: How individuals can promote systemic change toward a circular economy	iScience	ScienceDirect
NÚCLEO	Peng and et al	2025	Nongovernmental Organizations in Oral Health Promotion: A Scoping Review and Thematic Analysis	International Dental Journal	ScienceDirect

Fonte: Elaboração Própria

Anexo G – Tabela de extração completa dos estudos identificados (2015–2025)

Este anexo apresenta o link de acesso a tabela contendo os artigos extraídos para estudo. Os 596 trabalhos registrados e identificados conforme bases de dados, incluindo informações sobre base de origem, autores, título, periódico, ano, número, páginas, DOI, URL e idioma.

Link:

<https://docs.google.com/document/d/1ljpYUtEPINL-8y6rCBgoMJ8IWEgkpcwx/edit?usp=ssharing&ouid=104512318540345466440&rtpof=true&sd=true>

Anexo H – Critérios detalhados de inclusão e exclusão

- **Período de publicação**
 - Inclusão: estudos publicados entre 2015 e 2025, alinhados ao recorte temporal desta revisão.
 - Exclusão: estudos anteriores a 2015, exceto referências clássicas empregadas exclusivamente na fundamentação teórica.
- **Idioma**
 - Inclusão: artigos em português e inglês, de modo a contemplar a literatura internacional e regional.
 - Exclusão: textos em outros idiomas, pela indisponibilidade de tradução e pelas

limitações de escopo da pesquisa.

- **Tipo de documento**

- Inclusão: artigos revisados por pares, publicados em periódicos científicos indexados, com informações mínimas sobre a autoria, ano, periódico e volume ou número.
- Exclusão: teses, dissertações, relatórios técnicos, anais de eventos, capítulos de livro, notas técnicas e documentos institucionais, por não seguirem o mesmo processo de avaliação editorial dos artigos científicos.

- **Escopo temático**

- Inclusão:
 - a) estudos que abordem motivação no trabalho voluntário em qualquer domínio setorial, quando o voluntariado se relacione a causas coletivas, atuação comunitária, organizações da sociedade civil ou políticas públicas;
 - b) estudos que tratem de cidadania, participação cívica, engajamento político ou comunitário, quando o voluntariado apareça como forma de participação ou como contexto empírico central;
 - c) investigações que articulem pelo menos dois dos três domínios centrais desta revisão: motivação, voluntariado e cidadania ou participação cívica, seja por mensuração direta, seja por discussão conceitual explícita.
- Exclusão: trabalhos que tratem exclusivamente de voluntariado em contextos internos restritos, sem qualquer implicação cívica e comunitária, bem como estudos sobre cidadania ou participação cívica que não estabeleçam vínculo com motivação voluntária ou engajamento em atividades de voluntariado.

- **Disponibilidade de acesso**

- Inclusão: publicações disponíveis em texto completo nas bases consultadas ou em repositórios abertos vinculados aos periódicos identificados.
- Exclusão: registros bibliográficos cujo texto integral não pôde ser obtido após tentativa de acesso nas bases originais e em fontes alternativas de livre acesso.

- **Relevância metodológica**

- Inclusão: estudos empíricos quantitativos, qualitativos ou de métodos mistos, com descrição mínima dos procedimentos de coleta e análise de dados, e revisões sistemáticas, integrativas ou narrativas que explicitem estratégia de busca e critérios de seleção. Ensaios teóricos foram considerados quando apresentaram articulação explícita entre motivação voluntária e cidadania, sustentada em revisão de literatura estruturada.
- Exclusão: artigos opinativos, comentários, resenhas, editoriais e textos sem descrição

metodológica ou com evidências insuficientes para sustentar inferências sobre a relação entre motivação, voluntariado e cidadania.